



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Michelly Ferreira da Silva

Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é

Rio de Janeiro

2021

Michelly Ferreira da Silva

Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Michelly Ferreira da.
Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é / Michelly Ferreira da
Silva. – 2021.
112 f.

Orientadora: Estela Scheinvar.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Favela – Rio de Janeiro – Teses. 3.
Racismo – Teses. I. Scheinvar, Estela. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es

CDU 3(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Michelly Ferreira da Silva

Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2021.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Estela Scheinvar (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dr.^a Esther Arantes
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. José Rodrigues de Alvarenga Filho
Universidade Federal de São João Del Rei

Dr.^a Vanessa Menezes de Andrade
Psicóloga

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pilares da minha existência.
A todos os favelados e faveladas do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me sustentado e renovado minhas forças durante toda essa jornada. Sem Ele nada teria feito.

Aos meus pais, Zezé e Mariano, por sempre acreditarem em mim, por todo amor, carinho e companheirismo; por terem “escrito” essa dissertação junto comigo, a partir do momento que me isentavam de certas tarefas para que eu pudesse ter tempo de me dedicar à pesquisa. Por terem vibrado, chorado e se alegrado comigo.

À querida professora Estela Scheinvar. Orientadora maravilhosa, amiga, companheira. Tem uma sensibilidade enorme para entender a individualidade e necessidade de cada orientando. A todo momento nos faz pensar e repensar não só nossas pesquisas, mas nossos fascismos. Sempre esteve presente durante essa jornada, caminhou de mãos dadas comigo. Lembro do dia que cheguei aos prantos para uma orientação e sua sensibilidade e carinho fizeram a diferença para que eu não desistisse do mestrado naquele dia. Nunca esquecerei a paciência para aguardar o meu tempo para iniciar essa dissertação.

À minha psicóloga maravilhosa, Camila Simões, que me acolheu durante todo esse período ouvindo minhas lamúrias e minhas questões sempre fazendo as intervenções necessárias para que eu pudesse seguir.

Às amigas e amigos do grupo de pesquisa e orientação, Maria, Filipe, Ana Marcela, Gabriel, Aline, Luan, Juliana, Rafael, Laura e Lukas pela troca de conhecimento e afetos.

À Gabriel e Ana Marcela pelas intervenções, orientações e acolhimento de minhas dores durante esse tempo juntos e por chorarem comigo toda vez que falo sobre favela.

Aos colegas de turma do PPFH pela troca de conhecimento.

Ao querido amigo prof. Zé Rodrigues “culpado” por esse mestrado devido seus incentivos na época da graduação e do grupo de pesquisa. Por me fazer acreditar que seria possível e ter acompanhado a minha jornada.

À querida Vanessa por ser uma inspiração para mim. Por acompanhar minha trajetória mesmo que de longe e por ter aceitado compor a banca.

À querida prof.^a Esther por ter aceitado o convite de compor a banca e ter contribuído com questões importantíssimas na qualificação.

Ao meu amor, Fabio Coutinho, por sempre me incentivar, me ouvir, me dar bronca quando eu me distraía nas leituras e fazer a tradução do resumo.

Ao meu irmão Michel, minha cunhada Luciane e meus lindos sobrinhos, Isaque e Benjamim que sempre torceram por mim e deram alegrias que ajudaram a recuperar o fôlego.

A minha sogra, Lucia Coutinho, minha segunda mãe, que sempre perguntava “como estão os estudos?”, para depois me incentivar “é assim mesmo, depois fica mais fácil”.

A minha amiga e irmã favelada Tassia que está sempre presente na minha vida e juntas compartilhamos nossas dores e alegrias de morar em favela.

As minhas amigas e irmãs Daniele e Bianca que sempre torceram por mim e oraram por mim.

A minha família do INTO, Bel, Samuca, David, Felipe, Ronald, Alisson, Well, Ane, Waguinho e Karine, que torceram desde a seleção do mestrado até a conclusão do mesmo.

À UERJ querida que resiste em meio aos ataques e tentativas de privatização do ensino superior público.

À S.C., minha favela querida.

Com tanta violência eu sinto medo de viver, pois moro na favela e sou muito desrespeitado. A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado. Já não aguento mais essa onda de violência. Eu só quero é ser feliz. Andar tranquilamente na favela onde eu nasci.

Cidinho e Doca

RESUMO

SILVA, Michelly Ferreira da. *Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é*. 2021. 112 f. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta pesquisa foi produzida a partir da minha vivência como moradora de favela, buscando desnaturalizar o medo decorrente dos processos de violência a que somos submetidos. Apresenta elementos históricos do surgimento das favelas e do estabelecimento do comércio ilegal de entorpecentes no Rio de Janeiro. Nesse contexto problematiza a produção da insegurança na sociedade, como efeito de estratégias biopolíticas liberais, que se refinam no neoliberalismo. Um percurso que contribui a entender o impacto de tal insegurança na favela. Para tanto, são estudados os processos de normalização e normatização da sociedade, os riscos, a sua gestão e o modo como instrumentalizaram a criação de perfis para facilitar o controle e o disciplinamento de uma determinada população que é criminalizada e definida, assim como ao final do século XIX, como classes perigosas. Em diálogo com Foucault, Deleuze, Mbembe, Nascimento, Batista, entre outros, colocamos em análise, a partir de trechos do diário de campo, de notícias e de uma escrita implicada, os modos de governo dos grupos locais, os modos de governo das forças de segurança pública e sua relação com os grupos locais, que têm produzido medo e provocado o genocídio da população pobre e principalmente preta nas favelas em nome do combate ao tráfico de drogas.

Palavras-chave: Favela. Medo. Racismo. Necropolítica. Produção de subjetividade.

ABSTRACT

SILVA, Michelly Ferreira da. *What shot was that? Fear in the favela as it is.* 2021. 112 f. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This research was produced from my experience as a favela resident, looking for denaturalizing the fear resulting from the processes of violence to which we are subjected. It presents historical elements of the rise of the favelas and the establishment of the illegal drug trade in Rio de Janeiro. In this context, it problematizes the production of insecurity in society, as an effect of liberal biopolitical strategies, which are refined in neoliberalism. A path that helps to understand the impact of such insecurity in the favelas. Therefore, the normalization and standardization processes of society are studied, the risks, their management and the way in which they have created tools to facilitate the control and disciplining of a determined population that is criminalized and defined, as well as at the end nineteenth century, as dangerous classes. Discussing with Foucault, Deleuze, Mbembe, Nascimento, Batista, among others, we analyzed, based on excerpts from the field diary, news and an implicit writing, the modes of government of local groups, the modes of government of public security forces and their relationship with local groups, which have produced fear and caused the genocide of the poor and mainly black population in the favelas in the name of combating drug trafficking.

Keywords: Favela. Fear. Racism. Necropolitics. Production of subjectivity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
DGHPP	Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa
DP	Delegacia de Polícia
DPRJ	Defensoria Pública do Rio de Janeiro
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GAECO	Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMR	Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
MP	Ministério Público
NEPP-DH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
PCD	Pessoa Com Deficiência
PROUNI	Programa Universidade para Todos
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	VAMOS FALAR SOBRE FAVELA	26
1.1	Breve histórico	26
1.2	O estabelecimento do comércio ilegal de entorpecentes	31
1.3	Biopolítica, gestão dos riscos e “classes perigosas”	36
1.4	O racismo na favela	44
1.5	A necropolítica e a política pública de extermínio nas favelas	51
2	SIM, TEMOS MEDO!	61
2.1	A Construção do medo ao negro no Brasil	62
2.2	O Intimismo como refúgio do medo	65
2.3	A produção de insegurança e o mecanismo da segurança como efeito do medo	67
2.4	Medos NA Favela	73
2.4.1	<u>Sim, temos medo: das operações e violências policiais</u>	75
2.4.2	<u>Sim, temos medo: dos cercos na favela</u>	81
2.4.3	<u>Sim, temos medo: produção de subjetividade na favela a partir do medo</u>	92
2.4.4	<u>Sim, temos medo: quer morrer de tiro ou de coronavírus?</u>	95
	PARA NÃO CONCLUIR	104
	REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Trajetórias de uma favelada

Sou moradora de favela há 37 anos e vivo uma relação de amor, raiva e tristeza com ela. Sinto amor porque foi nela que em 1982 dois nordestinos jovens tiveram condições de comprar uma casa e iniciar uma vida juntos e eu já fazia parte desse momento na barriga da minha mãe. Nesse lugar aprendi a andar, falar, fiz amigos e mais tarde aprendi também a sentir tristeza e principalmente a sobreviver. Os sentimentos de tristeza provêm de uma sensação de que o querido local em que moro - que apesar de tudo, para mim continua querido - tornara-se um local de luta por sobrevivência. Me lembro que até meus 17 anos de idade não havia tensão na minha favela. Não é nada fácil viver em um lugar cercado de armamentos pesados, brigas por hegemonia e domínio territorial entre os comerciantes de drogas ilícitas e a “guerra contra o tráfico” por parte do Estado. Isso sem contar o número crescente de pessoas, que talvez para conseguir sobreviver neste cenário de guerra junto com a precariedade de acesso aos chamados direitos básicos como moradia, saneamento, emprego, etc., tem recorrido ao uso excessivo de entorpecentes e perambulam pelas ruas com o olhar distante, talvez perdido, repetindo roboticamente “me dá um real?”, para comprarem mais drogas. Fico triste porque há 21 anos resisto e sobrevivo neste local e nada muda, as coisas só pioram: acordar todo dia de manhã para trabalhar prestando atenção se tocarão fogos, anunciando que o caveirão¹ está na favela, já muda todo o meu sentimento, porque de um estado de sonolência passo abruptamente para um estado de alerta e saio de casa preocupada, observando se está seguro para ir para o ponto de ônibus. Às vezes até minha rotina muda, pois se ouço o som de tiros não saio de casa e espero o ambiente ficar “seguro” até poder sair para trabalhar. Isto cansa, desanima, nos desgasta! Penso em sair daqui, mas ao mesmo tempo penso que o problema não é o território ou as pessoas como a mídia²

¹ Caveirão pode ser definido como: veículo blindado com mais de 8 toneladas, pintado de preto e estampado com o símbolo da caveira do BOPE, com capacidade para transportar até 12 policiais e que tem pequenas aberturas na lateral e uma torre central para que os policiais apóiem seus fuzis.” (Andrade, 2013, p.36).

² Entendemos por mídia os meios de comunicação de massa tais como rádio, televisão, jornal e os canais veiculados pela internet.

costuma propagar, mas os problemas de manutenção de uma política violenta e de condições precárias de vida.

O fato de um dia eu sair da favela pode me trazer um alívio e melhorar a minha saúde mental, mas não diminuirá em nada meus sentimentos de tristeza e revolta por ver o lugar onde nasci e cresci se transformando cada vez mais em um local de adoecimento mental e psíquico e, principalmente, de morte física e subjetiva, sobretudo para os jovens negros. O sentimento de raiva vem porque me sinto impotente para fazer algo que contribua para pensar o coletivo ou articulá-lo já que o medo é grande e, se um dia eu sair daqui, penso naqueles que ficarão e que não podem sair.

É importante salientar que eu falo de um lugar privilegiado, mesmo sendo favelada, pois tenho certo privilégio em relação a muitas pessoas que moram por aqui: sempre tive acesso ao básico para levar uma vida simples e a presença de minha família para me prover o básico sempre foi importante. O que muitos por aqui não têm. Por este motivo não precisei trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da casa e nem precisei cuidar do meu irmão mais novo. Apesar do meu pai ganhar pouco, sempre tivemos o suficiente para pagar as contas, comprar comida e os livros da escola, não fazíamos passeios e só comprávamos roupas quando estas rasgavam, porque meus pais sempre falavam que o mais importante era que eu e meu irmão estudássemos e tivéssemos todo o material escolar. Nessa época, o material escolar não era entregue aos estudantes, como hoje, nas escolas públicas. O fato da minha mãe ficar em casa cuidando de tudo me ajudou, e muito, a sempre estudar porque nem mesmo as tarefas de casa eu precisava fazer. Lembro-me que ela sempre dizia: “não precisa fazer nada, mas quero que você estude e tire boas notas”. Quando eu fiz 18 anos comecei a trabalhar como estagiária em um lugar em que depois me contrataram. Cheguei a tentar uma vez o vestibular da UERJ, passei na primeira qualificação, mas desisti de fazer a segunda qualificação porque achei que não teria condições para passar numa faculdade pública, apesar de ter feito excelentes ensino fundamental e ensino médio públicos. Então, minha meta era arrumar um emprego que desse para pagar as mensalidades de uma faculdade particular. Só que nunca consegui, até que em 2005, com 23 anos, eu resolvi fazer o ENEM (Exame Nacional

do Ensino Médio) e tentar uma bolsa de 100% pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos)³.

A esta altura meu pai estava afastado do emprego devido a uma hérnia de disco, então vivíamos do auxílio-doença que ele recebia e nesse período eu tinha saído do trabalho porque era explorada e não havia possibilidade de estudar, então preferi ficar em casa estudando para concurso público. Passei a oferecer serviços de informática em casa como serviços de impressão, digitação de trabalhos escolares e outros, conseguia ganhar uns trocadinhos, o que me possibilitou pagar a taxa (10% do salário mínimo) do cursinho pré-vestibular da EDUCAFRO (projeto não governamental que luta pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos) e a passagem de volta para casa. Para ir, andava uns 35 minutos todos os dias.

Em 2006 acessando os resultados do PROUNI vi que lograra uma bolsa de 100% para cursar Tecnologia em Análise de Sistemas na extinta UniverCidade. Cursei de 2006 a 2009, fiz estágios e em meados de 2009 consegui um emprego numa empresa de Informática e, apesar de estar trabalhando na área que era meu sonho desde criança, comecei a ter algumas decepções e incômodos com a informática, porque eu compreendi que estava de certa forma contribuindo para a alienação e a prisão das pessoas na vida virtual. Assim sendo, decidi que queria cursar Psicologia, mas o horário e o dinheiro que recebia não davam para bancar a faculdade na época. Até que no início de 2010 recebi a notícia de uma amiga minha sobre um concurso público para o Ministério da Saúde, que fiz em 2005, e estava fazendo uma chamada extra. O meu nome estava na lista. Dessa forma pude sair daquele emprego e fui tomar posse do tão sonhado emprego público que é uma das formas que nós, favelados, temos de melhorar nossas condições de vida. É importante ressaltar que o curso da Educafro me ajudou bastante não só a conseguir minha bolsa do Prouni, como também meu atual emprego público. Eu estudava sozinha em casa, porém aprendi muitos macetes e conteúdos cruciais que levaram à minha aprovação.

Em 2011 consegui enfim pagar a faculdade de Psicologia, pois o dinheiro permitia e havia uma flexibilização de horário, que não existia no emprego particular, porque os horários eram fixos e não podia ser negociada uma compensação de

³ PROUNI é um importante programa de política pública lançado em 2004 que permitiu e permite que jovens de baixa renda cursem uma universidade através de bolsas financiadas pelo governo.

horário. Comecei cursando a Psicologia no IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação), mas na metade do 5º período acabei desistindo por uma estafa física e mental, pois eu estudava pela manhã e a faculdade era muito longe da minha casa, obrigando-me a sair às 04h50min todos os dias para que eu chegasse no horário de início das aulas sem atraso. Resolvi mudar de faculdade e escolhi a Celso Lisboa porque era mais próxima de casa e ainda tinha o acesso de trem.

Já matriculada na Celso Lisboa, às vezes eu me perguntava por que a favela só era mencionada nas aulas de psicologia social e ainda assim era notória a não satisfação de muitos alunos, o que era bem curioso porque a faculdade fica em Sampaio e é cercada por favelas. Eu me questionava também por que a favela precisava de uma aula específica para que fosse mencionada. Por que os professores quando falavam de angústia, sofrimento, medo, não citavam também nossas dores e lutas como exemplo? Em algumas disciplinas quando a discussão se referia à favela ou a quem nela mora, o sofrimento era associado a uma falta de esforço para viver em um lugar melhor, o que me deixava de certa forma incomodada por ouvir uma fala tão julgadora e reducionista sendo proferida por alguns psicólogos e futuros psicólogos. Classifico a fala desta forma porque ela coloca as inserções sociais, que constituem o sujeito, em segundo plano. Por que nossos sofrimentos na maioria das vezes são interpretados como ilegítimos? Por que muitos pensam que devemos saber lidar com uma vida cercada por violências instituídas pelo governo e, como parte dele, pelo comércio ilegal de entorpecentes? Como fica nossa saúde mental?

De acordo Hüning e Guareschi (2014) as práticas psicológicas tradicionais pretendem elucidar o sujeito supondo que preexista uma interioridade e em suas abordagens utilizam teorias e técnicas de raiz positivista, o que faz com que a Psicologia fique conhecida como ciência da conduta. A Psicologia com suas medidas, testes e previsões institui uma racionalidade que produz uma classificação comportamental, analisada com base no indivíduo separando-o dos contextos sociais, atribuindo doenças e perturbações à psiquê, como se esta não fosse uma produção social.

K., moradora de favela há 30 anos, relatou que ao falar em uma sessão de terapia que o medo que ela sente foi produzido por conta da presença do caveirão, sua psicóloga a corrigiu dizendo que o medo era algo intrínseco e que portanto não havia relação com o caveirão (DIÁRIO DE CAMPO, 05/08/2019).

O processo de escrita do capítulo “o medo visto com o olhar de quem mora na favela”, de meu trabalho de conclusão de curso⁴ (TCC), foi o início da identificação e do entendimento de que o medo sobre o qual escrevi também fazia parte de mim, de meu cotidiano como moradora de favela.

[...] Quando toca fogos e em seguida ouço o som de uma rajada de uma arma que nem sei distinguir, uma arma que só sei que deve fazer um tremendo estrago devido ao seu barulho, um friozinho corre no meu corpo da cabeça aos pés. A presença de caveirões invadindo nossas ruas, nossa privacidade, me causa pânico; minhas pernas ficam trêmulas, parece que quanto mais ando, mais parada estou; respiração ofegante; coração acelerado. Só quem convive com isso sabe qual é a sensação. É uma sensação de morte iminente, um mal-estar muito grande. A impressão que tenho é de que meu corpo será dilacerado por diversas balas.[...] A presença de comerciantes de drogas ilícitas também me causa medo. Morador esperto não deve ser X9, tem que ser cego, surdo e mudo senão amanhece com a boca cheia de formiga. Assim funciona a nossa lei (SILVA; COSTA, 2016, p.24-25).

Então a partir do meu TCC e das minhas inquietações sobre certas falas acerca da favela nas aulas do curso de Psicologia, proponho pesquisar a construção e as afetações do medo na vida favelada.

Pesquisar este tema dentro de um Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana é importante para pensarmos como as políticas públicas de segurança têm afetado o território e as vidas faveladas, e a possibilidade de falar sobre o medo na favela, que é invisibilizado. Como psicóloga favelada entendo que pesquisar o medo para além de um sentimento pode causar um certo desconforto e certa desacomodação à Psicologia instituída, pois analisaremos como ele tem sido construído ao longo da história e funcionado como uma ferramenta de controle social que tem afetado a vida dos favelados. As ferramentas de Foucault serão utilizadas para que as práticas psicológicas que contribuem para a culpabilização daqueles que moram em favela possam ser problematizadas.

[...] o pensamento foucaultiano lança a Psicologia a uma posição de desassossego e desnaturalização de práticas institucionalizadas. Desassossego pela provisoriedade e localidade do conhecimento produzido; desnaturalização na medida em que questiona e busca visibilizar as condições de emergência das práticas psi, recolocando-as não como “desenvolvimento inevitável” do campo científico, mas como efeitos de determinadas articulações discursivas (HÜNING; GUARESCHI, 2014, p.113).

⁴ Trabalho apresentado e elaborado em conjunto com Tássia Costa Lima no ano de 2016 cujo título foi: “Favela: local de luta e resistência” para concluirmos o curso de Psicologia na faculdade Celso Lisboa.

É necessário dizer que não só as operações policiais de “combate” ao chamado “tráfico” produzem medo e, conseqüentemente, efeitos em nossos corpos, mas também a presença ostensiva dos que trabalham no comércio ilegal de entorpecentes, as retaliações a que estamos expostos e os conflitos entre os grupos rivais. Interessa pesquisar os confrontos em nome do combate ao chamado “tráfico”, por se tratar de uma pesquisa que pretende problematizar as políticas públicas de segurança.

De antemão, é importante compreendermos como o conceito de “tráfico de drogas” foi construído ao longo do tempo. De acordo com Rodrigues (2008) o “problema das drogas” é trabalhado a partir do proibicionismo que é uma prática moral e política que argumenta que o Estado deve proibir e reprimir o consumo e a comercialização de certas substâncias através de leis próprias. Em 1909 ocorreu a conferência de Xangai, organizada pelos Estados Unidos cujo resultado produziu um acordo no que ficou evidente o proibicionismo: defesa do uso legal para a medicina e, para qualquer outra forma de uso, a ilegalidade. As discussões acerca deste tema não partiam somente de grupos diplomáticos ou legislativos, havia grupos sociais que associavam as drogas à imoralidade e aos vícios.

Rodrigues (2008) aponta que o principal objetivo do proibicionismo era abolir uma droga e todos os hábitos que se relacionavam a ela. O álcool era a principal droga visada e para combatê-la criou-se a Lei Seca de 1919 (primeira lei proibicionista). Porém, ao invés de eliminá-la, resultou na criação de um mercado ilícito de negociantes dispostos a oferecê-la, ou seja, o proibicionismo concebeu um novo crime, um novo mercado e novos criminosos; criou o narcotráfico e não a erradicação das drogas como intencionavam. À medida que o número de grupos dedicados ao tráfico de psicoativos ilícitos crescia, a repressão com o uso de verba estatal e agentes também avançava, bem como a associação de agentes públicos aos grupos ilegais. A lista de drogas proibidas e de drogas liberadas para uso médico foi aumentada conforme os anos passavam e no fim dos anos 1930 o álcool voltou a ser uma droga legalizada, porém o combate repressivo, a perseguição e a criminalização sobre as novas drogas e outras mais antigas continuaram existindo.

Os proibicionistas associaram o uso de entorpecentes - que sempre foi uma prática generalizada em todos os meios sociais, com destaque para a elite - aos grupos considerados como classes perigosas, os pobres, que assim eram

denominadas por suas formas de vida serem consideradas degeneradas⁵ moral e fisicamente. Por volta de 1910 e 1920, o governo passou a considerar o uso de drogas como uma “epidemia” e não mais como problema sanitário, porque nesse período o uso de drogas por parte dos filhos da “boa sociedade” deixou de ser uma exceção. Dessa forma, as “questões das drogas” foram transformadas em “caso de polícia”. Um grande problema emergirá porque a partir do momento que um grupo é associado a um crime, o aparelho de coerção estatal costuma ser usado contra ele sob o argumento de aplicação da lei (RODRIGUES, 2008).

No Brasil, o perfil “classes perigosas” é atribuído aos pobres e principalmente aos negros, todos moradores de favela. Serão estes os considerados inimigos da sociedade, causadores do caos, da desordem e da insegurança, portanto, o combate às drogas dar-se-á nas favelas de forma legitimada através das incursões policiais. Nos condomínios da Barra da Tijuca e Zona Sul as vendas de drogas ilícitas não são combatidas como acontece nas favelas: “Imagine a proposta de se policiar ostensivamente as entradas e saídas dos grandes condomínios da Avenida das Américas para ‘combate’ ao tráfico de drogas!” (ZACCONE, 2007, p.18). A lógica do proibicionismo, em seu fracasso, é bastante eficaz contra os pobres e negros (RODRIGUES, 2008).

Na favela, querendo ou não, aprendemos a ficar em alerta “24 horas por dia”, afinal nunca sabemos quando uma operação pode iniciar. Esta é uma forma de tentar se proteger de algum perigo iminente. Outro efeito da produção de violência é a limitação de nossas atividades nas ruas, pois muitas vezes passamos a ter medo de sair de casa, principalmente quando ouvimos o som de um tiro. É uma forma de proteção, porém não é garantia, pois muitos de nós não conseguiríamos escapar das “balas perdidas”, balas que atravessam nossas janelas, portas, telhas... nossas vidas.

Algumas pessoas parecem viver alheias a tudo que acontece dentro da favela, andam tranquilamente na rua, com seus fones no ouvido sem procurar abrigo, correr ou acelerar seus passos e não temem a iminência de um tiroteio repentino enquanto o caveirão passa ao lado. Talvez pelo fato delas não se parecerem nem um pouco

⁵ Termo proveniente de teorias racistas e eugênicas que são apresentadas na obra de Charles Darwin, “A origem das Espécies” (1859). Conceitos como “prole malsã”, “herança degenerativa”, “degenerescência da espécie”, “taras hereditárias”, “inferiorização da prole”, “procriação defeituosa”, “raça pura”, “embranquecimento”, “aperfeiçoamento da espécie humana”, “purificação” são comuns nos tratados de Medicina, Psiquiatria, Antropologia e Direito do final do século XIX e início do século XX que pregam, seguindo o modelo da eugenia, a esterilização dos chamados degenerados como profilaxia para os males sociais (Coimbra, Nascimento (2005).

com as figuras mais procuradas e massacradas que são os jovens negros. Segundo Coimbra e Nascimento (2005), em nosso mundo globalizado é habitual associar periculosidade e criminalidade à situação de pobreza. Um desses efeitos é o extermínio que ocorre cotidianamente contra a juventude pobre e preta periférica a partir de características atribuídas à juventude que são tomadas como se fossem uma natureza, sendo, portanto, incontestáveis. De acordo com a Anistia Internacional, ocorrem 56 mil homicídios por ano no Brasil, mais da metade é jovem e 77% negro.

Algumas pessoas aplaudem as ações violentas dentro das favelas porque acreditam que não existe outro caminho, o que me provoca a pensar sobre os modos de subjetivação que estão sendo forjados na favela. As subjetividades são produzidas a partir dos “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.37), ou seja, se referem à forma como sentimos, nos relacionamos, vivemos no mundo, etc. Essa produção de subjetividade não serve apenas para nutrir o controle das relações sociais e das relações de produção, mas qualquer tipo de produção. Portanto, para que incorporemos o sistema de significação dominante que, por exemplo, considera o “traficante” pobre o único responsável pelo caos na favela e fora dela, somos o tempo todo bombardeados por todos os sistemas significantes que nos cercam como as mídias, linguagem, família, etc.

Mesmo com todo esse cenário de violência, a favela tem ampliado cada vez mais o seu comércio local. Contudo, o que leva essas pessoas a investirem seu pouco dinheiro num empreendimento em um local “abandonado” pelo governo? É uma forma de sobrevivência devido à falta de emprego? É uma forma de resistência?

A maioria das pessoas, moradores de favela ou não, tem essa percepção de que o governo é ausente porque falta investimentos em escolas, saúde, saneamento básico, etc. Este contexto gera um sentimento de abandono devido à espera por assistência que se entende que deveria ser prestada pelo Estado. No livro “O Quarto de Despejo” de Carolina de Jesus (1960) encontramos algumas falas em que podemos perceber esse sentimento de abandono, pois a autora parecia esperar que políticos trouxessem alguma melhoria para a condição de vida do povo favelado: “[...] A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (posição 1341).

“[...] Vi um jornal com o retrato da deputada Conceição da Costa Neves, rasguei pois [sic] no fogo. Nas épocas eleitoraes [sic] ela diz que luta por nós” (posição 1421).

“[...] Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco de macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: - Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que eu vi a minha palavra falhar. Eu disse: - É que eu tinha fé no Kubstchek... [sic]” (posição 378).

Estes fragmentos do livro são de 1960, quando a autora escreveu o seu diário, mas até hoje o povo na favela tem essa percepção de espera por parte do governo, isto porque, como Scheinvar (2009) aponta, o uso de um discurso político paternalista para assegurar garantias políticas e sociais gera um sentimento de esperança que tornam-se verdades a serem cumpridas. Contudo, não podemos esquecer que o Estado está bem presente gerindo e regulando as favelas por meio das políticas de segurança violentas e de políticas sociais que corroboram para o controle do povo.

Conexões para pensar as relações na favela

Refletindo e (re)construindo os caminhos desta pesquisa quero destacar uma questão que me foi provocada pela fala do Fransérgio Goulart⁶ no curso de Mídias, Violências e Direitos Humanos do NEPP-UFRJ: “para que e para quem servem as pesquisas nas favelas?” Até então não tinha pensado sobre essa questão por ser uma pesquisadora favelada. Ainda não tenho uma resposta, quem sabe ao fim desta pesquisa eu tenha. Quem sabe?

Pensando no favelado como produtor de conhecimento, quero começar primeiro desenhando as pessoas que aqui moram, enquanto caminho... Enquanto caminho pelas ruas da favela encontro crianças e adolescentes soltando pipas, alguns adultos também, outros jogando bola, outros indo para a escola, outros voltando, vejo motos passando, jovens indo trabalhar, alguns indo para a faculdade... Mãe levando seu filho para consulta na clínica da família ou para a creche, cachorros, gatos e cavalos na rua... às vezes aparecem uns porquinhos também. Há moradores de rua em busca de um trocado ou algo para comer, tem aqueles que se juntam para brincar na pracinha, tem os que curtem funk, os que curtem rock, pagode, sertanejo, rap,

⁶ historiador e militante do fórum social de Mangueiras e do movimento de favelas.

músicas de igreja... Há os candoblecionistas, ubandistas, espíritas, católicos, ateus, testemunhas de Jeová e os evangélicos. Tem os gays, as lésbicas, os trans, os não binários, as travestis e os cis. Tem patrão e tem empregado. Os marombeiros e os sedentários. Tem os que choram, os que estão felizes... Tem os PcD⁷ e tantos outros, e assim vai se desenhando a pluralidade dos modos de ser, estar e existir dentro da favela embora a ela seja atribuído um perfil.

Quando trago essa narrativa da diversidade das vidas presentes perfaço o caminho da favela, para pensar a voz de cada uma delas. Acredito que todos temos voz. O problema é que na maioria das vezes as vozes são apagadas, são silenciadas ou são invisibilizadas porque o discurso envolve poder e controle. Muitas vezes não temos voz dentro da própria favela e muito menos fora dela, mas isso varia de favela para favela, pois podemos citar a favela da Maré, por exemplo, como uma favela que tem lutado para ter voz dentro e fora dela. No mês de agosto deste ano, segundo Coelho (2019) para o jornal G1, adultos e crianças produziram cartas endereçadas aos juízes para que medidas de proteção aos moradores fossem tomadas durante as operações policiais. Como resultado dessas vozes algumas demandas têm sido atendidas, como o restabelecimento da liminar⁸ da Ação Civil Pública (ACP) movida pela Defensoria Pública do Estado (DPRJ), que tem por objetivo a criação de um plano de redução de danos durante as operações realizadas no Complexo de Favelas da Maré. Cabe ressaltar, entretanto, que se trata de uma demanda sob a lógica da segurança e não estremece os princípios policiaiscos que são pensados para a população da favela. Da minha parte proponho pensar outras saídas começando pelas discussões sobre as políticas de drogas do país, a produção do delinquente, da ilegalidade e dos ilegalismos.

Foucault (1996), em seu livro “A ordem do discurso”, aponta para o princípio de exclusão nos discursos e ilustra que o discurso do louco desde a alta idade média não circulava como os demais, pois muitas vezes as palavras deles eram julgadas como inúteis e não eram consideradas. Aos seus discursos era atribuído um lugar de não

⁷ Abreviação para “Pessoa com Deficiência”. “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Conversão Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 1º, inclusaoenap.gov.br).

⁸ G1 RIO. Justiça volta a determinar medidas para evitar violações de direitos dos moradores da Maré. Rio de Janeiro, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/14/justica-volta-a-determinar-medidas-para-evitar-violacoes-de-direitos-dos-moradores-da-mare.ghtml>

verdade e não importância. Como exemplo desse princípio de exclusão de que Foucault fala podemos citar as cartas que foram produzidas pelas crianças da Maré ilustrando a violência que ocorre nas favelas, tais cartas tiveram seus conteúdos questionados quanto à veracidade e à capacidade de produção das crianças. De acordo com Coelho (2019) para o jornal G1, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro contestou se as cartas foram realmente produzidas pelas crianças ou se foram encomendadas por “milicianos” ou “traficantes” como uma forma da polícia não agir com rigor.

O juiz da causa tem que analisar se aquelas cartas realmente foram feitas pelas crianças, se não foram encomendadas, se não há algo por trás disso, se realmente é a sociedade da Maré que está clamando para que isso pare, para que essa violência pare (COELHO, 2019, G1.com).

Temos que saber realmente se estão sofrendo realmente esse tipo de grave ameaça, se as crianças realmente estão sendo prejudicadas, se a investida está contrariando o direito do cidadão que lá reside, ou se a polícia está agindo de forma legal. (COELHO, 2019, G1.com)

Em tempos em que assistentes sociais, psicólogos, advogados, profissionais da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, etc. discutem a importância da criança ser ouvida e levada em conta durante os processos na justiça, o presidente do TJ tenta deslegitimar a produção das crianças da Maré (SOUZA, 2019)⁹. Por que crianças faveladas não teriam a capacidade de produzir desenhos ou falas sobre aquilo que elas vivem constantemente? Por que seu discurso não tem validade, precisa ser investigado? Será que se fossem desenhos produzidos por crianças não faveladas, caso ouvissem tiros em bairros como Leblon, teria sua validade investigada?

Além do questionamento da confecção das cartas por parte das crianças, esta afirmação do juiz também coloca em dúvida o efeito que as incursões policiais causam na vida das pessoas que moram em favelas. Sua declaração dá a ideia de que a favela consente este tipo de ação, desvinculando a violência vivida de um modelo de segurança pública que não leva em consideração todo o estrago que faz na vida do favelado, não só com as inúmeras mortes físicas como também afetando nossa subjetividade a partir de um intenso medo a que somos submetidos. Outro ponto a se destacar nesta fala é que ela coloca em dúvida o sofrimento dos moradores, como se

⁹ Eufrásia Souza, defensora pública, fala proferida no curso de Mídias, Violências e Direitos Humanos do NEPP-DH - UFRJ (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Aula do dia 26 de agosto de 2019.

as reclamações estivessem sendo inventadas, pudessem ser evitadas por nós e/ou fossem exageradas.

Saindo desse exemplo da Maré que se constitui numa exceção quando expandimos nosso olhar para todas as favelas, se o favelado mal tem sua voz visibilizada, como ele poderia ter reconhecido seu saber como algo que seja relevante e válido para as pesquisas que são feitas sobre a favela nas universidades? Aqui penso no lugar de fala. Ribeiro (2017) diz que não há uma epistemologia que fale especificamente sobre o termo e que sua origem é indeterminada, porém acredita-se que tenha surgido a partir das discussões feministas. O lugar de fala, de acordo com a autora, está associado ao lugar social que sujeitos ocupam numa relação de poder que remete às condições sociais que permitem ou não que determinados grupos acessem certos serviços, tenham suas demandas atendidas.

O mestrado foi o caminho que encontrei para transitar entre esses dois lugares (academia e favela) e finalmente minha voz no meio de tantas outras vozes poderá ser ouvida já que a academia é um lugar que nos dá um certo poder por seu lugar de fala privilegiada. Para não endossar o discurso acadêmico ainda predominante que crê em uma suposta neutralidade, busco produzir um movimento de deslocamento levando a favela para dentro da academia. Por isso também escolho ferramentas conceituais que entendem que não há neutralidade. Os conceitos de implicação¹⁰ e de transversalidade¹¹ possibilitaram o desenvolvimento de uma escrita implicada e, segundo Martins (2016), impossibilitam pensarmos em práticas de pesquisas neutras, sem atravessamentos. Fazer uma escrita implicada é poder se dar conta e colocar em análise os afetos e atravessamentos entre a minha relação com a favela, ver minhas implicações em relação a ela e o quanto estou tomada por sua dinâmica de funcionamento. Busco também produzir análises e uma escrita para ser mais uma voz da favela e, quem sabe, alimentar o debate.

Uma outra importância é poder enxergar os perigos de determinados becos que podem nos conduzir às armadilhas de um determinismo e, assim, poder traçar outras

¹⁰ A análise de implicação é um conceito usado pelos analistas institucionais, que não se limita a uma questão de vontade, de decisão consciente do pesquisador; mas abarca uma análise do sistema de lugares, do lugar que este ocupa daquele que ele almeja ocupar e do que lhe é encarregado ocupar -enquanto especialista- com os desafios que isto acarreta (SOUZA; SANTOS; SANTOS, 2011, p.08).

¹¹ “A transversalidade é entendida, por Lourau (1993), como a produção de um intertexto nos espaços de intervenção, assim como - segundo Lapassade (1989) - a interpenetração de caráter instituinte, produtivo, revolucionário e do criativo” (SOUZA; SANTOS; SANTOS, 2011, p.07).

rotas de caminhos que problematizam as desigualdades sociais, o racismo e a manutenção de uma política violenta e de condições precárias nas favelas, fazendo parte de um problema estrutural e institucional de nosso país. Isto porque, sem generalizar, não são todas as pesquisas sobre as favelas que enveredam por este caminho. Muitas vezes o foco está numa visão de que nós moradores somos “coitadinhos”, uma visão que nos despotencializa e convoca tutela, isso nos diminui, como se não tivéssemos conhecimento para pensar nessas questões, ou muito pior, levam a um lugar de criminalização de nosso território e nossos modos de vida.

Para a construção dos caminhos desta pesquisa, em busca de uma escrita favelada para produzir fissuras na escrita acadêmica padronizada, me basearei nas diversas metodologias disponíveis resultantes dos movimentos nas universidades em direção a uma nova escrita e saberes outros que por anos foram silenciados e marginalizados como, por exemplo, os saberes africanos, os estudos decoloniais, etc.

Além dos conceitos de implicação e transversalidade da análise institucional francesa, para a produção de uma escrita implicada utilizaremos também os estudos da cartografia articulando os conceitos de biopolítica de Foucault, gestão dos riscos de Castel (1987), necropolítica de Mbembe (2016) e de racismo institucional abordados por Almeida (2019), Nascimento (2016), Schucman (2012).

O conceito de gestão de riscos será fundamental para identificarmos que os processos de classificação de um território como sendo de risco, assim como a criação de perfis que visam as ações das políticas públicas, poderão servir de estigmatização das classes pobres e propiciar o retorno do discurso das classes perigosas, que é uma construção histórica de acordo com a qual os pobres e principalmente os negros são associados à criminalidade. Esse discurso tornará a classe pobre principal alvo para as políticas de morte implementadas nas favelas.

A escolha destas ferramentas conceituais se deu por acreditarmos que são potentes por trazerem a multiplicidade de ordens discursivas para problematizar as ruas e os morros que pesquisamos, sem a pretensão de produzir verdades únicas ou soluções.

A análise se coloca como um processo cujo sentido político é produzir problemas e não verdades ou soluções, mobilizando deslocamentos nas formas de organização. Para que a análise se realize, de fato, faz-se necessário destrinchar as implicações colocando em questão os elementos que as constituem e experimentando compor de modos diversos (MARTINS, 2016, p.32).

As pesquisas que utilizam a cartografia proposta por Deleuze e Guattari (2005) não têm metas traçadas, regras e objetos preestabelecidos, tampouco se constitui de uma ação sem direção. É adentrar o campo e trabalhar com o que emergir. (Barros; Passos, 2009) “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (BARROS; PASSOS, 2009, p.17).

Conforme fazia a revisão bibliográfica desta pesquisa, fazia uma análise de implicação, porque entendemos ser importante analisar nossas implicações em nossas práticas cotidianas, o que nos afeta, o que nos constitui, o que nos produz e também o que constituímos e produzimos. Comecei a sentir um certo desconforto, meu corpo somatizou e tive algumas crises de ansiedade, pânico e picos de pressão alta devido à tensão e ao medo. Cheguei a chorar algumas vezes. Na verdade, ainda choro quando mergulho de cabeça neste tema. Talvez por isso eu fuja tanto da escrita, mas ao mesmo tempo eu sinto que eu preciso falar sobre o medo, sobre como fui e sou afetada, porque o silêncio produzido por ele sufoca.

O processo da escrita implicada é dinâmico, mas não é fácil porque ele pode ser doloroso, sem deixar de ter a sua beleza. Analisando a experiência de dor e a tentativa de produção de equilíbrio produzida pelo meu corpo tanto subjetivamente quanto fisicamente trago Rolnik (1993) e Canguilhem (1978) para refletir sobre esse meu processo de escrita que hoje flui e mostra que se encontra adaptado à realidade que tanto me perturbava, mas não findado, porque entendo que durante a minha caminhada para a construção desta pesquisa um novo corpo já vem emergindo, “o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir” (ROLNIK, 1993, p.242).

Pois bem, no visível há uma relação entre um eu e um ou vários outros (como disse, não só humanos), unidades separáveis e independentes; mas no invisível, o que há é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isto acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um destes estados, nos tornamos outros (ROLNIK, 1993, p.242).

O ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro. O meio é normal para uma determinada forma viva na medida em que lhe permite uma tal

fecundidade e, correlativamente, uma tal variedade de formas que, na hipótese de ocorrerem modificações do meio, a vida possa encontrar em uma dessas formas a solução para o problema de adaptação que, brutalmente, se vê forçada a resolver. Um ser vivo é normal em um determinado meio na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências do meio (CANGUILHEM, 1978, p.112-113).

Nessa construção de um novo corpo em que mudanças foram geradas, meu organismo fez adaptações para lidar com o novo cenário em que estava inserida no momento, causando muitas dores e ao mesmo tempo produzindo saúde através das variações de pressão arterial, tensões no pescoço, na coluna cervical e na nuca para gerar equilíbrio. Esse novo corpo que emergiu não tem mais passado por esse processo doloroso, pois sei que um novo corpo está substituindo o atual para que eu possa seguir em frente caminhando por ruas e becos...

No processo da revisão bibliográfica também emergiram algumas questões, que apresento abaixo, para serem trabalhadas nesta pesquisa, ao lado de outras que poderão surgir durante a caminhada:

- A partir de que regimes de verdade são produzidos dispositivos biopolíticos que têm por efeito o medo?
- Qual o impacto do medo na vida dos favelados?
- Como o racismo produz sujeitos que merecem morrer e sujeitos que merecem viver?

Como método lançaremos mão do uso de diário de campo com registro de minhas experiências, notícias de sites e jornais, incluindo os comunitários, falas e experiências de moradores de diversas favelas para colocarmos em análise práticas violentas que acontecem de modo sistemático nas favelas cariocas, além, claro, da revisão bibliográfica.

1 VAMOS FALAR SOBRE FAVELA

Todo Mundo Devia Nessa História Se Ligar,
Porque tem muita criança
Indo para a escola estudar
Buscar uma vida digna talvez
Um pouco brincar
Quem sabe mudar a vida
Antes de alguém o matar
Ele é só mais um Silva
Que a estrela não brilha
Que a família cuidou com tanto carinho
Para estar chorando hoje em dia
Ele é só mais um Silva
Que a estrela não brilha
Hoje uma família não tem mais alegria

Leticia Guimarães (filha da Camila Santos do Papo Reto)

1.1 Breve histórico

Favela, termo que, segundo Fernandes e Costa (2009), costuma referir-se a um espaço constituído por habitações aglomeradas, muitas vezes ilegais, estabelecidas em áreas com vários becos e vielas em que os serviços públicos são precários (luz, água, esgoto, escola, transporte, lazer). Ela foi tornando-se objeto de estudo e de debates por variadas áreas ao longo dos anos.

Segundo Valladares (2005), no Rio de Janeiro os primeiros estudos sobre o cenário urbano e o povo foi sobre o cortiço, que era considerado o lugar da pobreza no século XIX, no qual moravam trabalhadores e os considerados vagabundos e malandros classificados como “classe perigosa”. O cortiço era visto como:

...antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades (p.25)

Algumas leis foram decretadas para que não houvesse construção de novos cortiços, já que era definido pelo regulamento municipal como uma construção proibida pela Prefeitura. No fim do século XIX eclodiu uma “guerra” que levou à destruição do cortiço mais famoso, o Cabeça de Porco. Entre 1902 e 1906 o Prefeito do Rio de Janeiro protagonizou uma grande reforma urbana com o objetivo de sanear e civilizar a cidade eliminando inúmeras habitações populares.

A partir dos seus estudos bibliográficos acerca do tema, Valladares (2005) afirma que diversos autores apontam uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX. O interesse pela favela, novo espaço social e geográfico que aos poucos foi tornando-se local da pobreza, só apareceu após essas ações contra o cortiço. O Morro da Favella¹², hoje o Morro da Providência, entrou para a história devido à sua ligação com a guerra de canudos, em que antigos combatentes se instalaram com fins de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus salários atrasados.

O Morro da Favella, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro (p.26)

Dessa forma, conforme Valladares (2005) aponta, apenas na segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo usado não mais para apenas referir-se ao Morro da Favella, mas para qualquer habitação pobre, de ocupação ilegal e irregular e geralmente sobre encostas. Porém, ela ressalta que o fenômeno da existência das favelas é anterior ao surgimento da categoria favela, pois o Morro da Providência foi ocupado em 1897. Outra ocupação com um processo semelhante de favelização ocorreu em 1898, no Morro de Santo Antônio, em que soldados de outro batalhão, que também retornavam da mesma operação militar em Canudos, construíram barracos com autorização dos chefes militares, entre as ruas Lavradio e Evaristo da Veiga. A Quinta do Caju, a Mangueira¹³ e a Serra Morena também são do século XIX e anteriores ao Morro da Favella. Esses lugares começaram a ser povoados em 1881 e não há nada provando que tenham resultado

¹² A ortografia inicial da palavra favela era *favella*, o segundo “l” desapareceu por causa da Reforma Ortográfica de 1940 em Portugal, e de 1942 no Brasil (VALLADARES, ANO, p.24)

¹³ Esta Mangueira não é a conhecida Favela da Mangueira. Era localizada na encosta do Túnel Velho, do lado de Botafogo. (p.27)

de uma ocupação ilegal. No caso da Quinta do Caju e da Mangueira, os primeiros que habitaram eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos podendo supor que tenham sido autorizados.

Apesar de ter ocorrido ocupações anteriores ao Morro da Providência, foi este que ficou na história. Valladares (2005) analisa que a maioria dos textos escritos no início do século levam a associação da favela ao povoado de Canudos e que há uma sobreposição das histórias. Entre as razões apresentadas para a mudança de nome seria:

1ª) a planta favella, que dera seu nome ao Morro da Favella - situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia - ser também encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência e 2ª) a feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República, e a tomada dessa posição representando uma virada decisiva da batalha (p.30)

A autora frisa que essa análise não é para dizer que o mito de origem da favela carioca é resultado apenas das referências geográficas à Canudos e à batalha final, mas ao fato desses acontecimentos terem se apoiado no relato sobre eles feito por Euclides da Cunha em sua obra *Os sertões*. O livro com suas imagens marcantes e fortes foi lido por todos os intelectuais da época, fazendo com que tivessem uma compreensão e interpretação sobre a favela emergente a partir dele.

Os discursos que foram propagados na época pelos jornais, médicos higienistas, delegados, engenheiros produziram a favela como sendo um local de vagabundos, criminosos, da desordem, da falta de higiene, das doenças, dentre outros, tornando-a oposta à cidade e um problema que precisava ser solucionado. A partir disso uma série de práticas foram colocadas em ação para elaborar o problema das favelas e tentar erradicá-las, principalmente a partir das produções do saber médico e do prolongamento, de acordo com Valladares (2005), do diagnóstico feito dos cortiços e do Morro da Favella que foi generalizado ao universo das mesmas.

Durante os anos 1926 e 1927, Augusto de Mattos Pimenta¹⁴ executou junto aos poderes públicos e à imprensa uma campanha contra a favela em nome de um projeto

¹⁴ Augusto de Mattos Pimenta era um ilustre e viajado rotariano, ora apresentado como médico sanitário, ora tido como engenheiro e jornalista, personagem importante do meio empresarial carioca no final dos anos 20, porém pouco citado e mal conhecido pelos autores contemporâneos. Em sua ficha junto ao Rotary Club, a que se filiou em 1925, consta que trabalhava em escritório próprio, exercendo como profissão a corretagem de imóveis. Esta ocupação é confirmada pelo *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (FGV/CPDOC, 1984), no que o personagem aparece sobretudo como um jornalista envolvido com as revoluções de 1930 e de 1932 (VALLADARES, 2005, p.43).

maior de remodelação do Rio de Janeiro que teve a duração de dois anos. Ele combinou o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e o pensamento urbanístico em progresso para montar seu projeto sanitaria e estético sobre as favelas, o que contribuiu também para que elas fossem vistas como um problema. A retomada do seu discurso colocando a favela como local de concentração de pobres perigosos, espaço anti-higiênico, insalubre durante seus dois anos de campanha fez com que os principais jornais retratassem a favela como a lepra da cidade. Marcos Pimenta dizia que as favelas eram:

Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito de larapios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos (Valladares (2005 apud PIMENTA,1926)).

As práticas resultantes e os discursos propagados nessa época perduram até hoje. Por trás dos projetos de reurbanização, que alegam que é para a melhoria da favela, há o objetivo maior que é a estética urbana, pois são projetos que atendem a uma preocupação higienista, que vai de encontro também com os interesses de empresas de obras, do turismo e grandes bancos, sem uma preocupação com a qualidade de vida do favelado. Hoje esse remodelamento das favelas é feito através do “Favela-Bairro”¹⁵ que teve início em 1994. Então, o questionamento que fica é: o real motivo de implementação do favela-bairro é para a melhoria da condição de vida da população que sempre viveu à margem de uma estrutura urbana adequada ou é apenas mais um projeto higienista e estético já que traz em seu discurso uma mudança motivada por um “...debate excludente e desvalorizador sobre os moradores de favelas, com variações em torno de sub-temas como marginalidade, desordem urbana e a ameaça das habitações populares...” (Valladares (2005 apud MARTINS, 1999))?

Não podemos deixar de apontar que a primeira desocupação higienista ocorrida no Brasil foi no período da república em 1893 para destruir o cortiço conhecido como “Cabeça de Porco”. Os moradores receberam intimação três dias

¹⁵ Projeto da Prefeitura do Rio coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cuja meta é o que chamam de integrar a favela à cidade. O programa implanta infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas (Secretaria Municipal de Habitação, 2016).

antes para desocupar o local, porém a maioria permaneceu nas casas, então o prefeito da época, Barata Ribeiro, recorreu à polícia que invadiu o local, cercou-o para que então trabalhadores da Intendência Municipal e bombeiros demolissem as casas (NIELSSON; WERMUTH, 2018). De forma semelhante, atualmente ocorrem remoções conforme a indústria imobiliária classifica um determinado lugar como rentável para negócios. Citamos aqui uma que ocorreu em 2012, que foi uma desocupação feita na comunidade do Pinheirinho em São José dos Campos, também com o uso de força policial (MONTEIRO; FARIA, 2012, *Jornal Estadão*). Esses dois episódios ocorreram em épocas diferentes, porém baseados no mesmo modelo higienista e com o uso da força repressora da polícia, práticas que às vezes pensamos ser decorrentes apenas em um governo de biopoder, mas que na verdade já existiam e que apenas foram atualizadas.

Trazer esse breve histórico para nossa pesquisa é importante, pois evidencia que desde a formação dos primeiros cortiços e posteriormente favelas houve uma construção histórica da moradia da população pobre como sendo local da desordem, marginalidade, doenças e insegurança. Essas produções influenciaram e até hoje influenciam as práticas de intervenções nas favelas, que são vistas como responsáveis pela insegurança da cidade, afetando nossas políticas públicas de urbanização, de saúde, educação e principalmente de segurança, ou seja, “os discursos fundamentam as intervenções e as intervenções legitimam o discurso” (GONÇALVES, 2019, p.118). Assim como também foi fabricado um saber acerca da favela que influenciou/influencia grande parte da literatura sobre a pobreza e sobre a própria favela.

Diferentes termos surgiram para referir-se à favela, como por exemplo: “comunidade”, “bairro”, “conjunto”, “morro”, “vila”, “parque” e “complexo”. Palavras que se referem ao mesmo espaço e que continuam marcando a separação que há entre ele e a cidade. De acordo com Fernandes e Costa (2009) baseados em Valladares (1999) alterar o nome pode ser uma tentativa de lutar contra o preconceito expresso no termo, seria uma forma de retirar o teor pejorativo aplicado às favelas, mas ainda assim não alteraria o cerne do problema. Muitos moradores utilizam essas outras denominações ao invés de favela. Gonçalves (2019) pontua que o termo favela é mais usado por moradores que pertencem aos movimentos de luta das favelas por estar vinculado a uma existência histórica e que expressa resistência.

É interessante sinalizar que, segundo Alvito (2001), o termo “complexo” tem sua origem no “vocabulário penal ‘Complexo Penitenciário Frei Caneca’ que, por exemplo, engloba diferentes ‘instituições penais’ como a Penitenciária Milton Dias Moreira, a Lemos Brito e o Hospital Penitenciário” (p.54). Esta é a forma que o sistema da polícia utiliza para identificar um conjunto de favelas que estão sob o domínio do mesmo grupo de comerciantes de drogas ilegais. Porém, não é usado exclusivamente por ela, é um termo que se popularizou e é bastante usado para designar grupos de favelas pelas mídias. A Prefeitura usou o termo na placa do programa favela-bairro: Complexo da Mangueira (Telégrafo, Mangueira e Candelária) (ALVITO, 2001). Faço aqui uma observação de que eu também reproduzia o uso desse termo até ter lido a pesquisa de Alvito. Esse termo também já está em uso em mapas, nas redes sociais como Facebook, Instagram. Quando postamos alguma foto e queremos marcar o local em que nos encontramos, nas sugestões aparece o nome da favela antecedido pela palavra “complexo”. Isso acontece para as favelas da Vila Kennedy, Serrinha, dentre outras.

Nesta dissertação optamos pelo uso das palavras “favela” e “favelado”, “favelada”. Concordamos que seja um termo carregado de preconceito devido à construção e ao uso histórico em uma estrutura preconceituosa e de criminalização dos pobres, mas usá-la em outro contexto ajuda a desconstruir e combater esse preconceito. A pesquisadora entende a favela como potência, resistência, luta, multiplicidades, vida que pulsa e se identifica como favelada.

1.2 O estabelecimento do comércio ilegal de entorpecentes

Segundo Misse (1997), o jogo do bicho era o mercado informal ilegal que dominava no Rio de Janeiro até a década de 80 e apenas no fim dos anos 70 é que o tráfico de cocaína foi identificado, período em que era controlado pelo Comando Vermelho e que o autor caracteriza como “primeira fase do tráfico”. A segunda fase ele diz que foi marcada pela segmentação e o enfraquecimento do Comando devido à prisão e morte de suas principais lideranças. O autor identifica que a desconfiança gerada entre os que controlavam o “movimento” de dentro do presídio e os que controlavam de fora dele foi um aspecto fundamental para a passagem da primeira para a segunda fase. Foi um período (entre 1985 e 1992) bastante violento com constantes guerras entre os diferentes grupos, lutas pela liderança no interior de um

mesmo local ou entre diferentes locais, que continuam até hoje, assim como o aumento da repressão policial violenta (1994). Em muitos aspectos essa rede parece bem próxima da que organizava o “jogo do bicho” nas décadas de 50 a 70 com a divisão de áreas, hierarquia entre gerentes e vendedores, poder local, interesse político com a “proteção” dos moradores sob seu raio de influência.

Batista (1998), fundamentada na criminóloga venezuelana Rosa del Olmo, afirma que a economia liberal é a força que move o desenvolvimento do mercado de drogas, legais ou ilegais. Criou-se o “mito da droga” em que a palavra foi estereotipada por conta da difusão, principalmente pelas mídias, do medo da droga. O discurso produzido em torno dela gerou um pânico moral sobre as drogas e os estereótipos do “consumidor” e do “traficante”. Trata-se “de uma estratégia dos países capitalistas centrais, responsáveis pela volumosa demanda por drogas no mercado internacional” (p.71). Sendo assim, nos EUA, conflitos econômicos foram transformados em conflitos sociais expressados em determinadas drogas. Por questões ideológicas foram criadas associações das drogas com determinados grupos que disputavam o mercado de trabalho nos EUA, como foi o caso da primeira lei federal contra a maconha que foi associada aos imigrantes mexicanos. Os migrantes chineses na Califórnia foram associados ao ópio e no Sul dos EUA os trabalhadores negros do algodão foram associados à cocaína, criminalidade e estupro quando lutavam por emancipação.

A demonização do comércio ilegal de entorpecentes, de acordo com Batista (2003), fortaleceu os sistemas de controle social e seu caráter letal, sendo assim, se a vítima é um suposto “traficante”, a violência policial é legitimada. O mercado de drogas ilícitas aumentou os lucros decorrentes do tráfico, aumentou o investimento no sistema penal e principalmente forneceu argumentos para uma política de violação permanente dos direitos humanos contra os jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro, aos quais são atribuídos o estereótipo de traficante. Desse modo, para criminalizar e penalizar determinadas drogas montou-se um sistema jurídico-penal, como é o caso da cocaína, que por um lado o sistema neoliberal estimula sua produção, comercialização e circulação, pois resulta em alta rentabilidade no mercado internacional, e por outro lado tem todo um arsenal jurídico e subjetivo que demoniza e criminaliza esta mercadoria.

Batista (1998) diz que a legislação penal sobre drogas no Brasil possui dispositivos vagos e indeterminados, além de abusar de normas penais que legitimam sistemas que violam as garantias individuais. O Brasil, a partir dos anos setenta,

incorpora a mesma política norte-americana que tem em seu discurso central o inimigo interno como o produtor e o traficante e no final da década de 70 e início da década de 80 tem o ápice do modelo jurídico-político com a incorporação total dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional na concepção de seguridade pública. A política de repressão dinamiza os circuitos econômicos em que a economia de mercado funciona para o lucro dos fornecedores que controlam o tráfico de drogas proibidas, como também favorece os monopólios para a formação e controle do preço. A repressão por parte do Estado é vantajosa para o tráfico, pois ele usa a ameaça de violência para deter completamente o controle do preço da mercadoria. Dessa forma, como a repressão ao tráfico visa atender a objetivos de regulação econômica, o comércio ilícito faz parte do sistema financeiro lícito e institucional (BATISTA, 1998).

A cocaína passou a contar com um sistema de divisão internacional de trabalho, conforme Batista (1998) aponta, devido à crise de superprodução da economia mundial que ocorreu a partir de 1967 e o modelo recessivo que seguiu até 1982 que gerou a reestruturação da economia mundial. A América Latina formou uma grande indústria na década de 80 em que algumas regiões se especializaram na produção de folhas, outras na fabricação da pasta, outras na comercialização. Em termos de Brasil, no Rio de Janeiro, não se produz a cocaína, e a partir dos anos setenta fortaleceu-se seu consumo e a propagação do seu uso fez com que ocorresse uma especialização da mão-de-obra das favelas na venda ilegal da cocaína. Conforme Misse (1997), o mercado de drogas ilegais (inicialmente maconha), as chamadas “bocas de fumo”, que ocorria nas áreas pobres do Rio era limitado e destinado a consumidores locais, até que o consumo se espalhou pela juventude da classe média no final dos anos setenta.

Batista (1998) observa que a partir da disseminação da cocaína cresceram nas delegacias, no juizado de menores¹⁶ e nas unidades de atendimentos a jovens, as infrações relacionadas a consumo, venda ou posse de cocaína, sendo que no caso de jovens de classe média considera-se como problema médico e no caso de jovens pobres considera-se como ação criminosa. A construção do estereótipo do criminoso trabalhado pelas ações governamentais e as grandes mídias, aliada às campanhas de “lei e ordem” ao tratar a droga como inimigo interno, permitiu criar um discurso político que transformou a droga em uma ameaça à ordem. A toxicomania foi

¹⁶ Hoje chamado Vara da Infância e da Juventude.

associada ao comunismo, por meio de um artigo¹⁷ que atribuiu a disseminação do uso das drogas a uma estratégia comunista para a destruição do ocidente. Há um dossiê sob o título “Comando Vermelho” em que há documentos com recortes de jornais e relatórios sobre a organização do crime ligando os presos políticos aos presos comuns e uma suposta participação da esquerda no crime, além de um suposto recrutamento aos presos comuns. Essa versão que é apresentada como verdadeira foi negada tanto pelos chamados “traficantes” quanto pelos chamados “subversivos”. Neste mesmo dossiê, Batista (1998) aponta que há um discurso feito por policiais e pelo Secretário de Segurança Pública de que são necessários mais armamentos, pois para eles a polícia estaria em condições inferiores.

Todo estabelecimento e reprodução das organizações criminosas não seria possível se não houvesse acordos e trocas políticas com agentes públicos, entre eles, policiais, que possuem o uso legal das armas e de informações estratégicas (SILVA; MENEZES, 2019).

Um termo muito usado ultimamente pelas mídias em oposição ao termo “traficante” é o termo “milícia”. Segundo Alves (2020), as milícias têm sua origem nos antigos grupos de extermínio da Baixada Fluminense nascidos na década de 1960, na ditadura, quando agentes públicos, agentes do Estado eram financiados por empresários e comerciantes para “limpar” as áreas disputadas na época, eliminando os opositores. Havia políticos ligados ao regime militar que apoiavam esses grupos, que se tornavam a base política que necessitavam para emergirem. Em entrevista concedida à repórter Giovanna Galvani da Carta Capital (25/07/2019), José Cláudio Souza Alves¹⁸ define as atuais milícias como:

[..]são grupos de agentes de segurança pública que vão passar – a partir da posição que têm dentro do Estado – a organizar dimensões criminosas como grupos de extermínio, cobrança de segurança para comércio e para a população. Depois, abrem um leque de portfólio de tudo o que você possa imaginar: vendem terras, casas, aterros, água, *gatonet*, trabalham com transporte clandestino, gás, cigarro, drogas [...]

[...]Não é máfia, nem um grupo de matadores de aluguel. Os jagunços do sertão podem ser uma referência do passado, mas não definem ao certo essa estrutura. Capangas também não tocam no cerne da questão. De dimensões enormes, há de se pensar que essa rede queira se legalizar, enfrentar menos problemas e menos guerras. Mas ela já é autorizada a existir. “Você acha que vai prendê-la e pegá-la pelo legal, ela vem e te mata. Quando você vai tratá-los como ilegais, aí eles te tratam pela legalidade, e bloqueiam sua

¹⁷ O artigo intitulado “Tóxicos e Subversão” é um documento oficial sobre a toxicomania como arma dos comunistas publicado em janeiro de 1973. (BATISTA, 1998, p.75)

¹⁸ Professor de sociologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador das milícias há 26 anos.

capacidade de atingi-los, porque eles têm acesso à informação. A milícia é o próprio Estado” [...]

Ainda de acordo com José Cláudio na entrevista concedida à Carta Capital, a diferença entre as “facções” (termo usado para designar os grupos de “traficantes”) e as “milícias”, é que no caso das “facções” são grupos que ou fazem acordo com a polícia ou entram em confronto direto com ela. O grupo “Comando Vermelho, por exemplo, parte para o confronto direto: “é morrer ou matar”. No caso do “Terceiro Comando”, é um grupo que sempre fez acordo com a polícia, e segundo ele, há um relato que seria um grupo criado por policiais. Já as “milícias” têm um poder estrutural que é dado pelo Estado, porque ela é o Estado.

É importante ressaltar que uma nova disputa entre favelas está se fazendo cada vez mais presente, principalmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que são os confrontos entre os grupos paramilitares e os grupos civis armados. Segundo a reportagem do Jornal Nacional do dia 30 de julho de 2018 disponibilizada no G1, as “milícias” são formadas principalmente por ex-militares, mas como a própria reportagem mostra, quatro PMs do batalhão da área foram presos por suspeita de envolvimento com a “milícia”. Eles intentam dominar as áreas que há décadas são dominadas pelo “tráfico”. Abaixo seguem comentários de moradores divulgados nessa reportagem:

“Escuta isso, escuta isso. Olha o tiroteio no Rola neste momento, olha o tiroteio. Tô abaixado aqui, tô abaixado aqui”.

“Nunca vi isso na minha vida. Tanto tiro que dá medo”.

“O bandido corre, o morador corre.”

“Muito tiro, muito tiro”.

“Um lado às vezes tem milícia, outro lado não tem milícia, do outro lado é traficante. E eles se misturam”.

“Aqui não é tiroteio, aqui é guerra. Aqui o que canta é a bala. É todo o dia. Ontem, anteontem, antes de ontem, semana passada, semana retrasada”.

“Hoje que eu já não fui. Meu chefe, graças à Deus, presta atenção, ele é um cara solícito, ele entende. Ele viu ontem e já tinha me avisado que não era nem para vir trabalhar”.

“É complicado, né? A gente acorda cedo com a preocupação de como está o bairro. Se dá para sair tranquilo para poder ir trabalhar. Aí na volta é a mesma coisa, você não sabe como é que está o bairro. Aí do nada você recebe informação que está tendo uma guerra. É muito difícil, é muito difícil levar a vida assim”.

Dentro desses arranjos surge uma nova nomenclatura para denominar a união entre o “tráfico” e a “milícia”, segundo Werneck e Souza (2019) em uma reportagem para o Jornal Extra realizada no dia 10/10/2019, a “narcomilícia”. De acordo com essa reportagem, promotores e investigadores informaram que há cerca de 180 locais dominados pela “narcomilícia” em que a exploração ilegal de serviços e a cobrança

de taxas de segurança coexistem junto com as bocas de fumo. Há políticos envolvidos com esses grupos também. Dentre os locais citaram: Praça Seca, Itanhangá, Ilha do Governador, Senador Camará, Vila Kennedy, Santa Cruz, Nova Iguaçu, Queimados, Belford Roxo, São João de Meriti, Seropédica, Itaguaí, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito. Na Baixada Fluminense, Simone Sibilo (promotora e coordenadora do GAECO - Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público e do Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa (DGHPP) da Polícia Civil), em territórios dominados pela “narcomilícia” há casos de execução de moradores e comerciantes que não se renderam a eles, como também casos de estupro.

Nesta dissertação usaremos as palavras “comerciante ou vendedor de drogas ilícitas” ou “comerciante ou vendedor de entorpecentes” para nos referirmos a todos os grupos que trabalham na comercialização de drogas classificadas como ilegais e que exercem domínio nas áreas pobres. Não usaremos o discurso amplamente usado pelas mídias e pela instituição polícia em que há uma insistência em separar esses grupos como se existissem os “heróis” e os “anti-heróis”. Pela breve revisão bibliográfica sobre drogas trazida anteriormente, é possível observarmos que há um discurso histórico moralista e intencional para o uso do termo “traficante”, o qual é designado apenas para criminalizar o pobre que usa ou comercializa drogas consideradas ilegais, termo este que na maioria das vezes não é atribuído ao usuário ou comerciante de classe média ou alta, ou aos grupos do governo. Além disso, o uso da palavra “traficante” alimenta a chamada “guerra contra as drogas” e traz embutida a ideia de que não haveria a participação de agentes do Estado, como a polícia, políticos, etc nessa grande rede de comércio de drogas ilícitas.

1.3 Biopolítica, gestão dos riscos e “classes perigosas”

No contexto da associação da pobreza com a criminalidade faz-se necessário compreender como ela foi construída historicamente. Coimbra (2001) salienta que desde meados do século XIX já existiam teorias que explicavam o que seriam as classes perigosas ligando-as à pobreza. Apoiada em Milton Santos, Cecília diz que os “territórios da pobreza” eram espaços sem valorização imobiliária que causavam medo nas camadas “privilegiadas”, e conforme esses territórios eram mais valorizados, suas populações eram retiradas do local. Sendo assim, essa camada

pobre sobreviveu com mínimas condições de moradia, transporte, etc. e teve seus espaços estigmatizados através do discurso hegemônico que dizia que eram locais de violência, criminalidade.

É necessário atentarmos que o termo “favelado”, cujo uso é empregado para indicar algo fora de uma norma moral, induz ao apagamento das múltiplas realidades e subjetividades que existem dentro da favela uniformizando todas as vidas. Um caminho subjetivo que constrói um (único) perfil associado a todo morador de favela, como se todos vivessem, se comportassem, sentissem da mesma forma. Uma das belezas da favela, como de todo espaço plural, é justamente o celeiro de subjetividades que nelas há. Dessa forma, além de analisarmos a construção histórica da associação da pobreza à criminalidade e a estigmatização do povo favelado, é importante analisarmos as práticas que produzem tal associação e o perfil “favelado”. A biopolítica, como uma política orientada ao corpo-espécie pensado por Foucault, nos dará base para pensarmos como essas associações atuam e corroboram para que a gestão da pobreza seja feita eficazmente ao padronizar todos os que moram na favela e orientá-los a uma única estratégia de governo.

Em uma conferência intitulada “O nascimento da medicina social”, ocorrida no Rio de Janeiro em 1974, Foucault mencionou a palavra “biopolítica” pela primeira vez. O vocábulo apareceu novamente dois anos depois no último capítulo do livro *A Vontade de Saber* em 1976 e no livro *Em defesa da sociedade*, resultado de uma aula lecionada no Collège de France também em 1976 (PELBART, 2011). Foucault define por biopolítica a forma de governo que governará não os territórios, mas as coisas. Podemos entender como coisas o próprio homem e a sua relação com o mundo, ou seja, sua relação com a riqueza, recursos, seus hábitos, costumes, formas de agir, pensar, etc. No fim da idade média este governo sobre a vida do homem, ou o poder sobre sua vida (biopoder) modelou o homem de acordo com as necessidades do regime atuante. Nessa sociedade governamental, em que Foucault (2010) apontou que a população se constitui como propósito principal e os dispositivos de segurança são fundamentais, a biopolítica surge para administrar a vida, ou seja, ela controla, econômica e politicamente, as taxas de natalidade, mortalidade, longevidade. A partir disso, a Medicina terá uma função maior de medicalizar e cuidar da higiene pública para dar conta das doenças. A biopolítica não é centrada no corpo, mas na vida; lida com a população, regula a vida, “é o poder de fazer viver” (Foucault, 2010, p. 207).

Ela objetiva controlar os eventos que podem acontecer, controlar a sua possibilidade e também a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.

Foucault (2010) ressalta que a biopolítica não é uma substituta do poder disciplinar, que é o poder dirigido ao corpo individual, ela é mais uma tecnologia de poder dirigida à multiplicidade do homem, que irá somar-se ao poder disciplinar e juntos irão gerir a vida. Entre essas duas tecnologias de poder teremos a norma que tanto pode ser aplicada ao poder disciplinar como também ao poder regulamentador.

Como a norma servirá de base tanto para o poder disciplinar quanto para o poder biopolítico é importante adentrarmos no conceito de norma. Canguilhem, na segunda parte de sua obra "O Normal e o Patológico" traz definições do termo "normal" dos dicionários franceses de Medicina e Filosofia. O primeiro define como: "...é conforme a regra, regular" (CANGUILHEM, 1978, p.95) e o segundo como: "...o que se encontra na maior parte dos casos de uma espécie determinada ou o que constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável" (CANGUILHEM, 1978, p.95). O que interessa para nossa discussão é quando Canguilhem traz o debate sobre a normalidade para o campo social.

Canguilhem (1978) diz que o termo normal se popularizou e naturalizou a partir de vocabulários de uso na Medicina e na Pedagogia. Tanto a reforma da Medicina quanto a reforma pedagógica que ocorreram no contexto da Revolução Francesa foram influenciadas por uma racionalização, que também se manifestou na Política e Economia, devido à influência de um maquinismo industrial que culminou num processo de normalização.

O processo de normalização se desenvolve no século XVIII e tem seus efeitos na educação com as escolas normais, na saúde com as normas higiênicas, na indústria, no domínio militar, como acrescentou Foucault (2001). Para Canguilhem (1978, p.211) "o normal não é um conceito estático ou pacífico, e sim um conceito dinâmico e polêmico." Sobre normar, normalizar, ele diz: "é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda do que estranho." (1978, p.211) Para ele o conceito é polêmico porque o que é diferente é classificado negativamente e o conceito de direito seja ele pertencente aos campos da geometria, moral ou técnica classifica como "torto" ou "tortuoso" tudo aquilo que resiste à normalidade. Na sociedade industrial as normas estão ligadas umas às outras e esta ligação seja técnica, jurídica ou econômica as tornam uma organização.

A norma para Foucault (2001) seria efeito da disciplinarização. Ela tem por função qualificar e corrigir, porém não é seu papel excluir ou rejeitar tanto que está sempre ligada a um poder normativo. Ela pode ser aplicada a um corpo para discipliná-lo ou a uma população para regulamentá-la, por isso ela é tão importante em uma sociedade de biopoder. Para Foucault vivemos em uma sociedade de normas.

As normas têm um papel fundamental dentro de um governo de biopoder porque elas servem de base para as práticas disciplinares e biopolíticas. Quero chamar atenção para as políticas públicas porque, principalmente em um governo de biopoder, elas podem funcionar como práticas de controle, disciplina e vigilância exercidos sobre a população pobre. Poderíamos dizer que parecem “estratégias de intervenção que se anunciam sempre sob o estandarte do bem-estar e do interesse das pessoas” assim como Castel (1987, p.100) analisou o movimento da psiquiatria na França. De antemão, frisamos que entendemos que as políticas públicas são importantes para a população pobre ter acesso aos serviços e que a única pretensão aqui é pensarmos em como as políticas públicas têm sido oferecidas e de que maneira têm chegado à população e não produzir análises dicotômicas baseadas na moral classificando-as como “boas” ou “ruins”.

Scheinvar (2009) no capítulo “a política como feitiço” aponta o discurso paternalista e moral do Estado que promete políticas que dificilmente serão alcançadas, mas que são vendidas como compromissos que serão cumpridos gerando um sentimento de esperança, embora na verdade produzem e fortalecem discriminações e desigualdades. As políticas públicas se apresentam sob uma ótica paternalista e salvacionista. O controle da taxa de natalidade, os modelos de maternidade, as pedagogias em torno da criação dos filhos (que também servem de critério de determinação de permanência ou não da guarda dos mesmos judicialmente), de como a higiene corporal deve ser feita, etc. são forjadas a partir do conceito de normalidade que não contempla a diversidade de existências na favela e contribui para eliminá-las.

O funcionamento e a implementação das políticas públicas requerem muitos questionamentos e debates, pois ao mesmo tempo que elas auxiliam e visam equiparar direitos que são negligenciados à classe pobre, o conceito de risco que está por trás delas, criado a partir de normas, serve de controle, disciplina e higienização da massa pobre.

Foucault ao falar do liberalismo apontava que a noção de risco sustentava as estratégias de segurança das práticas liberais tanto econômica quanto psicologicamente. Visando dar continuidade a este debate é significativo abordar o conceito da gestão dos riscos proposto por Castel. Segurança e normalidade em uma sociedade de normalização, quando articuladas, são de grande importância para gerir a vida da população (biopolítica), e é nesse espaço que os mecanismos de segurança através do controle dos riscos se desenvolvem. O controle dos riscos é algo que se dará na gestão da vida.

Para pensar a gestão dos riscos, Castel (1987) analisa os artifícios que tornaram o saber médico-psicológico um aparelho político de gestão diferencial das populações e a que/quem eles servem. Na França, em 1967, o relatório de François Bloch-Lainé que continha a definição do que seria a deficiência deu origem a um novo dispositivo jurídico-administrativo que foi a lei que determinava quem era o deficiente. Depois do recorte feito no relatório, assim ficou determinado na lei: “são inadaptados à sociedade da qual fazem parte as crianças, adolescentes ou adultos que têm por razões diversas dificuldades mais ou menos grandes a ser ou a agir como os outros.” p.102

René Lenoir, secretário responsável por fazer a lei passar no Parlamento, elenca uma série de “excluídos”: os inadaptados físicos, os inadaptados sociais e os débeis mentais. Nesses grupos estão as crianças desadaptadas, os usuários de drogas, os doentes mentais, os delinquentes, os anti-sociais, etc. Como a lei não definia a natureza da deficiência ou a pessoa do deficiente, foram criadas comissões departamentais para avaliarem e assim definirem quem seriam os “deficientes.”

Castel (1987) considera essa forma burocrática-administrativa problemática porque ela unifica sob o mesmo estereótipo casos completamente diferentes. Sem dúvida, essa forma de unificação que Castel critica faz com que o indivíduo deixe de ser compreendido em suas particularidades para ser compreendido em um coletivo que possui diferentes demandas já que se trata de questões díspares.

Um outro ponto levantado por Castel é o funcionamento das comissões responsáveis por julgar quem seriam os “deficientes”, uma prática igualmente problemática porque os julgamentos são feitos a partir de dossiês elaborados por técnicos que selecionam casos de desvios de comportamento em relação a uma norma social. Em seguida, o psiquiatra trata de categorizar e tornar o “desvio” parte da pessoa. O trabalho do psiquiatra tem um grande peso porque ele fundamenta

cientificamente um julgamento normativo. Castel (1987, p.109) pergunta: “como, à vista de um dossiê de três ou quatro folhas, pode-se fazer uma idéia da história de uma criança, de sua personalidade profunda, de seus problemas?”

Entender como a gestão dos riscos surgiu é justamente atentar para as práticas da psiquiatria que cada vez mais tinham sua função terapêutica integrada às funções administrativas. Inclusive, essa integração, segundo Castel (1987), serviu de base para a contestação do poder psiquiátrico sob as acusações de repressão e neutralização, justificadas como um tratamento para os comportamentos socialmente indesejados. A partir daí, a Medicina mental com toda sua especialidade deixa de ter a função de tratamento em sua prática, independentemente de ser terapêutica ou repressiva, e começa a ter um papel social cada vez mais de destaque, de distribuir a população categoricamente marcando um lugar preciso para cada categoria e criando perfis. Dessa forma, ela deixa de ser um instrumento de coerção exercida diretamente e passa a ser um instrumento de gestão das populações.

O risco é determinado por uma especificação ou uma combinação de especificações, podendo ser de ordem social, em todos os âmbitos disciplinares como a medicina, pedagogia, psicologia, psiquiatria. É dessa forma que uma malformação, um certo estado de saúde, um comportamento, etc., são definidos como fator de risco, porém ele permite também reconhecer o perfil daqueles que serão alvo das políticas sociais. Um profissional dos serviços sociais visita a família para confirmar ou não a existência do risco e, através da informatização desse processo, os dados serão tratados em nível local e nacional e assim será possível mapear a incidência das doenças infantis e programar ações e pessoal preparados para lidar com o risco. Este aparato tem por objetivo garantir uma detecção sistemática e rápida de certos riscos.

A Biopolítica com suas estatísticas e padrões de normalidades prepara um campo de intervenção que permite administrar e prevenir os riscos. É nesse campo de intervenção que serão desenvolvidos os diversos aparatos para a classificação dos riscos. Esses riscos, como Castel (1987) diz, estão ligados não diretamente ao indivíduo, mas aos fatores, às correlações estatísticas de elementos heterogêneos fazendo com que o indivíduo perca a sua singularidade e passe a ser classificado como um dado. Para administrar esses “dados” foram construídos sistemas de seguridade que trabalham como gerenciadores de riscos.

Fazendo uma correlação com Foucault (2010), esses sistemas de seguridade seriam os aparatos regulamentadores que surgiram na nova governamentalidade

regida pela Biopolítica, como por exemplo: os sistemas de seguro-saúde, seguro-velhice, regras de higiene para garantir a longevidade, os cuidados com as crianças, escolaridade, etc. Estes mecanismos regulamentadores se juntaram aos mecanismos disciplinares permitindo uma articulação entre eles e não a exclusão de um ou de outro. Dessa forma, segundo Candiotto (2013) o poder disciplinar que incide sobre os corpos resultando em uma individualização, que é complementada por uma população biologicamente regulada pelo biopoder, faz com que os corpos se tornem produtivos e aptos para as diversas práticas sociais.

Lunardi (2006 apud LUPTON, 1999) diz que todos esses mecanismos associados junto com a multiplicação de conhecimentos especializados na identificação das “zonas de riscos” permitem o planejamento de ações com o intuito de administrar e prevenir os fatores responsáveis pela geração dos possíveis riscos. As estatísticas, os cálculos produzem informações que determinarão quais serão os locais conhecidos como de risco social. Isto porque a Estatística e seus cálculos servem de base para a normalidade, com ela podemos identificar quem está dentro ou se desvia da norma, facilitando a criação dos perfis de risco como fala Castel (1987).

Nessa sociedade de insegurança em que vivemos, o risco torna-se um dispositivo de controle que incide sobre os corpos daqueles que são alvos das políticas de prevenção. A prevenção não é feita em cima de fatores de insegurança econômica, ambiental, etc., mas em relação aos sujeitos que estariam em risco (CALIMAN; TAVARES, 2013). Sendo assim, “o jovem é visto como o risco, aquilo que precisa ser gerenciado, controlado, governado. A família é definida como o risco, e não mais como estando em risco.” (CALIMAN; TAVARES, 2013, p.941) É como a biopolítica age:

a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2010, p.204)

As políticas públicas que são criadas com a proposta de trazer bem-estar para os mais pobres acabam tendo como objetivo principal garantir que uma parte da população sobreviva fora de perigo e, conforme veremos à frente, não é a que é vista como perigosa por morar em áreas que são determinadas como zonas de risco.

Castel, em sua análise sobre o risco, referiu-se às práticas principalmente da psiquiatria na França, mas por inferência é possível fazer uma conexão com os bastidores das políticas públicas brasileiras que cada vez mais têm em sua base modelos de normalidade, julgamentos morais e a criação de perfis para facilitar a gestão dos favelados. Isto é bastante problemático, pois além do risco funcionar como um dispositivo de controle, nossas subjetividades podem ser usadas fora de contexto causando a naturalização de uma certa característica como sendo oriunda da pessoa ou do grupo, desconsiderando as condições históricas e sociais (SCHEINVAR, 2019).

O mapeamento das zonas que são classificadas como áreas de perigo e a caracterização de um perfil têm funcionado como uma faca de dois gumes, porque se o objetivo era facilitar as ações de intervenção nas áreas pobres, também têm produzido, além do controle dos corpos, como já dito anteriormente, mais desigualdades e a estigmatização das pessoas que moram nesses lugares. A produção de perfis alimenta a identificação de certos grupos como classes perigosas e as características do que foi produzido como perigoso são as mesmas atribuídas aos favelados. Como se todos os favelados, por morarem em zona que foi denominada como de risco, por ser pobre e principalmente por ser negro fossem perigosos. Podemos fazer uma equivalência com o que Foucault coloca a respeito da cultura do perigo/do risco no liberalismo, que fez com que surgisse o medo dos degenerados, que seriam as classes pobres denominadas como “classes perigosas”. A produção das “classes perigosas” ilustra bem porque Canguilhem (1978) falava que a norma era algo polêmico para ele, pois tudo aquilo que era diferente, oposto ao que foi estabelecido como normal, era considerado “tortuoso”. A forma que o favelado vive incomoda porque difere de um modelo de comportamento aceito como normal, passando a ser classificado como torto e, sendo torto, pressupõe-se que há uma correção que precisa ser feita. Mas o que é ser perigoso?

Dentro do chamado perfil favelado podemos identificar os chamados “pobres dignos” e “pobres viciosos”, Coimbra (2005) baseada em Rizzini, diz que os primeiros são aqueles que trabalham, são religiosos, “mantêm a família unida”, isto é, os “bons favelados”, porém sempre será necessário que valores morais sejam reforçados, pois são propensos aos vícios e às doenças. Já os “pobres viciosos”, o favelado em seu termo pejorativo, são considerados maus pais, vagabundos, portadores de delinquência por não trabalharem, assim seriam os “bandidos” da atualidade.

Cabe destacar, assim como Coimbra (2001) destacou, que o capital produz a miséria, se alimenta de todos os seus benefícios e reproduz o mesmo sistema que gera violência e garante os privilégios das elites. Além do espaço geográfico estimulado pelo capital, produzir e identificar as camadas mais pobres, não podemos esquecer que majoritariamente a população pobre é composta de negros e que na época da escravidão, que ocorreu no Brasil por 300 anos, já havia um movimento científico na tentativa de justificar a escravidão através de teorias racistas. Essas teorias racistas inferiorizando o negro e colocando-o num lugar de “ser do mal”, “raça inferior”, etc., que ainda ressoa até os dias atuais, fortalece o discurso das “classes perigosas”.

1.4 O racismo na favela

Antes de adentrarmos no conceito de racismo é importante compreendermos o conceito de raça. De acordo com Almeida (2019), raça é um conceito relacional e histórico em que há conflito, poder e decisão de modo que “a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (p.24, 25).

Schucman (2012) a partir de Munanga diz que a ideia de raça e racialização é uma forma que a humanidade tem de classificar e hierarquizar os grupos humanos. Ela aponta que no século XVIII, a cor da pele era um dos critérios dentro do processo de classificação pela racialização que culminou na divisão da raça em: branca, amarela e negra. No século XIX, a esta classificação acrescentou-se outros critérios como forma do nariz, ângulo facial, boca, queixos, etc. além da cor da pele. Portanto, o surgimento da categoria raça na modernidade permitirá que o racismo torne-se um modo de subjetivação que justifica o processo de escravização dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, assim como a ideia de uma pureza racial que exterminou os judeus na Segunda Guerra Mundial e sucedeu na hierarquização dos povos europeus em relação a outros povos. O entendimento do que seria o racismo começou a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia ao entrar em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes, consolidando-se com as teorias científicas acerca do conceito de raça no século XIX.

o racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados). Esta doutrina justificava pelas diferenças raciais a desigualdade de posição social e de tratamento, a separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizadores e colonizados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num mesmo Estado nacional. Trata-se da doutrina racista que se expressou na biologia e no direito (Schucman 2012 apud GUIMARÃES, 1999b).

Ainda sobre o racismo, Almeida (2019) diz que:

racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam. (p.32)

O que foi construído como conceito de raça pelos cientistas nos séculos XVIII e XIX tornou-se uma política justificada pela teoria da existência de raças (SCHUCMAN, 2012). Schucman embasada em Arendt afirma que as ideias racistas formadas no século XVIII surgiram ao mesmo tempo em todos os países ocidentais durante o século XIX e a mesma serviu de suporte para as políticas imperialistas desde o início do século XX.

O racismo no Brasil é ao mesmo tempo produzido pela raça e produtor da categoria raça. No fim do século XIX, Nascimento (2016) diz que Nina Rodrigues, psiquiatra da Bahia considerado pioneiro dos estudos afro-brasileiros, iniciou o que foi chamado de 'estudos científicos' sobre o africano no Brasil. Baseado na ciência europeia, seus trabalhos evidenciaram a visão que prevalecia naquela época sobre a África e a raça negra, a visão de que os negros eram inferiores classificando isto como um 'fenômeno de ordem perfeitamente natural' (p.82) o que para ele explicaria o fato dos negros não serem povos civilizados. 'A raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo' (p.82).

Ainda que no século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas tenha sido comprovado que raça como realidade biológica não existe e que trata-se de uma construção social e ideológica, quando se refere à espécie humana, de acordo com Carone (2014), não é uma tarefa fácil desconstruí-la no cotidiano social tanto que alguns intelectuais negros norte-americanos dizem que mesmo que suas pesquisas mostrem a falsidade ideológica do conceito de raça, isso não lhes ajuda a conseguir um taxi no meio da noite, da mesma forma que no Brasil, por exemplo, muitas vezes

motoristas de taxi e ônibus interurbanos não param para negros independente de ser de noite ou não. A autora observa que uma pessoa branca representa somente a si mesma, cor e raça não fazem parte de sua individualidade, já uma pessoa negra representa uma coletividade racializada, como se ela fosse cor e raça.

Essa forma unificada em que o racismo coloca os negros como se fossem um coletivo homogêneo produz uma unificação da subjetividade dos negros, como se todos agissem, pensassem de forma igual.

O racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias e da norma politicamente correta da indesejabilidade do preconceito na convivência social, apenas sofreu transformações formais de expressão. Não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco - a branquitude - reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. (CARONE, 2014, p.23)

Há diferentes formas de manifestação do racismo, sendo assim é importante diferenciarmos o racismo individual e institucional. De acordo com Schucman (2012), podemos entender por racismo individual "...atitudes e ações individuais de discriminação raciais feitas nas práticas de relações interpessoais" (p.42); sobre o racismo institucional, Almeida diz: "... o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça" (2019, p.29).

É importante apontarmos que o racismo institucional mantém os negros em situação de inferioridade em relação aos grupos raciais dominantes 'sem que seja necessária uma política racista para fundamentar a exclusão ou discriminação. O sistema nessa perspectiva funciona sem atores, por si próprio' (Schucman (2012 apud WIERVORKA, 2006)). É ele que "...mantem os negros presos em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, comerciantes, agiotas e agentes imobiliários discriminatórios" (Almeida (2019 apud HAMILTON; TURE, 1967)).

Nascimento (2016), apoiado às ciências históricas, afirma que no Brasil estabeleceu-se o conceito da democracia racial. Conceito esse, que supostamente refletiria uma relação concreta da sociedade brasileira, a de que pretos e brancos convivem harmoniosamente desfrutando de iguais oportunidades de existência, sem interferência das respectivas origens raciais ou étnicas. Este conceito, segundo Schucman (2012) respaldada em Hasenbalg, é uma arma ideológica que foi produzida

por intelectuais das elites brancas dominantes a fim de que brancos e não brancos fossem vistos como iguais no processo de socialização da população brasileira para que assim evitasse um conflito racial.

Nascimento (2016) diz que falar de democracia racial é um tabu, "...uma questão fechada, terreno proibido sumamente perigoso. Ai daqueles que desfaziam as leis deste segredo! Pobres dos temerários que ousarem trazer o tema à reflexão ou mesmo à análise científica!" (p.52). O objetivo em não falar deste conceito era para manter oculta a realidade social do país e não despertar 'as supostas vítimas' (p.53). Nunca existiu e não existe uma "democracia racial" no Brasil, pois:

[...] Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da 'democracia racial'. Uma 'democracia' cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país [...] Os efeitos negativos desse exclusivismo se expressam de formas várias, inclusive no veículo condutor básico de uma cultura e sua cosmovisão: a língua [...] (2016, p.54)

Assim como na democracia racial, o processo de branqueamento também é entendido como uma manobra política das elites fazendo com que se encubra ainda mais todo o processo de reconhecimento da discriminação brasileira. Não é necessário um conceito de raça legitimado pela ciência para que o racismo ocorra, pois as formas de legitimação social e o discurso sobre as diferenças humanas tal como os mecanismos que mantêm as posições de poder entre os brancos e não brancos foram transformados e isso explicaria a permanência do racismo atualmente (SCHUCMAN, 2012).

Bento (2014) destaca que o processo de branqueamento no Brasil é considerado pela elite branca brasileira como um problema do negro, que se sente desconfortável em ser negro e procura se identificar como branco miscigenando-se com ele para dissolver suas características raciais. Esse processo inventado e mantido pela elite branca brasileira colocou o branco como "...modelo universal de humanidade e alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos..." (p.25). Dessa forma, Bento diz que se fortaleceu e vem se fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento de outros grupos, legitimando sua supremacia econômica, política e social ao mesmo tempo que se construiu uma subjetividade que inferioriza o negro, que abala sua identidade racial, danifica sua

autoestima e ainda o culpabiliza pela discriminação que sofre e justifica as desigualdades raciais.

O fato de o Brasil não querer discutir o legado da escravidão para o branco, que a partir da apropriação do trabalho de três séculos de outro grupo saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta, permite que não haja uma compensação, prestação de contas, indenização aos negros por causa de interesses econômicos. Isso faz com que as políticas públicas compensatórias ou de ação afirmativa sejam vistas como protecionistas cujo objetivo seria premiar a incompetência negra (BENTO, 2014).

Ainda que o branco viva em situação de pobreza, Bento (2014) afirma que ele tem o privilégio simbólico da brancura. Ela aponta também que apesar dos mapas comprovarem que nos últimos vinte anos entre os pobres e explorados, os negros possuem um déficit muito maior na saúde, na educação e no trabalho, a tática de tentar desfazer o debate de raça analisando apenas a classe social é algo permanentemente usado. É comprovado que a pobreza tem cor, mas não é algo considerado e acaba que o problema passa a ser limitado apenas à classe social que é importante também, mas não se resume a isso.

Os processos do racismo institucional têm perpetuado os negros em situação de pobreza, violência, educação precária, etc. Através do informativo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil divulgado no ano de 2019, referente ao ano de 2018, podemos comprovar as consequências do racismo institucional no Brasil: em relação à distribuição de renda e condições de moradia temos abaixo das linhas de pobreza, inferior a US\$5,50/dia: 15,4% da população branca e 32,9% da população preta ou parda; inferior a US\$1,90/dia: 3,6% da população branca e 8,8% da população preta ou parda. Em termos de mercado de trabalho, os cargos gerenciais tiveram uma ocupação de 68,6% da população branca e 29,9% da população parda ou preta; a taxa de subutilização (soma das populações subocupada por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial) foi de 18,8% da população branca e de 29,0% da população preta ou parda. No mercado de trabalho informal temos 34,6% da população branca, 47,3% da população preta ou parda. O rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas é de R\$ 2.796 e foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608). O IBGE observa que é um padrão histórico que se repete ano a ano e tanto na ocupação formal quanto na informal a população preta ou parda

recebeu menos que a população branca. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, a população preta ou parda recebeu apenas 57,5% dos rendimentos da população branca. Os homens brancos são os que têm maiores rendimentos quando comparados às mulheres brancas e às mulheres e homens pretos ou pardos, sendo que as mulheres pretas ou pardas recebem menos da metade (44,4%) do salário de um homem branco. Na educação a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais teve um total de 3,9% da população branca e 9,1% da população preta ou parda. Essa taxa de acordo com o domicílio ficou em 3,1% no meio urbano e 11,0% no meio rural para a população branca e 6,8% no meio urbano e 20,7% no meio rural para a população preta ou parda. Em relação ao ensino superior, entre 2016 e 2018 a proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade da população preta ou parda aumentou de 50,5% para 55,6%, porém se comparado aos estudantes da mesma faixa etária na população branca ficou abaixo dos 78,8% dos estudantes brancos.

Quando falamos de violência, segundo o Mapa da violência do IPEA (Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada) de 2020 que mostra os dados de 2018, os negros (pretos e pardos) configuraram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa por 100 mil habitantes de 37,8. Já os não-negros (brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9 o que significa que para cada não-negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. As mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil. A taxa de mortalidade por 100 mil habitantes foi de 5,2, quase o dobro quando comparada das mulheres não-negras. O IPEA aponta que as taxas de homicídios entre 2008 e 2018 aumentaram 11,5% para os negros, enquanto entre os não-negros diminuiu 12,9%.

Além das evidências de um racismo institucional, através dessa estatística fica bastante evidente que no Brasil não existe e está muito longe de existir uma “democracia racial”. O mito da “democracia racial”, como Nascimento (2016) o chama, orgulha-se de que o ‘Brasil tem atingido um alto grau de assimilação da população de cor dentro do padrão de uma sociedade próspera’ (p.98), porém a realidade dos negros brasileiros é que mesmo onde eles constituem a maior parte da população, são uma minoria cultural, econômica e nos negócios políticos. Ele destaca que as condições de vida dos negros brasileiros é ocupando pardieiros, guetos do país. De acordo com o autor, a situação da população negra no Rio de Janeiro é a de sofrimento com: “[...] humilhação e simultânea degradação das favelas, que

dependuram nas encostas dos morros [...] tais moradias, imundas, abaixo das necessidades mínimas de higiene e conforto humano, são habitadas primariamente pelo grupo negro [...]” (p.100)

Assim como Bento (2014) traz a questão de que a discussão sobre as desigualdades sociais acaba se resumindo em uma questão de classe social e não de raça, Nascimento (2016) também afirma a necessidade de ter a raça como um indicador sócio-político. Analisando o jornal Estado de São Paulo de 1960, Nascimento constata que há uma segregação habitacional em que os negros são mais que o dobro em relação aos brancos morando em favelas e chama atenção para um discurso que ainda hoje existe: “ora, os negros vivem nas favelas porque querem, porque escolheram assim; ou então porque não têm dinheiro, mas nunca por questões de raça” (p.100). Ainda hoje os negros são maioria nas favelas como informa uma matéria realizada pelo jornal online Agência Brasil¹⁹ no dia 27/01/2020, a partir de pesquisas do Instituto Data Favela²⁰: 67% dos moradores de favela é negra o que também podemos inferir a partir dos dados sobre desigualdade, trazidos anteriormente, que evidenciam a população negra como a mais pobre e com menos oportunidades.

O possível problema que Nascimento (2016) aponta para que os negros não tenham condições de habitar fora da favela é a discriminação nos empregos e a falta de preparo técnico e instrução adequada que ele chama de “círculo vicioso de discriminação no emprego, na escola e trancadas as oportunidades que lhe permitiram melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive” (p.101). Enfatiza, ainda, que afirmar que essa estratificação é apenas social e econômica e nada tem a ver com a questão racial são clichês que se repetem e são justificativas racistas, pois no Brasil o fator racial determina a posição social e econômica. Sendo assim, o que Nascimento apontou há alguns anos atrás como sendo a causa dos negros continuarem morando em favelas e serem a maioria pobre é resultado de um histórico de racismo institucional que ocorre até hoje como vimos através do censo do IBGE.

¹⁹ Agência Brasil online, Camila BOEHM. “Moradores de favelas movimentam R\$119,8 bilhões por ano”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>

²⁰ Data Favela é o primeiro instituto de pesquisa e estratégias de negócios focado na realidade das favelas brasileiras, estudando o comportamento e o consumo do morador desses territórios e identificando oportunidades de negócios para empresas. (página do instituto no Facebook: https://www.facebook.com/pg/DataFavela/about/?ref=page_internal)

1.5 A necropolítica e a política pública de extermínio nas favelas

Foucault (2010) se questiona sobre como um governo biopolítico que quer prolongar a vida deixará morrer. Em que situações exercerá o poder de matar as pessoas? A única conclusão a que ele chega é que será através do racismo, mesmo sabendo que o racismo já existia antes do biopoder. Foucault aponta que a sua emergência fez com que o racismo funcionasse de uma forma diferente que antes, inserido-se nos mecanismos do Estado. A partir da hierarquização e qualificação de algumas raças como boas e outras inferiores teremos a distinção entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer, assim como também o racismo teria uma segunda função que é: “se você quer viver, é preciso que o outro morra” (FOUCAULT, 2010, p.215).

A insegurança trabalha em cima dessa afirmação, e o que paira na sociedade, em outras palavras, é: “se você quer viver é necessário eliminar aqueles que impedem que você viva”. E quem são os apontados como os grandes ameaçadores de vidas da sociedade? Um exemplo dessa produção de insegurança é o discurso da “guerra às drogas” que tem produzido práticas militarizadas de segurança pública que legitimam a morte daqueles que são considerados perigosos. Uma outra consequência é o fato de que, principalmente, as classes médias e altas optarem por morar em condomínios fechados com guaritas e guardas armados, com portões eletrônicos para fechar as ruas porque assim acreditam estar seguros daqueles que “ameaçam” as suas vidas. Dessa forma, a indústria da segurança é alimentada e cresce cada vez mais a fabricação de equipamentos de segurança, alarmes, câmeras, circuitos internos de televisão, etc. como também aumenta o número de empresas que prestam serviço de segurança privada.

Colocamos em destaque a entrevista do ministro da Justiça na época do governo do presidente Temer, Torquato Jardim, concedida ao jornal digital Correio Braziliense²¹ no dia 20 de fevereiro de 2018 em que ele compara a intervenção federal²² no Rio de Janeiro a uma “guerra” e ao ser questionado o que seria essa “guerra” o ministro respondeu:

²¹ Correio Braziliense, “Não há guerra que não seja letal’, diz Torquato Jardim ao Correio.”, Ana Dubeux; Denise Rothenburg; Leonardo Cavalcanti. Disponível em: https://www.correio.braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/20/interna_politica,660876/correio-entrevista-o-ministro-da-justica-torquato-jardim.shtml

²² No dia 21 de fevereiro de 2018 foi aprovado no senado o decreto assinado pelo presidente Michel Temer que determinou a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, deixando a segurança

A guerra moderna não é a que lutamos em 1945, que você tinha terreno inimigo, inimigo com uniforme, estruturado, com batalhão, pelotão, companhia etc. Você não sabe quem é o inimigo, a luta se dá em qualquer ponto do território nacional. Você não sabe que arma virá, não sabe quantos virão. O seu inimigo não tem linha de comando longamente estabelecida, tem duas ou três linhas e acabou. Você não tem um centro nevrálgico para atacar, combater e desmontar o batalhão.

O Exército não tem sede, está esparramado em qualquer lugar, qualquer ponto do território nacional. E o pior, no caso do narcotráfico e crime organizado, nas fronteiras em outros países...

... Na guerra assimétrica, você não tem território, qualquer um pode ser inimigo, não tem uniforme, não sabe qual é a arma. Você está preparado contra tudo e contra todos, todo o tempo. Você não sabe nem quais são os recursos necessários, não sabe quantos são necessários e usando qual arma.

Quantos eu preciso para a Rocinha? Não sei. Como você vai prevenir aquela multidão entrando e saindo de todas as 700 favelas? Tem 1,1 milhão de cariocas morando em zonas de favelas, de perigo. Desse 1,1 milhão, como saber quem é do seu time e quem é contra? Não sabe. Você vê uma criança bonitinha, de 12 anos de idade, entrando em uma escola pública, não sabe o que ela vai fazer depois da escola. É muito complicado.

Nesta declaração do Ministro, primeiro ele diz que não se conhece o inimigo e que por isso “a luta se dá em qualquer ponto do território nacional”, pois “qualquer um pode ser o inimigo”, mas em seguida ele diz quem é o inimigo: “quantos eu preciso para a Rocinha?” [...] Tem 1,1 milhão de cariocas morando em zonas de favelas [...] como saber quem é do seu time e quem é contra? [...]. Esta é uma afirmação e legitimação de que a favela é um local perigoso, e que por isso todos que lá moram são suspeitos, inclusive as crianças. A favela foi bem demarcada por ele como sendo o “território inimigo” que precisa ser combatido. Em nenhum momento ele se refere a outros locais de venda de entorpecentes fora das favelas. O grande inimigo é a favela. Em torno de todo esse discurso originam-se as práticas militarizadas que justificam e convencem as pessoas de que o uso de forças repressivas e violentas para a contenção e o abatimento desse grande “inimigo” são necessárias para que a ordem seja restabelecida e as pessoas fiquem em segurança. Mas que pessoas? Ou seja, o discurso da “guerra às drogas” usado para justificar as práticas violentas da segurança pública faz com que as mortes nas favelas sejam naturalizadas e vistas como sendo algo necessário para a manutenção da paz na sociedade, afinal se há uma guerra é necessário matar os inimigos, digo, as “classes perigosas”, que assim foram

pública fluminense sob responsabilidade de um interventor militar (ROSSI, 2018, BBC Brasil online).

produzidas para legitimar a morte dos favelados, principalmente se estes forem negros.

As questões em torno dos entorpecentes, segundo Batista (1998), também alimentam o discurso da “guerra às drogas” que incita as políticas de repressão nas favelas. De acordo com a autora, a repressão forma monopólios e o tráfico usa a ameaça de violência do Estado para obter total controle do preço da mercadoria.

“[...] A criação do mito da droga enseja um processo de repressão ao tráfico que na verdade atende a objetivos de regulação econômica. E todos sabemos que o comércio ilícito termina por fazer parte do sistema financeiro ilícito e institucional” (BATISTA, 1998).

Os massacres que ocorrem nas favelas, segundo Alvarenga Filho (2013), são apresentados pelas mídias e pelos representantes do Estado como uma solução para combater o caos, a desordem e a barbárie. Como exemplo ele cita algumas reportagens e dentre elas escolhemos a reportagem da revista *Época* sobre a megaoperação ocorrida no Alemão em 25 de junho de 2007:

A tomada do Complexo do Alemão pela polícia do Rio de Janeiro, na semana passada, representa um marco histórico do combate à violência no Brasil. Mais que qualquer outra batalha já travada contra o tráfico no país, a invasão de um dos principais núcleos de resistência dos criminosos significou uma afirmação do Estado contra a barbárie (ALVARENGA FILHO, 2013, p.129,130).

... e a fala do Secretário de Segurança Pública sobre a operação, José Mariano Beltrame: “Não fomos lá prender uma ou duas pessoas, uma liderança do tráfico. Fomos lá desmanchar bunkers, ilhas inexpugnáveis. Fomos lá devolver direitos aos cidadãos” (ALVARENGA FILHO, 2013, p.130).

A partir destas falas podemos fazer inúmeros questionamentos: que política de segurança é essa que diz trabalhar para devolver direitos violando nossos direitos? Já que falamos de biopoder, como ficam aqueles dentro da favela que foram selecionados para permanecerem vivos? Em que condições nos deixam viver? Viver exposto à morte como se vivêssemos em uma grande roleta russa é viver?

Abaixo seguem algumas falas de favelados que foram capturados pelos discursos parecidos com o que vimos acima da revista *ÉPOCA* e do Secretário de Segurança. Essas falas de moradores foram extraídas da página eletrônica Bangu²³

²³ Os dados apresentados referentes à página do facebook Bangu online foram extraídos no ano de 2018. Esta página continua no ar, mas o link com as falas foi retirado, assim como links antigos com imagens e comentários que informavam sobre os tiroteios. Desde 2020 por algum motivo não

online, no Facebook, que entre a divulgação do comércio da zona oeste, divulga informações sobre tiroteios:

“[...] se tem a merda da operação, é porque tem que ter. Se tem a Polícia operando, é porque tem bandido operando também. Imagina só, SE não existissem, não existiram operações. Portanto, erradicar é o melhor que se têm [...]” [sic]

“mais um cpf cancelado com sucesso. Daqui a pouco aparece as marmitas (meninas que mantêm relacionamento amoroso com traficantes) para defender os bandidos.”

“Esse é o meu governador!” (fala aplaudindo as intervenções armadas na favela promovidas pelo atual governador do Estado do Rio de Janeiro – Witzel).

Embora a favela seja um lugar plural, com diversos pontos de vista e posições em relação aos governos federal e estadual atuais, essas falas de certa forma não são estranhas se levarmos em conta que a vitória de Bolsonaro, atual presidente que defende e apoia as políticas violentas nas favelas, foi comemorada com fogos em várias favelas na zona oeste. Em meio à multiplicidade de pontos de vista, há muita adesão ao governo atual e à sua política de violência, seja por informações deturpadas (fake News) ou por adesão por afinidade ao pensamento explicitamente violento.

O vendedor de drogas ilegais, chamado “traficante”, visto como classe perigosa, é uma pessoa que mora na favela. Quem vende ilegalmente substâncias psicotrópicas ou trabalha na produção, circulação e venda, mas mora em condomínios de luxo em bairros nobres como Barra da Tijuca ou na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, não é visto como um mal à sociedade, portanto o combate a este tipo de comércio ilegal não ocorre da mesma forma que nas favelas. Como disse o ex-secretário de segurança, José Mariano Beltrame: “um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra”²⁴.

Zaccone (2007), em seu livro “Acionistas do nada”, relata que no período que ele atuou como delegado na 41ª DP (Delegacia de Polícia), em Jacarepaguá, era responsável pela circunscrição que abrange comunidades como a Cidade de Deus e a do Morro do São José Operário, a cada plantão realizado, existia no mínimo um flagrante de tráfico com diversas apreensões de armas e drogas e em quase um ano

revelado, esta página não está mais informando sobre os tiroteios que ocorrem nas favelas da Zona Oeste. Quando informa, coloca algo bem superficial.

²⁴ Jornal Extra. Beltrame: ‘um tiro em Copacabana é uma coisa. Na favela da Coréia é outra.’ OAB critica diferenciamento. Rio de Janeiro, 23 out. 2007. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html>

como delegado plantonista na Barra da Tijuca, só lavrou um flagrante de tráfico que resultou na prisão de uma senhora de quase 60 anos. Ele completa que se olharmos as estatísticas policiais no Rio de Janeiro, chegaríamos à conclusão de que não existe tráfico de drogas ilícitas na Barra da Tijuca, mas a questão é que o modo como o Estado define em lei os comportamentos considerados como crime para depois escolher as pessoas que responderão pelos fatos faz com que haja uma seletividade punitiva.

Nas estatísticas que Zaccone (2007) informa, no ano de 2005 podemos constatar que:

[...] os flagrantes lavrados para apurar a conduta de tráfico de drogas ilícitas na Capital e Baixada Fluminense, todas as delegacias da zona sul reunidas, incluindo Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea, somadas à Barra da Tijuca (zona oeste), atingem aproximadamente um terço dos registros realizados somente na 34ª DP, em Bangu. (2007, p.15)

Ainda dentro dessas estatísticas, Bangu (34ª DP) teve 186 flagrantes, se somarmos a quantidade de flagrantes das delegacias em toda zona sul carioca e Barra da Tijuca (Gávea - 17; Botafogo - 15; Copacabana - 14; Leblon - 09; Ipanema - 05; Barra - 03) teremos o total de 63 flagrantes. Pelas estatísticas acreditaríamos que o tráfico em Bangu é três vezes maior que em a toda zona sul e Barra da Tijuca ou que em São Cristóvão (63 flagrantes), mas a quantidade de drogas movimentadas é a mesma que em todos os bairros da zona sul acrescidos da Barra da Tijuca (ZACCONE, 2007).

Dessa forma, a seletividade punitiva vem operando e mostrando seu exercício de poder através do encarceramento em bairros majoritariamente ocupados pelos favelados. Zaccone (2007) aponta que esses registros estatísticos revelam uma maior precisão na atividade da polícia judiciária do que a realidade criminal e a existência de uma “cifra oculta da criminalidade”, que são as infrações cometidas na sociedade que não chegam ao conhecimento das autoridades e outros que apesar de serem investigados não se tornam processos criminais. “A guerra às drogas pode ser pensada, então, nos marcos desse fortalecimento de um Estado que deixou de ser ‘de bem-estar’ e passa a ser ‘penal’, criminalizando explicitamente a miséria” (RODRIGUES, 2008, p.101)

A partir do conceito de biopolítica de Foucault, que refere o poder do soberano de definir quem deve morrer e quem deve viver, Mbembe articulará este poder com os conceitos de Estado de exceção e de Estado de sítio, como base normativa para

exercer-se o direito de matar. Para ele a noção de biopoder não é o bastante para explicar as formas de “subjugação da vida ao poder da morte (necropolítica)” (MBEMBE, 2016 p.25), pois a generalização da insegurança faz com que ocorra cada vez mais guerra entre grupos armados do Estado que agem contra os grupos armados que não fazem parte formalmente das forças do Estado e controlam territórios.

Uma das preocupações de Mbembe são as formas de soberania criadas para destruir determinados corpos e populações. Para determinar quem deve morrer e quem deve viver, a raça será importante para tal determinação, o que Mbembe considera justificável visto que a partir dela determinados povos eram tratados desumanamente ou dominados. Concordamos com Lima (2018), em sua leitura sobre a Necropolítica, que é fundamental quando Mbembe traz para a sua discussão a questão colonial, a escravidão e o modelo de plantation sob uma perspectiva biopolítica, pois dessa forma ele avança sobre as questões trazidas por Foucault e permitirá uma outra perspectiva de reflexão sobre os conceitos de biopolítica e necropolítica.

O conceito de máquinas de guerra apresentado por Mbembe (2016) é bastante interessante para refletirmos sobre as políticas de segurança violentas praticadas nas favelas cariocas. Ele expõe que nas guerras de nossa época globalizada, as operações militares e o exercício do direito de matar não são exclusividade apenas dos Estados e do exército regular, mas também de outras formas que acabam emergindo de exercer controle sobre um território. O próprio Estado pode se transformar em uma máquina de guerra ou cooperar para a sua criação. As “milícias” e os movimentos rebeldes são máquinas de guerra que se transformam em dispositivos bastante organizados, que costumam taxar os territórios e aqueles que neles vivem, baseando-se em redes transnacionais que lhes abastecem com apoio material e financeiro.

A partir do conceito de máquinas de guerras e do proibicionismo em relação às drogas psicoativas ilícitas, pode-se entender que no momento que o Estado sustentou a proibição, ele propiciou o surgimento dos comerciantes de drogas ilícitas e seus desdobramentos em variados grupos que disputam as favelas em busca de hegemonia e domínio, mesmo que, conseqüentemente, resulte no extermínio daqueles que moram nesses lugares. O que vem acontecendo nas favelas. O Estado é uma máquina de guerra quando ele, a partir da lógica das “guerras às drogas”, promove a execução em massa daqueles que são considerados inimigos e “cada

inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2016, p.62). Não podemos esquecer também que:

[...] nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (LIMA, 2018, p.28).

Pensar as políticas de morte praticadas nas favelas nos faz refletir também sobre a famosa frase dita não só por quem não mora na favela, mas também por quem ali mora: “o Estado é ausente na favela”. Entendemos perfeitamente que as pessoas se referem à falta ou ao não alcance das políticas públicas nas favelas através de serviços básicos como saneamento, saúde e educação, mas esquecem-se de que o Estado está fortemente presente nas favelas seja através das UPPs e/ou das incursões feitas por meio de caveirões, helicópteros, snipers, etc. ou quando os governos não oferecem serviços, assim como por meio da política de drogas.

É importante observar que nas últimas décadas os governadores apostaram na mesma lógica das incursões policiais nas favelas em nome de uma solução para o fim da venda ilegal de entorpecentes e da violência. O atual governador, Wilson Witzel, é famoso por instruir os policiais para que “atirem na cabecinha” (revista *Veja*²⁵ online do dia 01/11/18): “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro!” Um governo que sustenta políticas cada vez mais violentas nas favelas. Porém é válido apontar que em 1987, quando Moreira Franco era governador do Rio de Janeiro, ele tinha um discurso bem próximo do Witzel. Segundo Mamede (2010), Moreira Franco apoiava o uso indiscriminado da violência para combater o que ele entendia ser a criminalidade. Alguns jornais da época, *Jornal do Brasil*, por exemplo, faziam críticas ao governador e classificavam a polícia como corrupta e violenta, principalmente com os moradores de favelas. As práticas violentas ficaram conhecidas como “polícia do Moreira”, que significava permissividade e corporativismo em relação ao abuso e violências cometidos pelas corporações policiais. Uma característica de seu governo foi o policiamento ostensivo tanto nas ruas ou nas investidas em favelas, sempre agindo com o uso da violência. Moreira Franco, em seu plano de cem dias, também investiu

²⁵ VEJA. Wilson Witzel: ‘A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo’. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>

no aparato de segurança aumentando o número de policiais na rua (remanejamento e novos concursos) com o objetivo de oferecer maior sensação de segurança com mais patrulhamento. Teve o Programa Especial de Aparelhamento e Modernização da Polícia para adquirir 280 veículos, diversos armamentos, radio-comunicação, antenas especiais, etc. Reformou a estrutura da Polícia Civil extinguindo alguns departamentos e criou outros, construiu e reformou delegacias. Destacamos as ações do governo do Moreira Franco pela semelhança com o governo Witzel que também aposta no uso ostensivo de policiamento, contratação de segurança privada com o “segurança presente”, mas que normalmente leva o nome do bairro, como por exemplo: “Centro Presente”, “Méier Presente”, etc. Já contratou novos policiais, pretende fazer mais concursos e tem planos de investir em equipamentos de vigilância, dentre outros. Isso só evidencia cada vez mais que investir nesse mesmo tipo de política de segurança não contém a criminalidade, e só mata moradores de favela, uma outra observação é que a violência nas favelas por parte do Estado não é de hoje como alguns discursos propagados pelas mídias querem mostrar. O povo na favela está sendo assassinado há anos e nada muda, nada é feito.

Pensar uma necropolítica na favela é se atentar à condição precária não só econômica, mas de saúde, educação e principalmente de violência a que o racismo, principalmente o institucional, submete os negros. Como explicitamos em outras partes da pesquisa, o IPEA aponta que os negros são os que mais morrem representando 75,7% das vítimas de homicídio. Levando-se em consideração que 67% da população favelada é negra (parda e preta), de acordo com o Data Favela, não seria difícil inferir que é essa população que tem morrido nos massacres ocorridos com a “guerra às drogas” nas favelas. As políticas a que o Estado submete às favelas deixam de operar na biopolítica e se aproximam mais de uma necropolítica. São, como diz Mbembe (2018), “...condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (p.71).

No ano de 2019 muitas mortes ocorreram caracterizando a necropolítica aplicada aos corpos favelados. A capa do Jornal Extra do dia 15/08/2019, ano XXII, número 8.392, traz estampada o rosto de 06 jovens que foram mortos durante operações policiais por balas perdidas ou a queima roupa, são eles:

Gabriel, estudante do Colégio Estadual Herbert de Souza, foi atingido por uma bala perdida no caminho de sua casa, na favela do Borel, para a escola, quando uma operação policial começou em 9 de agosto.

Lucas e Tiago, ambos membros da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército foram encontrados mortos após um tiroteio em uma festa em 10 de agosto, no bairro de Encantado, na Zona Norte.

Dyogo, um aspirante a jogador de futebol, foi encontrado baleado nas costas após uma operação policial na Grota, em Niterói, em 12 de agosto.

Henrico, repositor de supermercado, foi atingido por uma bala perdida durante um tiroteio entre a polícia e traficantes de drogas em Magé, na Baixada Fluminense também no dia 12 de agosto.

Margareth foi atingida com 10 tiros durante uma operação policial, no dia 13 de agosto em Bangu, na Zona Oeste, e morreu com seu filho nos braços (RUGE; MEDEIROS, 2019, Jornal Comunitário Online RioOnWatch).

Além da morte destes jovens foram registradas as mortes de 05 crianças decorrentes de ações policiais nas favelas:

Ágatha Félix, 8 anos, Complexo do Alemão;

Kauê Ribeiro dos Santos, de 12 anos, foi baleado durante operação policial no Chapadão, na Zona Norte do Rio;

Kauã Rozário, de 11 anos, foi atingido por uma bala perdida na comunidade da Vila Aliança, em Bangu, Zona Oeste do Rio;

Kauan Peixoto, de 12 anos, foi baleado durante confronto entre PMs e criminosos na comunidade da Chatuba, em Mesquita, na Baixada Fluminense;

Jenifer Silene Gomes, de 11 anos, foi baleada na porta do bar da mãe em Triagem, na Zona Norte do Rio (BARREIRA; TORRES, 2019, G1.com).

Quando ocorre morte nas favelas, a repercussão, quando há, não causa tanta comoção, afinal, foi só mais um negro que morreu. Em um pronunciamento sobre a morte de Ágatha, Witzel lamentou a morte, mas continuou firme em relação à política de segurança adotada em seu governo:

Eu lamento profundamente a perda. Meu sentimento é de pai, que também tem uma filha de 9 anos. Olhando a minha filha, você acha que eu não choro, pensando na dor de qualquer pai ou mãe? Eu sou pai, tenho meus filhos em casa. Olho para eles na cama e penso: 'amanhã aquela mãe não vai ter mais um filho deitado na cama, para olhar, acariciar, passar a mão no cabelo'. Vocês pensam que eu não penso nisto? Eu não sou um desalmado. Eu sou uma pessoa de sentimento. Mas não é porque nós temos um fato terrível como este que nós vamos parar o estado', disse o governador, ao final da coletiva, visivelmente emocionado (PLATONOW, 2009, Agência Brasil online).

Se fosse um jovem ou uma criança da classe média ou alta do Rio de Janeiro atingida será que o Estado continuaria a manter as mesmas práticas? Que políticas públicas de segurança são essas na favela que matam em nome da segurança? Segurança de quem? São políticas que têm causado a morte de moradores em favela, que já julgam o chamado “narcotraficante” sentenciando-o com a morte, que também causa a morte de policiais nos confrontos.

O morador da favela está sempre exposto ao fogo cruzado seja nos confrontos entre os grupos rivais de drogas ilícitas ou entre esses grupos e a polícia. É dessa

forma que as políticas públicas têm se apresentado na favela mais como uma forma de justificar, legitimar e manter as práticas higienistas e racistas do que de melhoria de vida e redução da desigualdade conforme seu discurso.

As mortes nas favelas sempre existiram. Lembro-me de quando era criança e vivíamos atemorizados pelas disputas por domínio territorial entre grupos rivais. Era um de nossos maiores medos a invasão de outros grupos, pois a favela era massacrada, mas não era tão frequente. Nos últimos anos as disputas entre os grupos têm diminuído e aumentado o número de operações policiais que têm causado inúmeras mortes. É o Estado promovendo uma de suas necropolíticas através das políticas públicas de segurança para o “combate ao tráfico de drogas” que ele mesmo alimenta. Quando me refiro a “uma de suas necropolíticas”, me refiro ao que Foucault falou sobre o racismo tirar a vida de outras maneiras e não só através de um “assassínio direto” (p.216), mas também indiretamente: “o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (2010, p216). Manter a população favelada sobre condições precárias de saúde, higiene, saúde, educação, desde que foram estabelecidas as primeiras favelas, e que tem levado a população favelada à morte, não seria mais uma política de morte do que uma política de vida? Arrisco-me a dizer que para que a biopolítica, no seu sentido de fazer viver, se aplique para alguns é necessário que uma política de morte a acompanhe e, no Rio de Janeiro, entendo ser esta uma necropolítica.

2 SIM, TEMOS MEDO!

O medo é uma emoção que funciona como um mecanismo de defesa natural característico a todo ser vivo. Diante de qualquer situação que represente uma ameaça ou insegurança é comum sentirmos medo. Ele é uma defesa essencial, pois está ligado à sobrevivência, já que nosso organismo aciona o medo numa tentativa de escapar dos perigos da morte. Quando o medo é sentido em excesso pode tornar-se patológico e causar bloqueios. Ao sentirmos medo nosso corpo responde da seguinte forma:

[...] aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição; respiração demasiadamente rápida ou lenta; contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hipossecção das glândulas; constipação ou diarreia, poliúria ou anúria, comportamento de imobilização ou exteriorização violenta. Nos casos-limite, a inibição pode chegar a uma pseudoparalisia diante do perigo (estados catalépticos), e a exteriorização resultará numa tempestade de movimentos desatinados e inadaptados, característicos do pânico. Ao mesmo tempo manifestação externa e experiência interior, a emoção de medo libera, portanto, uma energia desusada e a difunde por todo o organismo. Essa descarga é em si uma reação utilitária de legítima defesa... (DELUMEAU, 2009, p.30)

O medo sempre esteve presente na sociedade. Em seu livro intitulado História do medo no ocidente, Delumeau (2009) enumera a presença do medo em toda parte da Europa no começo da Idade Moderna. Era habitual os discursos literários, seja através de crônicas, romances e teatro, retratarem a presença de heróis corajosos na nobreza e entre os príncipes, contrastando com a massa que era considerada sem coragem. O medo era visto como um sinal de covardia e uma característica dos pobres, que eram mantidos subjugados, visto que os homens no poder faziam com que o povo, principalmente os camponeses, sentissem medo.

Delumeau (2009) relatou os medos advindos do mar, das tempestades, o medo coletivo experimentado pelos tempos de peste negra no período de 1348-51 e associada a ela a fome e a guerra, o medo de morrer de fome na Europa a partir do século XVI como também os medos que apareceram na idade moderna como o medo do diabo, de feiticeiras, leprosos, bruxas, muçulmanos, pobres, judeus que eram propagados pela imprensa, teatro religioso, gravuras ou pregações nas igrejas.

Com a leitura desta obra de Delumeau é possível percebermos que o medo foi construído ao longo do tempo, apesar de ser uma emoção característica de todo ser vivo. Historicamente houve um processo de construção de insegurança, ameaças que estimularam e evidenciaram o medo na população com o objetivo de mantê-la sob

controle, subjugada, dominada. Coimbra (1995), baseada em Paul Veyne, menciona que o medo, a insegurança, e outros sentimentos surgem em determinados períodos por meio de certas práticas e, em outros momentos, por outras revelando “rostos” diferentes, apontando que não existe uma modificação de um mesmo objeto que surja sempre do mesmo lugar através dos tempos, portanto não há uma origem. Essas práticas são históricas e capazes de corporificar as coisas que estão no mundo.

2.1 A Construção do medo ao negro no Brasil

De acordo com Batista (2003), o medo ao negro, no Brasil, vem sendo construído historicamente desde a colonização da América através da incorporação de um modelo colonial escravista e da formação de uma República que integrava excluindo de forma autoritária. Dentre muitos outros atos de resistência à brutalidade a que os negros foram e são submetidos, um acontecimento importante que marcou a onda de medo nessa época foi a Revolta dos Malês. Apesar da rebelião ter sido formada e sustentada desde o final do ano de 1834, como resposta à destruição da mesquita improvisada por africanos no bairro da Vitória (cidade de Salvador, no estado da Bahia), que levou à prisão de dois líderes mulçumanos, ela só tomou corpo na noite de 24 de janeiro de 1835. As ruas da cidade foram ocupadas por centenas de africanos que enfrentaram as tropas armadas e, no 27º dia do Ramadã, (momento mais importante do calendário muçulmano), o mês de jejum, emergiu o conflito liderado por africanos mulçumanos (malês). Foi uma década em que a Bahia foi intensamente marcada por profunda recessão e agitação social facilitando consecutivas rebeliões e motins causados pelo aumento da importação de africanos, pela intensificação do trabalho e pelo clima de divisão entre os trabalhadores livres (Batista (2003 apud REIS, 1986)).

Na Bahia, as religiões africanas e o islã eram considerados subversivos apenas por existirem. Dessa forma, Salvador, que era uma cidade rodeada de quilombos e terreiros religiosos, tinha as religiões escravas vistas como ilegais e o islamismo era considerado ameaçador. Para o senhor brasileiro, o islã mostrou-se como o retrato do outro de corpo inteiro e não dividido, pois ele não consistia apenas na religião de um grupo, mas era capaz de unir vários grupos étnicos e constituiu-se em uma referência fundamental da comunidade negra. Os mestres, além de reunirem os africanos para orar, lhes ensinavam a ler e a escrever. ‘Foi duro para uma sociedade onde a etnia

dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeta, aceitar que os escravos africanos possuam meios sofisticados de comunicação' (Batista (2003 apud REIS, 1986)).

Segundo Batista (2003), estima-se que houve a participação de 400 a 500 pessoas, de um total de aproximadamente 65.500 habitantes de Salvador, na rebelião ocorrida no dia 25 de janeiro de 1835. Durante o enfrentamento das forças armadas organizadas não houve violência contra as unidades residenciais, nem incêndios ou saques. O movimento foi derrotado devido à desigualdade numérica e de armas. Os homens vestidos de branco que caminhavam de forma heroica pelas ruas de Salvador foram desarticulados em pouco tempo. Mesmo tendo sido uma vitória total e rápida, instalou-se um clima de histeria em Salvador. Nos dias que sucederam à rebelião houve controle máximo da movimentação dos negros pela cidade, por conta de rumores de outros conflitos que fizeram com que civis atirassem a esmo nos negros. Qualquer africano que escrevesse árabe era suspeito e qualquer objeto religioso era motivo de suspeita e prisão. O ano de 1835 e os seguintes foram períodos determinantes para a construção do medo no Rio de Janeiro e nas províncias, sendo a Revolta dos Malês a principal razão da onda de medo que tomou conta do Império.

A sucessão de boatos e rumores de levantes e as respectivas providências por parte do Governo se repetem. Em dezembro de 1835 o presidente da província do Rio de Janeiro tentava acalmar as autoridades imperiais diante da escalada de boatos, rumores e denúncias. 'Rodrigues Torres dizia que os rumores eram exagerados, posto serem frutos de denúncias que pareciam nimiamente tintas com a cor do medo.'. Mas a consciência do exagero dos rumores não diminuiria a intensidade da repressão. (BATISTA, 2003, p.27)

À vista disso, o medo não só ia se concretizando como ia ganhando cor, a cor negra, a ponto de partir do governo imperial ordens e demandas de criação de um mapa completo de homens negros que viviam nos distritos das freguesias circunvizinhas da corte. A construção da ordem burguesa no Brasil sempre foi marcada pelo medo da rebeldia negra. Batista (2003), a partir de Chalhoub, destaca que em 1849 o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das américas o que fez com que o medo branco se preocupasse com a segurança, pois temiam uma insurreição. Chalhoub (1988) aponta que esse medo era relacionado a recorrência dos movimentos dos negros livres e escravos, ainda que não tivesse ocorrido nenhuma grande insurreição de negros na cidade no século XIX. Mas o medo

de que isso viesse acontecer era forte e realimentado por notícias de que haitianos²⁶ estavam passeando pelas ruas da Corte, ou por rumores de uma conspiração internacional para subverter as sociedades escravistas ou por revoltas urbanas em outros locais, além do medo cotidiano dos negros que podiam esfaquear ou colocar veneno em remédios.

Havia, primeiramente, o temor da mobilização contínua de um segmento da população que era percebido como largamente despreparado para a vida em sociedade, pessoas que precisavam antes de educação e orientação para o 'bem'. Eram as 'vítimas da escravidão', cujas 'consciências de índole afetiva, onde a natureza encerrara gemas de água puríssima, recobertas pela escória do cativo, precisavam... da séria educação da verdade, que escava no fundo das almas o filão oculto do bem'. (CHALHOUB, 1988, p.84)

Esse medo branco aumentou com o fim da escravidão e da monarquia e produziu uma República com um projeto político autoritário, excludente, severo e agressivo. Em consequência disso, "a eficácia das instituições de controle social se funda na capacidade de intimidação que estas são capazes de exercer sobre as classes subalternas" (Batista (2003 apud NEDER, 1986)).

Segundo Bento (2014), o medo da elite devido os negros libertos terem invadido as ruas do país, se deu porque ambos sabiam que a condição precária dos negros era efeito de uma apropriação indébita e da violência simbólica e física durante três séculos de escravidão. Isso fez com que ocorressem investimentos em políticas de imigração europeia, exclusão total dessa massa dos processos de industrialização que despontava e o confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros.

O medo branco também gerou o processo de branqueamento que foi uma forma de eliminar os negros do país, pois a elite queria se manter próxima aos moldes europeus de civilização e consideravam os negros e mestiços como não civilizados e não civilizáveis, além de temerem que os negros "engolissem" os brancos já que a população brasileira era majoritariamente negra. A ideia era que as raças miscigenadas passassem por um processo acelerado de cruzamento e seriam purificadas mediante uma seleção natural, os negros seriam assimilados pelos brancos e assim o Brasil algum dia seria branco (Bento (2014 apud SCHWARCZ,

²⁶ De acordo com Chalhoub (1988): "... em 1805, um ano após a proclamação da independência do Haiti, foram encontrados no Rio alguns 'cabras' e crioulos forros ostentando no peito o retrato de Dessalines, o ex-escravo e 'Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos'; em 1831, chegou ao conhecimento da polícia que dois haitianos haviam desembarcado no Rio de Janeiro e tinham sido vistos conversando com 'muitos pretos' na rua dos Latoeiros; em 1836, o juiz de paz da Candelária mandou investigar um tal Emiliano, morador na rua da Quitanda, que era 'suspeito de haitianismo'. (p.88)"

1993)). Nascimento (2016) afirma que esse processo de branqueamento foi um genocídio cometido contra os negros:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O 'problema' seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (p.84)

Com o objetivo de eliminar a “mancha negra” da população brasileira, Nascimento (2016) pontua que se criou estrategicamente as leis de imigração no período pós abolicionista em que era livre a entrada de indivíduos aptos para o trabalho nos portos da República com exceção dos indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderiam ser admitidos (decreto de 28 de junho de 1890). O autor ainda observa que entre 1921 e 1923, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis que proibiam a entrada de negros no Brasil e no fim do governo de Getúlio Vargas, ele assinou o Decreto-Lei nº 7967 que regulava a entrada de imigrantes conforme a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características de sua ascendência europeia.

2.2 O Intimismo como refúgio do medo

Um outro ponto da história, o qual queremos destacar, é a produção do homem voltado para si mesmo, para a sua vida interior, seus sentimentos, seu íntimo, preocupado somente com suas emoções pessoais que aparecem com a definitiva implantação do capitalismo na Europa no século XIX (Coimbra, 1995). O lar, a família, foram vistos como local de refúgio, o que era da ordem do público foi desqualificado e taxado de perigoso, definindo as ruas como o lugar do mal, da desordem, das doenças. Na Europa do século XIX, as ruas e os movimentos nelas feitos pelas massas foram qualificados de perigosos pelas práticas/discursos das elites dominantes. O pensamento era que o medo e a insegurança derivavam das ameaças externas presentes nas ruas e nos espaços públicos, logo estes lugares deveriam ser evitados, sendo a vida privada a garantia do viver bem, de segurança e proteção.

Esse intimismo, de acordo com Sennett (2014), provém do declínio da cultura pública que se deu por conta da cultura das capitais do século XIX. Produziu-se uma crença de que se posicionar retoricamente, formular ideias em público eram

exposições de si próprio e criou-se uma linguagem de interiorização. Falta uma cultura impessoal no lugar do que temos hoje que é uma exposição das fantasias íntimas entre as pessoas. A impessoalidade tornou-se um mal social e a procura pelos interesses comuns na comunidade é destruída pela busca de uma intimidade comum. Pois na ausência de uma vida pública esses ideais passaram a dominar e a coletividade foi prejudicada por causa do cultivo de uma personalidade individual. O autor observa que esses ideais foram concebidos no século passado, da mesma forma que a cultura pública do século XIX estava ligada à do Iluminismo, a não crença no público está ligada à sua confusão no século XIX. As pessoas tentaram encontrar nos domínios privados da vida, principalmente na família, um refúgio de segurança.

A contradição da personalidade em público, destruiu o termo público, as pessoas temiam traírem suas emoções diante dos outros, conseqüentemente protegeu-se no silêncio, parou de sentir para não demonstrar sentimentos. Quem estiver em público deve ser “civilizado”, ou seja, não demonstrar sentimentos, tratar os outros com distância, como estranhos. Para Sennett, a civilidade “é a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem o proveito da companhia umas das outras” (2014, p.376). Desse modo, as máscaras tornam-se elementos essenciais da civilidade já que permitem uma sociabilidade separada do mal-estar e do sentimento privado daqueles que as usam.

Na América Latina, esse homem voltado para o seu “interior”, inseguro com medo das massas e dos espaços públicos, está presente ao longo da sua história e, no Brasil, dentre muitos desses períodos emblemáticos da produção do intimismo, temos o da ditadura de 1964 a 1985. Nesse contexto, as ruas são produzidas como o lugar da ameaça e do perigo, assim como as manifestações coletivas são vistas como perigosas, como foi no século XIX. Produziu-se o comunismo como sendo o inimigo, portanto, todos que resistiam ao modelo vigente eram vistos como comunistas, seres diferentes. Desde os anos 1960, no Brasil, os chamados “diferentes”, “subversivos”, os “inimigos da Pátria” deveriam ser aniquilados, silenciados, pois representavam uma ameaça à segurança estabelecida pela Doutrina de Segurança Nacional.

Nesse mesmo período, Coimbra chama atenção para a “crise da família moderna” que seria definida pelas famílias “desestruturadas”, entre outros, por terem filhos “rebeldes”, “diferentes”. Este discurso é aceito e as famílias acreditam que há algo errado com elas e seus filhos. Com o reforço do modelo individualizante da família e do homem que deve voltar-se apenas para si, negar a coletividade e evitar os

espaços públicos, há uma produção intensa de medo e insegurança. Assim criou-se um grande interesse nos problemas de personalidade e a busca por um sujeito transparente fez com que tratamentos psicológicos fossem oferecidos para ajustar essas “famílias em crise”. Coimbra (1995) conclui que a prática ditatorial aliada à psicologização do sujeito fez com que o medo e a insegurança passassem a ser vistos como parte da natureza humana. Porém, para ela, os variados sentimentos são produzidos para atender diferentes demandas em diferentes lugares e com diferentes práticas e rostos. Nisso estão inclusos o medo e a insegurança que imperam em nossa sociedade e são vistos como algo natural e pertencente à natureza humana, mas olhando para a História é possível chegarmos à conclusão de que eles foram forjados e naturalizados ao longo do tempo.

2.3 A produção de insegurança e o mecanismo da segurança como efeito do medo

17/10/2019: Não sei por onde começar, essa é a realidade. Depois de um bom tempo sem nada escrever, hoje resolvi registrar minha ausência de palavras, mas não no diário de campo, o faço diretamente no início deste capítulo, por que não? Mas o que escrevo? Não sei, nada vem à mente, não sei por onde começar... com isso mais uma vez o sono venceu-me. Zzzzzzzz...

Depois de um bom jejum de minha escrita, aproximadamente uns 33 dias, não que eu quisesse, mas simplesmente fui acometida por um bloqueio e não conseguia escrever sobre as muitas informações adquiridas com as leituras que faço para prosseguir com a minha pesquisa. Concluo que passei um período de silêncio na escrita. Foi um tanto desesperador experimentar este processo de silêncio, afinal, temos prazos a cumprir e a qualificação bate à porta, porém em meio a ele entendi que há um caos instalado em meus pensamentos e como caos para mim simboliza uma inquietude por não caber mais em antigos modelos de vida evidenciando que é necessário fazer movimentos mesmo que seja doloroso, recorro à conceituação de caos da Gestalt²⁷:

²⁷ Gestalt é uma palavra alemã: *was ist das?* (o que é?), hoje adotada no mundo inteiro, pois não há equivalente em outras línguas. *Gestalten* significa “dar forma, dar uma estrutura significativa”. O primeiro sentido histórico de Psicologia da Gestalt ou teoria da forma registradas nos dicionários, diz que é uma teoria segundo a qual nosso campo perceptivo se organiza espontaneamente, sob “formas boas” ou gestalts fortes e plenas (GINGER; GINGER, 1995, p.13)

O movimento do caos para a clareza é inerente à criatividade. No entanto, o caos é assustador, pois não existem garantias de que a conclusão de qualquer tema virá a seguir. A perspectiva de que algo a ser finalizado irá permanecer incompleto é naturalmente frustrante e dolorosa. Além disso, na ausência de controles, não há como saber quais palavras ou os ameaçadores podem ocorrer durante a fase caótica. Esta é também uma séria fonte de ameaça para as pessoas envolvidas. O caos é perturbador para qualquer sistema preestabelecido. Ele ultrapassa os padrões morais correntes, além dos meios familiares de se lidar e convida a novas soluções, novas configurações e novos pontos de vista. Quando as pessoas lutam para sair de suas velhas estruturas, o caos pode às vezes proporcionar a abertura, ainda que atemorizante. (POLSTER, 2001, p. 56-57)

O exercício de tentar compreender este caos evidenciou para mim que meu bloqueio se deu por ter condicionado os estímulos que aconteciam à minha volta no tempo corrente como um motivador da minha escrita, ou seja, todas as vezes que ocorriam tiroteios, por eu estar tomada de um sentimento de dor, raiva e revolta, a minha escrita seguia fluída.

Após a morte de Ágatha²⁸ percebi que tem um bom tempo que não há operação na minha favela, mas não posso afirmar que é por conta disso que as operações reduziram, porque elas continuam acontecendo intensamente em outras favelas e na minha com menos frequência. O que quero registrar aqui é que o que mais me deixou incomodada, por incrível que pareça, é que pela primeira vez depois de longos anos que nem sei precisar, estou conseguindo realmente sentir paz no relacionamento entre eu e a minha favela. Digo isto porque até mesmo quando não ocorriam operações, eu não conseguia ficar em paz tendo em vista que o meu pensamento era: “nossa, há uma semana que não tem tiros, quando eles vierem, sai de baixo, virão com tudo. Que medo!” Como estratégia para lidar com esse medo elaborei em minha mente um roteiro de fuga e abrigo seguros, pois isso me dava a sensação de controle sobre as balas que vão em busca de seus alvos. Com o intervalo de tempo maior entre uma operação e outra, o controle fugia de mim porque não estava dentro do protocolo de segurança que havia criado. Resumindo, nunca tinha paz, porque até a ausência dos tiros me deixava em alerta e isso impulsionava a minha escrita. Não sentir paz também fazia parte do exercício de nunca me deixar seduzir pela naturalização da violência, mas depois de muitas semanas sem tiros, percebo um novo movimento em mim, um movimento de inércia comigo mesma, meus

²⁸ Ágatha Vitória Sales Félix, 08 anos, estava voltando para casa de Kombi com a mãe quando foi baleada na Fazendinha, Complexo do Alemão, no dia 21/09/2019. Jornal G1: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/menina-de-8-anos-morre-baleada-no-complexo-do-alemao.ghtml>

pensamentos e a escrita. Mesmo quando ocorrem tiros não me sinto mais tão incomodada como antes.

Algumas questões emergiram, nas que nunca havia pensado: será que criei uma nova forma de resistir a tudo isso e ainda não me acostumei a usar esse novo corpo ou eu naturalizei a violência nessa minha busca de estar sempre no controle? O meu silêncio tão característico de minha personalidade e a paz que eu tanto almejava, pela primeira vez, têm propiciado o meu caos, mas como romper essa estrutura a que me prendi?

Em todo esse período de jejum de minha escrita, eu ficava “andando de um lado para o outro” com meus textos, minhas anotações, num movimento repetitivo como um leão enjaulado que parece saber que não tem como sair daquele pequeno espaço, mas precisa se movimentar, nem que seja para dar ideia de que algo está sendo feito ou puramente para se locomover. Assim me senti porque estava à procura de um início, meio e fim para dar um sentido não só ao que escreverei à frente, mas para o meu caos. O texto *Intercessores* de Deleuze (1992) juntamente com a discussão ocorrida na aula da disciplina que fiz “A Escrita de Si” evidenciou que eu preciso dar mais atenção ao fluxo tentando perceber o que está entre esse início e esse fim, assim como também aos intercessores que me constituem. Portanto, não preciso esperar que novos intercessores emergjam como estava fazendo até o momento, é necessário que eu me atente àqueles que já estão no “entre”. Então, em busca de novos caminhos, de entrar em contato com o caos dentro de mim, inicio o tema deste capítulo com uma anotação do meu diário de campo feita em junho de 2019 quando eu estava vivendo não o caos da paz em que me encontro, mas o caos de não tê-la:

Eu estava na área coberta da parte dos fundos de minha casa, onde gosto de estudar, por ser mais fresquinho, fico mais isolada da movimentação de meus pais dentro de casa e ao mesmo tempo posso respirar “ar puro”, ouvir os pássaros, ver os gatos dos vizinhos passando pelo muro, ouvir as conversas, às vezes interessantes, dos vizinhos e de uma certa forma ouvir um pouco da movimentação da rua. Estava lendo o livro: “A Insegurança Social - O que é ser protegido?” do Robert Castel e de repente ouço um: “tá, tá, tá, tá”, tomei um baita susto porque estava mergulhada na leitura (coincidência interessante a leitura deste livro com o ocorrido, por sinal. O que é estar protegido na favela? Na favela tem segurança? Será que alguma vez já tivemos segurança por aqui?). Catei parte de minhas coisas correndo e entrei na cozinha. Fiquei tão angustiada, coração acelerado do susto, e um pouco trêmula, pois dessa vez o tiro foi muito perto. Esperei um pouco e voltei para pegar o resto das coisas, quando estou fechando a porta da cozinha (que é uma das partes que dá acesso ao meu quintal) de novo: “tá, tá, tá, tá, tá, tá, tá, tá, tá”, só que agora foram bem mais tiros. E foi aí que vi que era hora de parar um pouco e escrever sobre aquilo que estava me

angustiando e aproveitar para terminar as demais anotações. Agora que pude desabafar escrevendo, confesso que estou mais calma e graças a Deus os tiros pararam. Além deste diário ser o dispositivo que usarei para fazer a análise de implicação da minha pesquisa, ele também servirá como uma ferramenta de válvula de escape, pois escrever sobre aquilo que nos afeta, nos machuca, nos entristece, traz bastante alívio. No entanto, como me machuca bastante, muitas vezes prefiro não tocar na ferida. Talvez este seja o motivo da minha resistência para de fato iniciar este diário: mexer nas minhas feridas (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O clima de medo instaurado na sociedade brasileira tem deixado boa parte da população insegura, por isso é muito comum ouvirmos pedidos de segurança. As políticas do medo e a insegurança são extremamente importantes para o cenário político. Os políticos aproveitam e alimentam a política do medo para garantir eleitorado e/ou a usam como tática de governo, fazendo promessas de que nossos medos e inseguranças serão extintos (DONKIS 2014). No Brasil, a campanha dos candidatos costuma ter o discurso da insegurança como um, senão o principal dos pilares, então é muito comum ouvirmos a promessa para o povo, de resolução do problema de segurança. Em 2018 vimos os candidatos que mais investiram no discurso da insegurança obter a vitória nas eleições.

Mas por que queremos uma sociedade da segurança? Scheinvar (2014), a partir de Foucault, diz que a segurança só existe devido à produção de insegurança. Ela aponta que a insegurança não é causa apenas daquilo que a mídia quer divulgar como “agentes causadores de violência”, mas todo o complexo que envolve nossa vida cotidiana como saúde, política, economia, condições de trabalho, etc. Todos eles nos são divulgados de forma esporádica, parcial, dando a sensação de incompreensão. Castel (2005) fala do sentimento de insegurança de que podemos ser acometidos devido a termos consciência de estarmos à mercê de algumas eventualidades (doenças, acidentes, desemprego, etc.), que nos tornariam incapazes de gerirmos nossas próprias vidas. Além da existência de outras ameaças que nos tornam inseguros, como as ecológicas, nucleares, sociais, etc. e cada uma delas produz a sua respectiva violência como aponta Calveiro (2017) e também Scheinvar (2014) e Castel (2005), há as violências decorrentes da reorganização do capitalismo global que se constituem em verdadeiras políticas de medo, sendo o medo seu principal aparato de controle populacional (CALVEIRO, 2017). Como exemplo destas violências de que Calveiro (2017) fala, citarei apenas a “guerra ao narcotráfico” nas favelas por ser uma questão central desta pesquisa e por estar bastante evidente em

minha anotação do diário de campo. É o medo que nos paralisa, que nos controla, que nos convoca ao silêncio imposto como forma de (sobre) viver na favela.

Que práticas constroem o que seria risco na sociedade, acarretando a insegurança? Foucault (2008), ao falar da nova forma de governo que se deu em escala mundial, o liberalismo, refere o problema da segurança a partir do conceito de liberdade, sendo necessário estabelecer uma medida entre os interesses individuais e os interesses coletivos sem constituir um perigo para um ou outro. A liberdade dos interesses econômicos não deve ser um perigo para as empresas, assim como a liberdade dos trabalhadores não pode ameaçar a produção ou a empresa, ou os acontecimentos em torno da vida como acidentes, doenças, velhice, etc. não deve ser uma ameaça. Dessa forma, seria necessário desenvolver estratégias de segurança que Foucault analisou como opostas e, ao mesmo tempo, uma condição do liberalismo, isto é, em torno da noção de risco, o liberalismo faz uma mediação entre a liberdade e a segurança dos indivíduos gerindo concomitantemente os mecanismos de segurança/liberdade e os perigos com o intuito de minimizar a exposição a esses mesmos perigos, tanto dos indivíduos quanto do coletivo. É também observado por Foucault (2008) o aparecimento de uma cultura/educação do perigo, que conseqüentemente leva ao medo e alimenta o liberalismo. Então surge toda uma preocupação em torno dos perigos cotidianos propiciando também o aparecimento das campanhas educativas relacionadas à saúde, à sexualidade, à higiene, ao medo dos degenerados, à família, à raça, etc. sempre incentivando o medo do risco, pois “não há liberalismo sem cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008, p.91).

Ainda dentro dessa arte liberal de governar viu-se a multiplicação de técnicas disciplinares e dos mecanismos de segurança para apossar-se do comportamento dos indivíduos em seu dia a dia. Como exemplo, Foucault cita um grande aparato de vigilância que seria o panóptico de Bentham que tinha por finalidade vigiar o comportamento dos indivíduos dentro das instituições como escolas, fábricas, prisões, visando o aumento da produtividade das atividades. Porém, o panoptismo não era limitado apenas às instituições, Bentham, teórico citado por Foucault, o qualifica como uma fórmula política geral que configura um tipo de governo. Afora os mecanismos de vigilância, os mecanismos de controle e intervenção irão aumentar as liberdades funcionando como um motor e não somente como um contrapeso necessário à liberdade, como é o caso da vigilância.

Segundo Andrade (2013), com base em Fahri Neto, dar liberdade ao comportamento econômico de uma população é fazer com que o sistema se autoregule, portanto, a liberdade não é um direito dos indivíduos, mas é o que permitirá eficazmente o governo da população. Essa forma de governo de que falamos até aqui pode ser exemplificada dentro das favelas. Andrade (2013) aponta que as UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) regulam as favelas através do controle e da implantação de regras para o povo local promovendo intervenções nos modos de vida por meio da polícia. A sensação de liberdade produzida nos moradores pela “pacificação” permitirá uma expansão e o fortalecimento do que Andrade (2013) chama de “biopolítica neoliberal” propiciando, de preferência, uma autoregulação de acordo com os interesses capitalísticos em que cada um seria uma empresa e os modos de vida favelado seriam transformados em produtos para consumo e exportação.

Conforme o medo vai sendo produzido, ao mesmo tempo, a insegurança vai produzindo os corpos matáveis, descartáveis, e dentro dessa produção um ponto importante que queremos destacar, é a forma como o medo atinge os diferentes grupos. Sendo assim, uma coisa é pensarmos o “medo DA favela” e outra completamente diferente é o “medo NA favela”. Por isso concordamos com Calveiro (2019) quando diz que é importante falar sobre o medo de uma forma mais específica, contextualizando-o e evidenciando as formas em que opera, pois não sentimos medo de algo abstrato, mas sim de algo que tememos e sob determinadas circunstâncias.

Iniciaremos fazendo uma pequena análise gramatical da diferença do uso das preposições “na” e “da” porque entendemos que além de destacar a diferença entre ambas, convida o leitor a pensar conosco como o medo pode ser diferente já que há um entendimento coletivo de que “medo é medo”.

De acordo com Bechara (2006), as preposições também têm um significado e variam conforme o papel lexical ou gramatical que as unidades linguísticas executam nas orações:

Ora, cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo. [...] Assim, não se deve perder de vista que, na relação dos “significados” das preposições, há sempre um significado unitário de língua, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pelo contexto e pela situação. (BECHARA, 2006, p.250, 251)

As preposições estão divididas em dois grupos, do ponto de vista semântico, um que é marcado pelo seu traço “físico ou figurado” e o outro por seus traços de noções “estáticas” e “dinâmicas” indiferentemente marcadas tanto ao que se refere ao tempo como ao espaço. A preposição “de” refere-se ao primeiro grupo e a preposição “em” ao segundo. Sendo que o primeiro grupo é subdividido em dois subgrupos: “movimento de aproximação ao ponto de chegada (preposições: a, contra, até, para) e “movimento de afastamento” que é o subgrupo da preposição “de”, “desde”. Como nosso intuito é analisarmos somente as preposições “de” e “em”, nos limitaremos em colocar informações sobre as mesmas. Ainda dentro do subgrupo da preposição “de”, ele pode se dividir em duas outras noções de afastamento: “origem” (de) e “mero afastamento” (desde). O segundo grupo, o qual pertence a preposição “em”, pode ser subdividido também em outros dois subgrupos: “situação definida e concreta” (ante, trás, sob, sobre) e “situação mais imprecisa” (com, sem, em, entre) (BECHARA, 2006). Dessa forma, quando dissemos que alguém “sente medo da favela”, pelo significado da preposição “da” podemos claramente entender a favela como “origem”, “causa” do medo e quando dissemos que alguém “sente medo na favela”, pelo significado da preposição “na”, não temos tanta clareza do que está sendo dito, não sabemos o que ou quem causa o medo, nesse caso a favela não está colocada como “origem” ou “causa”, apenas é possível entender que alguém sente medo de algo ou alguém na favela, marcando, portanto, uma indefinição. Reiterando, essa simples observação em nossa Língua Portuguesa serviu apenas como um propulsor para que nas próximas páginas pensemos alguns incômodos: como a favela território de potência, vida e pluralidades tem sido produzida como agente causador de medo para uma determinada camada social? Como a produção de medo se dá na favela? Quem o produz? Para que se produz? Como a favela tem sido transformada em local de morte e dor para o controle, domínio e apagamento dos corpos, principalmente dos corpos pretos?

2.4 Medos NA Favela

Neste trabalho abordaremos apenas o “medo Na favela” porque é o objeto principal desta pesquisa, analisar as produções de medo na favela e as práticas resultantes desta produção.

Refletir sobre o medo na favela se deu não só pelos inúmeros confrontos que eu tenho vivenciado entre a polícia e os que trabalham no comércio ilegal de entorpecentes, como também a partir de uma fala em que um amigo do trabalho comentou que tinha comprado jogos de videogame na OLX²⁹. O local para ele buscar a mercadoria comprada era em uma favela e na sala todos comentaram que era arriscado ele ir, como sou a única que mora em favela, ele perguntou o que eu achava e então, eu disse que concordava com os demais e que também teria medo de ir. Ao me ouvir, ele imediatamente comentou: “você que mora em favela, tem medo de pisar em favela? Como assim? Você é a única aqui que não pode ter medo?” e ficou rindo. Até então eu sentia medo, mas nunca me questioneei do porquê eu o sentia, se deveria sentir medo, ou se mais alguém sentia, porém essa fala ficou ecoando na minha cabeça por muito tempo e somada aos meus medos diários, que enfrento sendo uma moradora de favela, foi necessário trazer o medo como um dos objetos de estudo desta pesquisa.

Por que ele chegou à conclusão de que se eu moro em favela eu não deveria ter medo de frequentar outras favelas? É muito provável que a compreensão dele tenha sido motivada devido à forma como as mídias retratam os moradores de favela, como sendo aqueles que estão habituados a conviver com a violência. Raramente as mídias falam de nossas dores, dificuldades e medos. Talvez por elas enfatizarem demasiadamente a violência que ocorre nas favelas, as pessoas acabam achando que as mesmas se resumem a essa violência e que por isso seriam homogêneas. Isto não é verdade porque cada favela tem a sua forma de funcionamento e nem só de violência a favela é constituída. Conforme Lopes e Facina (2010, p.4):

[...]As representações dos grupos hegemônicos não acionam imagens de favelas no plural, mas sim a imagem de uma única entidade totalizante. Como se esses territórios estivessem situados em uma outra cidade, utilizam um olhar que não enxerga as práticas cotidianas e concretas que por lá circulam. Como se os sujeitos que lá habitam não fossem tão sujeitos, criam um discurso que silencia as vozes locais e delimitam os “territórios favelas” como um espaço genérico do perigo e da barbárie ligada, única e exclusivamente, ao chamado tráfico de drogas.

Meu amigo não é o único a pensar assim. Diversas vezes já tive meu medo resumido em “medo é medo”.

²⁹ é uma empresa global de comércio eletrônico, sediada em Amsterdam, Países Baixos. Presente em 45 países, publicando anúncios classificados na Internet. Foi fundada em março de 2006 pelos empresários Fabrice Grinda e Alejandro Oxenford. No Brasil desde 2010, a OLX juntou-se ao seu concorrente Bom Negócio, mediante acordo com a Schibsted, no início de 2015.

Outro episódio que também vivenciei no trabalho foi quando em um dia avisei que chegaria tarde e nem saberia se conseguiria sair de casa por causa da operação policial (confronto) que estava ocorrendo. Enviei um áudio dos tiros e bombas em um grupo do WhatsApp e na hora todos ficaram horrorizados e me recomendaram que eu tivesse cuidado. Quando tudo passou e enfim pude sair para trabalhar, assim que cheguei ao trabalho perguntaram como tinha sido, demonstraram certa comoção e disseram: “é... é difícil!” e o assunto foi encerrado imediatamente. Outro dia depois, uma amiga do trabalho chegou nervosa e comentou que achava que seria assaltada dentro do ônibus, pois tinha um homem com “cara de bandido” e “atitudes suspeitas” e então ela resolveu descer no primeiro ponto depois que passou por certa estrada. O interessante é que ela nem sabia se seria assaltada, era uma hipótese baseada no que ela considerava “cara de criminoso” e “comportamento suspeito”, que nem entrei em discussão sobre isso, mas que tem a ver com toda uma produção do que seria um "bandido". As pessoas se mostraram comovidas a ponto de comentarem e darem apoio para ela o dia todo.

A questão aqui não é requerer comoção ou comparar as situações, mas pensar por que determinados tipos de violências quando ocorrem são naturalizados ou só são discutidos dependendo a quem se dirigem? Por que a violência nas favelas não rende um dia inteiro de discussão, mesmo que as pessoas se sensibilizem com o assunto? Ou mesmo que as pessoas tenham os mesmos tipos de experiência na favela para compartilhar? Quais práticas nos fazem acreditar que há um tipo de violência que tem que ser discutida, acolhida e supõe que há um determinado perfil de pessoa que pode sofrer violência e outro que não pode?

2.4.1 Sim, temos medo: das operações e violências policiais

...E pedimos
que as balas perdidas
percam o nosso rumo
e não façam do corpo nosso,
os nossos filhos, o alvo...

Conceição Evaristo

No início de março deste ano de 2020, apesar dos meus 38 anos morando em favela, passei por uma das piores experiências da minha vida em relação às operações policiais. Esse dia foi um daqueles em que saí para trabalhar normalmente e no meio do dia minha mãe me enviou mensagem informando que as coisas estavam péssimas e que inclusive havia ruas fechadas e um veículo estava sendo queimado. Como geralmente até a hora que eu costumo chegar em casa as coisas ficam calmas, não criei muito alarde. Saí do trabalho à uma hora da tarde e quando cheguei na Estação da Central do Brasil enviei uma mensagem para minha mãe perguntando se estava tudo bem. Ela disse que não estava ouvindo tiros, mas que as ruas ainda estavam fechadas, pediu que eu tivesse cuidado e disse que se voltasse a ouvir tiros me avisaria. Desci na minha estação de destino, eram duas e meia da tarde, como não vi nada de anormal, aproveitei e passei no mercado para comprar algumas coisas, e quando fui pagar vi que tinha inúmeras chamadas perdidas da minha mãe, até que eu a atendi e ela me disse para tomar cuidado porque estava tendo muito tiro. Paguei a compra e vim andando o mais rápido que pude. Da Estação de trem até a minha casa dá uns 07 minutos andando rápido. Ainda tentei ver se passava algum ônibus para não ter que andar, mas infelizmente nada passava, o que eu já esperava, pois quando as coisas estão assim os ônibus param de passar porque há o costume de pegar ônibus para queimá-los. Quando cheguei ao fim da rua que cruza a estrada principal e que dá acesso à minha rua, me deparei com um homem sem camisa em cima de uma moto segurando um fuzil com a camisa amarrada em sua cabeça de modo que só os olhos estavam à mostra. De repente chegou mais um, dois, três... acho que tinha uns quinze no total, todos juntos, reunidos em círculo em cima de suas motos, vestidos da mesma forma, estavam todos olhando e apontando seus fuzis para a rua onde eu estava e ainda dei o azar de estar na direção deles nessa hora eu quase congelei. Parecia cena de filme de faroeste só que em uma versão adaptada à realidade da favela. Aquele monte de homens prontos para o ataque/defesa, muita poeira em volta deles e um silêncio perturbador que estava sendo quebrado pelo ronco de suas motos.

A essa hora minha crise de pânico já tinha atacado. Meu coração estava super acelerado, mal conseguia respirar e andar, minhas pernas trêmulas, na verdade meu corpo todo se tremia, me deu uma vontade imensa de chorar porque parecia que eu não conseguia sair do lugar. Do outro lado da calçada estavam dois homens andando tranquilamente e conversando como se tudo aquilo que estava à nossa frente só eu

enxergasse. Eu sabia que eles não iriam me fuzilar, meu medo era da polícia sair por trás de onde eu vinha, acho que era isso que o grupo estava esperando. Isso tudo foi muito rápido, deve ter levado uns 20 segundos, mas para mim parecia uma eternidade. Falei para mim mesma, “- engole essa crise de pânico agora porque você precisa sair daqui e se abrigar em algum lugar”. Enfim, consegui virar a rua e vi que tinha um grupo de pessoas acuadas em uma loja que conserta bicicleta, parei lá e fiquei com eles.

A crise de pânico estava passando, mas eu ainda estava morrendo de medo. Perguntei a uma menina o que era aquilo e ela me disse: “os meninos” estão fugindo da polícia e tentando adivinhar de onde eles vêm. “- Fica aí, deixa todos eles passarem para você entrar na tua rua, porque se a polícia chegar terá muito tiro”. Outras motos se juntaram ao grupo que estava em círculo e depois que elas passaram, dois carros fecharam a escolta das motos. Eles seguiram pela estrada principal e eu aproveitei para entrar na minha rua porque era em direção oposta. Quando cheguei em casa, só tive tempo de agradecer a Deus mentalmente, e o fuzil começou a cantar. Muitos tiros, muitos tiros... Depois em casa fiquei pensando por que aqueles homens não esboçaram qualquer reação ao ver aquela cena e por que eu senti tanto medo.

Sou psicóloga e tem uns dois anos que comecei a fazer terapia obrigatória porque estava fazendo um curso de formação em Gestalt. Como optei pelo mestrado, saí da formação, mas continuei fazendo a terapia porque foi apenas nela que me dei conta de que o medo que estava sentindo não vinha de um episódio de quase morte da minha mãe devido a um erro médico em que foi prescrita uma quantidade em excesso de hipertensivos. Na terapia descobri que meu medo vinha de todo esse processo de violência que fui e sou obrigada a engolir e enfrentar diariamente no local em que moro. Eu estava esgotada e não percebia, não queria sentir medo e lutava o tempo todo contra ele, pois achava que era um sinal de fraqueza. Com isso eu tinha perdido toda a minha capacidade de enfrentamento a qualquer situação que me trouxesse insegurança. De acordo com Delumeau (2009), como o medo historicamente veio associado a uma ideia de covardia, concebeu-se que sentir medo sugere falta de valentia, sendo, portanto, motivo de vergonha. Covardia porque não se associa a práticas concretas que produzem o medo ao criar situações de vida ameaçadoras.

Hoje estou um pouco melhor, mas percebo que em qualquer situação na que eu enfrente algo ameaçador, a crise de pânico ataca. Ainda assim, para mim foi crucial

entender de onde vinha esse medo e que ele não era algo “meu”, que não tinha problema em sentir medo, e que eu não era a única a senti-lo porque todos estávamos sendo afetados por determinadas práticas que foram produzidas para nos causar medo, cada um de uma forma. Como bem pontuou Calveiro (2019) sobre a exposição à violência, o que ela provoca não é algo padrão, isso variará de pessoa para pessoa, ao mesmo tempo que uns paralisam de medo, outros parecem negá-lo.

Quando eu dava aulas de Informática em uma escola particular de educação infantil onde moro, era comum correr com as crianças para ficarmos abrigados em um local mais seguro da escola. Como eu só ia duas vezes por semana não passei por essa situação, mas as professoras que estavam todos os dias relatavam o intenso medo delas e das crianças durante as operações, principalmente quando o helicóptero sobrevoava bem próximo a escola. As crianças, nervosas, choravam assustadas. Muitas vezes elas já chegavam amedrontadas na escola porque eram surpreendidas na rua com as operações que costumavam acontecer no horário de entrada escolar, ou às 07:30h ou às 13h da tarde. Aquelas que moravam mais próximo da escola conseguiam não sair de casa. Eram dias que certamente a professora tinha sua aula prejudicada não só por todo o estresse causado como também pela pouca quantidade de alunos presentes impedindo que seguissem com o que tinham programado para o dia. Quando a operação acontecia em horários em que as crianças já estavam na escola, não era possível prosseguir com as aulas também porque era necessário, como falei acima, abrigar todos em um local mais seguro e tentar mantê-los calmos. Se a operação fosse rápida era mais fácil retornar às aulas, mas nos casos em que levava muito tempo era praticamente impossível.

Lembro-me de outra situação de medo quando fui a pé para a Estação de trem³⁰, pois nesse dia me atrasei. Ao chegar em uma determinada rua, avistei o caveirão, ele passou por mim, senti aquele friozinho que corre pelo corpo todo, achei melhor retornar porque ele estava indo na mesma direção que eu. Desisti de pegar o trem e fui para o ponto de ônibus pegar um ônibus que me deixasse no bairro seguinte e lá pegar o trem. Durante a espera surgiu outro caveirão. Essa hora eu e outra mulher que estava com seu filho de mais ou menos três anos de idade nos escondemos atrás de uma pilastra de uma loja. Mas o que me chamou a atenção nesse dia foi que o

³⁰ normalmente eu gasto mais uma passagem de ônibus para ir até a estação de trem porque saio às cinco horas da manhã e se acontecer algum confronto nesse horário, está tudo fechado e só me restaria me jogar no chão para fugir dos tiros.

garotinho se encolheu todo para se esconder na mãe, fechou os olhos e tapou os ouvidos com muito medo.

Outro episódio que trago para tentar ilustrar a dimensão do medo que o morador da favela passa é com a história de um conhecido que aconteceu em 2019. Ele estava chegando em casa de carro com uma de suas filhas adolescentes e antes que eles pudessem sair do carro, um comerciante de drogas ilegais usou o carro dele de escudo e começou a trocar tiro com a polícia, só deu tempo dele e da filha se jogarem no chão do carro, diversas balas atravessaram o carro, felizmente eles não foram atingidos, porém depois desse episódio a menina ficou com medo de sair de casa e com crises de choro.

Sobre o medo de frequentar outras favelas, ele se dá porque deixamos de ser uma pessoa “neutra”, neutra no sentido de não sermos “identificados” por nenhuma “facção”. Cada favela é ligada a um determinado grupo de comerciantes de drogas ilícitas, e essa identificação acaba se estendendo a quem também mora na favela. Por isso, para nós é importante sabermos a que grupo a favela que iremos pertence, pois se pertencer a um grupo rival corremos risco de vida ao sermos abordados. Onde moro, há uns vinte anos atrás um vizinho desapareceu ao frequentar um baile funk em uma favela que pertencia a outro grupo e até hoje sua mãe não sabe ao certo o que aconteceu com seu filho, pois nem o corpo foi encontrado.

Outra cena que me vem à memória foi quando em 2008 eu fui com uma amiga que não morava em favela, em busca de uma oportunidade de estágio, nosso professor pediu que o encontrássemos na FAETEC da Mangueira, porém no dia ele esqueceu e não foi. Ao voltarmos, na saída da favela, avistamos uma viatura da polícia. Eles nos pararam e perguntaram: “o que as mocinhas fazem aqui na favela? Vocês não são daqui!” Minha amiga explicou que tínhamos ido ver uma oportunidade de estágio na FAETEC, eles pediram para abriremos nossas mochilas, reviraram tudo por dentro em busca de drogas, perguntaram onde morávamos, eu tremia por dentro porque cresci ouvindo que a polícia quando quer levar alguém coloca drogas dentro das bolsas para produzir provas e enquadrar como flagrante e eu conhecia alguns casos. Quando eu ia falar onde morava, minha amiga rapidamente se adiantou e disse que eu morava com ela. Eles nos liberaram e ordenaram que saíssemos de lá o mais rápido possível. Quando saímos da Mangueira, minha amiga brigou comigo e me disse: “você tá maluca? Se você diz que mora em... eles iam te levar, certamente diriam que você veio trazer alguma droga ou informação.”.

Morar na favela não é só ter medo das operações ou confrontos, mas também ter medo da forma como a polícia nos aborda, pois é muito comum invadirem as residências, quebrarem aparelhos domésticos, baterem nas pessoas, danificarem as casas, quebrarem o carro do morador que deixa estacionado na calçada para o caveirão poder passar. Há comunidades em que os comerciantes de drogas ilícitas dão ordem de despejo para o morador, se apossam da casa e posteriormente a vendem.

Os serviços de saúde na favela já são bem precários, em sua maioria. Nos dias que ocorrem operações ou confrontos entre as facções rivais, o serviço não funciona, pois boa parte desses profissionais não reside no mesmo local, e não consegue chegar ao trabalho, com medo de ser alvejado. Mesmo que quisessem ir trabalhar, “pelo menos onde moro, a favela é fechada. Ninguém entra e ninguém sai. Não temos o direito nem de passar mal. É pedir a Deus que nesses dias nada nos aconteça, que não sejamos acometidos dos sintomas de nenhuma doença que necessite atendimento médico e principalmente que não levemos um tiro” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). A ilustração que trouxe sobre as interrupções das aulas anteriormente, foram de uma escola particular localizada na favela em que os professores residem no mesmo bairro. As escolas e creches públicas não funcionam pelo mesmo motivo dos serviços de saúde, a maioria dos profissionais reside em outros bairros. Existem muitos casos tanto dos profissionais de saúde quanto de professores que pedem transferência ou desistem de seus empregos, pois muitos não suportam trabalhar à base de medo e à mercê da violência. É menos um profissional para prestar um serviço ou atender alguma especialidade médica, como acontece nas escolas, em que há falta de pessoal. Nos casos em que os confrontos ocorrem com esses serviços em funcionamento, eles são interrompidos e só retornam no dia seguinte.

“Ficamos também sem transporte porque as duas estradas principais que dão acesso a outros bairros ficam bloqueadas. Quando as ruas não eram obstruídas algumas vans que também fazem transporte passavam. O trem também costuma parar o serviço enquanto duram as operações para não colocar a vida das pessoas em risco. Ficamos presos no meio de tiros, bombas e emboscadas. Perdemos duas linhas de ônibus que nos levavam direto para o Centro da Cidade pelo fato dos ônibus serem constantemente usados para bloquear ruas. Agora só temos a opção do trem, para aqueles que moram próximo à estação, ou pegar um ônibus até o bairro vizinho e de lá pegar outro ônibus para o Centro da Cidade” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Destacamos aqui que o problema não é o local, favela, mas toda a forma de governar que faz com que ela se torne e seja reconhecida como local de legitimação

da violência e da morte. Com esses relatos estamos diante da violência policial que é apenas uma questão quando pensamos que na favela são produzidos outros tipos de violências que não ganham tanto destaque, embora sejam fundamentais para o domínio ilegal e bárbaro que inclusive as forças públicas exercem, como por exemplo: falta de acesso à saúde, educação, saneamento básico, espaço urbano precário, etc. Há um proveito em evidenciar apenas as violências provenientes dos confrontos bélicos e em ocultar as questões sociais envolvidas. Dessa forma, sustenta-se o discurso da segurança, pois as favelas são classificadas como o local que ameaça a ordem e a paz sendo, portanto, a principal questão e origem da insegurança na sociedade. Segundo Castel (2005) uma condensação extraordinária da problemática global da insegurança serve para forjar estratégias que são vantajosas, pois impedem que o conjunto de fatores que dão origem ao sentimento de insegurança seja evidenciado. Essas estratégias também movimentam um agrupamento de meios que mesmo não sendo eficazes, estão disponíveis para serem usados e mostram que algo está sendo feito, que não se é laxista, sem ter a necessidade de considerar questões como desemprego, desigualdades sociais, racismo, que também compõem o sentimento de insegurança.

2.4.2 Sim, temos medo: dos cercos na favela

Essa foi uma das partes mais difíceis para eu escrever. Fui resistindo até onde podia, contudo, não tem mais como adiar, preciso escrever sobre isso. Não sei por onde começo e nem o porquê da resistência a escrever. Deve ser a revolta que tenho presa dentro de mim, meus medos e meus sufocamentos provocados pelos meus silêncios e silenciamentos

Diário de Campo, 2020

De acordo com Pelbart (2018) estamos em uma guerra aberta, total, sem trégua, sem regra, ilimitada, embora seja negada e camuflada, pois nos fazemos acreditar que tudo está sob a pacífica normalidade, institucional, social, jurídica e econômica. É uma guerra contra os pobres, negros, mulheres, indígenas, craqueiros, transexuais, etc. Há um modo em funcionamento decorrente dessa aparente normalização, cuja lógica corrói a linguagem, inverte o valor das palavras e do sentido

do próprio discurso fazendo com que guerra e paz, exceção e normalidade, golpe e governabilidade, neoliberalismo e guerra civil tornem-se sinônimos. É o que vimos nos processos de implantação das UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) e continuamos vendo no chamado "combate ao tráfico de drogas" em que em nome da "paz", de uma "pacificação", usa-se a guerra bélica "com o apoio das Forças Armadas nacionais instituindo uma gestão policial e policiaesca da vida cotidiana dos pobres" (BATISTA, 2011, p.7). Essa "guerra" faz parte de uma forma de governo instaurada que se esconde no discurso da exceção, mas que na verdade faz parte do estado de normalidade instituído pelo governo.

Assim sendo, a forma como as favelas são governadas pelo Estado não é uma gestão incompetente, ela é gerida exatamente da forma que foi planejada para ser gerida. Manter as pessoas na miséria, sem muitas vezes o básico para sobreviver e à mercê da violência bélica dos governos e de grupos que comercializam drogas ilícitas, em geral em relação com grupos dos governos, que acabam exercendo domínio nesses lugares, é um objetivo de governo e não uma incompetência.

[...] o governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos [...] portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas (FOUCAULT, 2014, p.417, 418).

Falar sobre os cercos na favela é falar da forma de governo praticada pelos grupos de venda de drogas ilícitas e o exercício de soberania, por ser essa a forma de poder por excelência que exercem sobre o povo favelado. Assim achamos importante trazer o conceito de poder conforme Foucault o entende para pensarmos as relações entre os grupos de venda de entorpecentes ilegais e a favela.

Segundo Machado (2014), a partir dos estudos de Foucault, poder é uma prática social construída historicamente, não é um objeto natural, uma coisa. Não há um lugar ou pessoa em que ele esteja concentrado ou seja único. Para esse autor há formas de exercício de poder que são diferentes do poder do Estado, mas que a ele são articuladas de diversas maneiras, sendo indispensáveis para a sua sustentação e atuação. Os poderes são exercidos em variados níveis e em diferentes pontos da rede social podendo estar integrados ou não ao Estado, pois o "Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa." (MACHADO, 2014, p.15). Sendo

assim, o poder funciona como uma rede de mecanismos a que nada e ninguém escapa e que se dissemina por toda a estrutura social.

Pensando as relações de poder na favela, podemos dizer que da mesma forma que os grupos que vendem drogas ilícitas exercem uma relação de poder no povo favelado, este também exerce uma relação de poder sobre ele. Precisam de nós para que continuem o seu comércio, não só em relação aos que consomem, ou aos que se filiam, mas também aos que não fazem nem uma coisa nem outra. Todos são necessários porque também servimos de escudo para eles. A nossa presença permite que esse sistema seja alimentado e o grande teatro das drogas continue funcionando da forma que foi concebido e nisso está o poder que exercemos sobre eles.

O funcionamento da favela depende muito de quem está à frente no comando. Este funcionamento de que falamos tem a ver com a sua dinâmica, com o modo como devemos nos comportar, com as regras que devemos seguir, com o que pode e o que não pode ser feito para que não atrapalhe a venda dos entorpecentes, o poder instituído da polícia e dos comerciantes de drogas ilícitas. E isso é feito de forma arbitrária. Uma relação senhorial. Porém, a relação de poder não fica apenas nas relações de dominação e repressão, quando pensamos nessa relação como um poder do soberano. Há um sistema em torno e implicado na venda ilegal de entorpecentes com suas diferentes hierarquias, como por exemplo a do “chefe” do morro. Apesar de sermos coagidos a seguir as regras invisíveis impostas por eles através dos dispositivos de soberania, de disciplina e vigilância, apesar de sermos silenciados e vivermos sob a esfera do medo, é necessário pensarmos esse poder para além de seu aspecto destrutivo. Foucault (2014) diz que é necessário refletirmos sobre os efeitos produtivos das relações de poder, pois há uma riqueza estratégica nele.

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo... (FOUCAULT, 2014, p.20).

Dessa forma, é interessante que os grupos de comércio ilegal de entorpecentes estabeleçam uma relação amistosa com a favela que não só gira através do uso da força. É necessário mostrar que há uma certa ordem e que variados tipos de crimes não são tolerados quando cometidos por qualquer um, como assaltos, estupros, etc. Mostrar apoio aos familiares de tais grupos que foram mortos, prover acesso a alimentos e lazer para as crianças como forma de conquistar os moradores.

Recordo-me que quando era criança, anos 80, minha favela não era dominada pelos comerciantes de drogas ilícitas, tanto que ocorriam assaltos nas ruas, entravam nas casas para roubarem, havia alguns casos de estupro e de roubo de crianças, íamos com medo para a escola porque nessa época diziam que um carro Opala preto estava sequestrando as crianças para retirar seus órgãos: esses eram os nossos medos. Depois de um tempo os grupos de venda de drogas ilegais se instalaram, não lembro o ano, mas eu já deveria ter por volta de 17 anos (fim dos anos 1990) quando me dei conta. A partir daí o bairro foi modificando-se. Mesmo com a instalação desses grupos, a favela foi ficando mais populosa, novas casas foram construídas, o comércio local foi ampliando-se, passamos a ver os meninos responsáveis pela vigilância da favela, assim como os desfiles dos carros com rapazes e seus fuzis patrulhando os espaços, porém eles costumam usar mais as motos para se locomoverem. Com o estabelecimento desses grupos foram proibidos os assaltos, estupros e outros tipos de crimes que ocorriam antes, pelo menos na favela onde moro. Todos “os chefes” que passaram proibiram esse tipo de criminalidade. Quando alguém fugia a essa regra não durava nem dois dias. Era morto. Dificilmente era alguém de dentro da favela. Em quase todos os casos, que são poucos, eram pessoas de fora. A maioria das bocas de fumo é escondida e já tivemos gestão em que diversas placas foram espalhadas pela favela nos locais em que “o chefe” achava que não era apropriado para as pessoas consumirem drogas. Tem gente que até hoje fala que sente saudades desse tempo, porque tinha ordem e por acharem que o uso tem que ser escondido e não na frente de todos (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

De uma certa forma, essas relações amistosas produzem discursos que ajudam a naturalizar a gestão da favela por grupos de comerciantes de drogas ilícitas. Temos o problema de que o Estado e suas Políticas Públicas se fazem ausentes nestes lugares. Dessa forma é comum que essas áreas sejam ocupadas por estes grupos que exercem o domínio através de forças autoritárias e da venda de entorpecentes e do comércio de outros serviços ilegais como internet, venda de gás, etc. É habitual reclamar do Estado por conta da precariedade das favelas e ao mesmo tempo ter expectativa de que quem está no domínio da favela seja responsável e faça o papel do Estado. Boa parte parece acreditar que não há outra forma de gestão na favela que não seja pela presença de tais grupos.

Outro dia, coincidentemente, peguei um táxi cujo motorista morava na mesma favela que eu; e ao passarmos por uma área que estava tomada de lixo, ele disse: “- nossa comunidade está abandonada, esse chefe que tá no poder não tem zelo pela comunidade, você lembra que quando éramos crianças a favela não era assim? Você tem quantos anos?” “- Eu tenho 39 anos...” “- Porque quem comandava naquela época cuidava da favela, não deixava essa desordem e sujeira que está hoje. Essa vergonha. Esses moleques que estão aí, nem ligam pra isso (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Discursos como “prefiro a ‘milícia’ porque faz o serviço de segurança no bairro em troca das taxas que pagamos” ou “prefiro o ‘tráfico’ porque eles não nos obrigam a comprar as coisas e nem tomam nossas casas” estão ficando frequentes devido ao interesse cada vez mais forte dos grupos paramilitares se estabelecerem nas favelas.

A questão é que nem as falas e nem a situação a que estamos sujeitos são problematizadas, como mencionei anteriormente. É como se fosse natural a favela ser dominada por esses grupos que, além de gerirem, deveriam prover os serviços e não o governo por meio das políticas públicas.

Da mesma forma é esperado que estes grupos façam as vezes de juízes e polícia. Em casos de discussões familiares em que haja algum tipo de crime ou violência, eles são acionados para corrigir os que infringiram a “lei”. Esses grupos que agem fora da lei, mas gerem muitas coisas na favela de acordo com a lei que eles mesmos infringem. Quando isso acontece são chamados de “tribunal do crime”, e a pena vai de espancamento à morte, passando por torturas físicas e psicológicas. Quando a pessoa é “absolvida” ganha o direito de sair da favela e não voltar nunca mais, pois se voltar será morta.

Uma vez estava pagando um produto no supermercado e a caixa perguntou para o fiscal do salão: “bateram muito nela?” Como ela viu que eu olhei espantada, contou-me que uma mulher tinha roubado um pedaço de carne do mercado e eles acionaram os “meninos”, que devolveram a carne e espancaram a mulher. E a caixa finalizou dizendo que a mulher para ter roubado não deveria ser da favela. Para fazer os serviços de “segurança” do comércio, no caso de supermercados grande, para que eles permaneçam um bom tempo no lugar, é necessário pagar uma quantidade “x” de cestas básicas para que não haja roubo de mercadoria. Os mercados que tentaram se estabelecer sem pagar essa taxa, eram assaltados constantemente e por isso desistiram” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Uma consideração que achamos importante fazer é a de que pensar essas relações de poder é uma tarefa um pouco complicada, pois estamos falando de um assunto complexo, complexo porque não envolve somente o mercado nacional de entorpecentes ilegais, mas também um mercado internacional e toda uma rede de atores que o faz funcionar: empresários, Estado, polícia, grupos civis armados, grupos paramilitares. Mas ao analisarmos essas relações de força nas favelas para além de um poder de soberania, talvez tenhamos que dividir em dois momentos que tem a ver com as fases de estabelecimento do comércio de drogas ilícitas. Na primeira fase do estabelecimento da venda dos entorpecentes, por trás dele imperava o discurso que o grupo que ali estava se instalando era também para “tomar conta da favela”.

Foucault (2010) diz que ao invés de vermos o poder como derivado de uma soberania, deveríamos extrair das relações de poder os operadores de dominação. O que para ele é:

partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da

própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos [...] não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casos se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. Eu não quero dizer, é claro, que não há, ou que não se pode atingir nem descrever os grandes aparelhos do poder. Mas eu creio que estes funcionam sempre sobre a base desses dispositivos de dominação. (p.38, 39)

Nessa época, esses grupos não usavam todo o aparato bélico que é usado hoje e que por si só intimida os moradores, havia o discurso do cuidado com a favela e as pessoas. Esse discurso junto ao fato de que muitos dos homens que compunham os grupos, liderando-os ou não, moravam na própria favela, trazia uma certa confiança para essa relação que estava se estabelecendo, e um Estado que não investia/investe nesses lugares produziu uma relação de sujeição dos moradores a estes grupos. Muitas pessoas acreditavam que seus problemas frente à falta de investimento do Estado seriam sanados. Hoje ainda podemos ver, como nos relatos que trouxemos anteriormente, que algumas pessoas ainda têm essa percepção, saudosista até, de que esses grupos têm que cuidar da comunidade como os antigos faziam. É a única experiência concreta que têm do que entendem ser o cuidado. Sennett (2014) aponta que o saudosismo é um sentimento perigoso, porque ele produz simpatia para com o passado e induz a uma certa resignação com o presente, gerando uma aceitação dos seus males, que é o que vemos nesses discursos que naturalizam, sem qualquer questionamento, a presença dos grupos de venda de drogas ilícitas e atribuem a eles a resolução dos problemas causados pelas desigualdades sociais. Dessa forma, desde o estabelecimento dos comerciantes de drogas nas favelas foram se produzindo sujeitos dóceis, acostumados com a presença desses grupos a ponto de nem nos questionarmos sobre a existência deles e seguirmos nossa vida como se eles não estivessem ali exercendo domínio sobre nós.

Pensando uma segunda fase do comércio de entorpecentes nas favelas, por mais que haja o mínimo de questionamento ou indignação por sua presença, continuamos sendo os mesmos sujeitos dóceis, seguimos nossas vidas da mesma forma, tanto que repetimos o mesmo discurso diversas vezes, que eu também repeti por muitos anos, embora hoje não mais: “se não tiver tiroteio, confronto, não há problema, a presença deles não nos incomoda.” Quem vem morar na favela já sabe

que terá que lidar e se acostumar com a presença de tais grupos e se sujeitar a eles. Nessa segunda fase não há o discurso do cuidado com a favela e com as pessoas, o que pode ser explicado por uma diversidade de grupos, com alguns que estão na liderança ou compondo o grupo de outra forma, não são somente com moradores locais. Então, as relações são bem mais de imposição do medo, ameaças através da ostentação de armamentos, vigilância total, toques de recolher, etc. Porém, não são puramente relações de intimidação e repressão, há também as relações amistosas pelo interesse de não prejudicar a venda dos entorpecentes, como apontamos anteriormente.

Essas formas de controle e vigilância por parte dos grupos ilegais de comércio de entorpecentes, que ocorrem dentro das favelas, são bem semelhantes aos mecanismos de vigilância e controle apontados por Foucault. Em algumas favelas podemos ver nas esquinas dos becos e das ruas os chamados radinhos³¹, em outras, a vigilância se dá no alto do morro. A ostentação de armamentos que impõe medo e obediência junto com a própria vigilância constituem-se como aparatos de controle que gerem eficazmente a favela e ainda produzem variados tipos de relações, afetos dentro dela. A vigilância permite a monitorização de quem entra e de quem sai dela. Não podemos esquecer do silêncio que se faz presente. Quando digo silêncio não falo do silêncio sinônimo de ausência de barulho que é mais evidente para nós quando pensamos nele, mas do silenciamento ao fingir ser “cego, surdo e mudo” que nos é imposto também de uma forma silenciosa. Ninguém bate de porta em porta mostrando as regras da favela e de como devemos nos comportar, mas de forma invisível ele se dá por meio de práticas concretas, vai sendo passado de geração em geração e é esse silêncio que nos mantém vivos sob relações de submissão. Toda esta forma de governar dentro das favelas por parte desses grupos ilegais visa à garantia de venda dos entorpecentes. De certa forma, ficamos limitados mesmo que invisivelmente a uma determinada maneira de nos comportarmos, de ter atenção aos horários em que retornamos para nossos lares, do que consumimos, do que ouvimos, do que compartilhamos para que nada atrapalhe o comércio ou denote contrariedade ao que foi instituído. Todos os dispositivos de poder como a vigilância, o controle, o medo, o racismo etc têm produzido sujeitos ainda mais subjugados.

³¹ Termo popular para referir-se àqueles que trabalham no comércio ilegal de entorpecentes como vigilantes com a função de avisar, através de um rádio comunicador, tudo o que se passa dentro da favela, visando manter a ordem.

Nos últimos anos o espaço geográfico tem se modificado, a favela tem passado por constantes mudanças, há barricadas de cimento afixadas no asfalto na entrada e saída de determinadas ruas, na estrada principal são usadas barras móveis de ferro com espetos, conhecidas como “jacaré”, dispostas em variadas partes da estrada quando há operações. Os moradores que não se veem como favelados, fecharam suas ruas com um portão de grade como se fosse um condomínio. As casas mais caras investiram em equipamentos de segurança colocando cercas no muro, interfone e câmeras. Os que não podem pagar por este tipo de recurso, aumentaram seus muros e optaram por portões sem aberturas que acompanham a altura do muro.

O muro e o portão da minha casa já eram grandes antes do estabelecimento do tráfico, mas de qualquer forma visava tornar a casa mais segura dificultando os assaltos que aconteciam nas casas, além de nos dar maior privacidade. Quando eu era criança detestava porque não podia observar o que se passava na rua. Lembro que gostava de ficar em pé no portão ou de pegar uma cadeira para olhar por cima do muro junto com meu irmão. Era nossa diversão olhar a rua e mexer com quem passava. Hoje gosto muito de que seja dessa forma, pois me sinto um pouco mais segura e não fico vendo cenas que me deixariam com mais medo, pois muitas vezes os tiros acontecem na minha rua ou bem próximo a ela, o caveirão passa por ela e da mesma forma motos e carros cheios de pessoas ligadas ao comércio ilegal (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Junto a esse movimento de busca por segurança estamos vivendo um "*boom*" no empreendedorismo na favela. Há lojas de variados tipos de serviços e de roupas. Vão desde as modestas lojinhas abertas na frente das casas até as lojas luxuosas que destoam e muito da favela. Estas lojas são equipadas com câmeras e alarmes antifurto.

Eu não tenho muito acesso a como funciona o empreendedorismo onde moro, portanto, não sei quem financia essas pessoas. O livre comércio de entorpecentes que ocorria em pontos específicos e geralmente bem escondidos agora está disponível em várias partes e à vista. São vendidos tanto nas tradicionais bancas de entorpecentes que ficam à mostra quanto em bancas de outros produtos alimentícios ou de beleza e dessa forma só compra quem sabe quem vende (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Os meninos são aliciados desde cedo, então em muitas favelas há o caso da participação de crianças fortemente armadas.

É muito duro para mim ver crianças já capturadas nesse sistema de morte. Não é muito frequente aqui onde moro, mas vi um radinho que deveria ter uns 08 anos de idade, ele patrulhava a área enquanto fazia seu cigarro de maconha. Confesso que fiquei chocada com a cena, meus olhos encheram-se de lágrimas, quando eu percebi que ele tinha a idade do meu sobrinho mais velho eu fiquei ainda mais arrasada. Poderia ser meu sobrinho a estar naquela condição também, só que enquanto meu sobrinho brinca com armas coloridas munidas por água, simulando uma troca de tiro com oponentes fictícios provenientes da sua fantasia, aquela criança já estava brincando à

vera com fuzil, sendo oponente daqueles que o fizeram de inimigo e usada pelos que a aliciaram (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Em alguns casos se você é mulher, principalmente criança ou adolescente, “os chefes” dos grupos que comercializam entorpecentes cobiçam para que você seja deles. “Já ocorreu na minha favela de famílias terem que mandar a filha morar com parentes em outro lugar porque o ‘dono do morro’ queria ela como uma de suas mulheres” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Há casos em que meninas em troca de dinheiro, drogas ou alimentos acabam concordando com se prostituírem com os homens mais velhos da própria favela. “Voltando do trabalho ouvi uma discussão entre mãe e filha. A mãe disse: ‘ao invés de ficar dando para esses meninos que não têm dinheiro, tem que dar a xereca para um velho, pois o velho vai te bancar” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Essa violação do corpo da adolescente já era retratada por Carolina de Jesus em sua obra “Quarto de despejo” escrito no período de 1955 - 1960: “...Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras (...) [sic]”. Há os casos também de exploração sexual das meninas da favela, fora dela, geralmente em favelas que são próximas a grandes centros urbanos ou comerciais, e em favelas que recebem turistas alimentando o turismo sexual.

A prostituição infantil é uma violência que também está presente na favela. Segundo Ramalho (2008) para o jornal O Globo, um “grupo de milicianos” que atuava na Gardênia Azul foi investigado por exploração de prostituição infantil. Eles selecionavam meninas entre nove e quatorze anos para serem negociadas nas noitadas que envolviam o consumo de bebidas e drogas e pagavam R\$1,00 real para elas. A preferência era por meninas com menos de quatorze anos. As mais velhas eram transportadas em porta-malas de carro até os motéis e recebiam R\$20,00. Poucas denúncias são feitas por parte não só das mães, mas das redes de apoio social que atuam nas favelas. Então, profissionais como conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogos que gostariam de contribuir com as investigações e a extinção do crime não conseguem denunciar porque temiam por sua própria segurança e inviabilização do trabalho que realizavam, já que tudo que é feito nas favelas precisa do aval de quem comanda.

O fato de que a exploração sexual infantil quase não seja denunciada parece falar não só de um medo, mas também de uma objetificação desses corpos que é naturalizada e que escancara uma relação machista amalgamada com uma herança

escravista de uso do corpo preto que há na sociedade. De acordo com Nascimento (2016) a exploração sexual da mulher africana pelo senhor escravocrata tornava-as objeto de prazer deles e também se constituía em uma norma que visava obter renda, o que fazia de alguns deles cafetões também.

[...] O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. (NASCIMENTO, 2016, p.73)

as mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores [...] (Nascimento (2016 apud MANIFESTO DAS MULHERES NEGRAS,1975))

Ribeiro (2018) diz que o processo de miscigenação no Brasil, muitas vezes louvado, foi fruto de estupros cometidos contra as mulheres negras e que a tentativa de romantizar essa miscigenação procura esconder a violência ocorrida. Ela ainda ressalta que apesar de todas as mulheres estarem sujeitas à violência sexual ou doméstica, as negras permanecem sendo o grupo mais violentado, pois seus corpos vêm sendo desumanizados e ultra sexualizados ao longo da história. Os discursos que produzem esses estereótipos racistas colaboram para uma cultura de violência que fazem essas mulheres serem vistas como “fáceis”, “lascivas”, “indignas de respeito” (p.117) “Segundo dados da pesquisa sobre violência sexual do Unicef, o perfil das mulheres e meninas exploradas sexualmente aponta para a exclusão social desse grupo.” (RIBEIRO, 2018, p.117)

O 27º boletim epidemiológico do Ministério da saúde de 2018 referente à violência sexual de adolescentes no período de 2011 a 2017 mostra que o perfil que corresponde ao maior percentual de notificação deste tipo de violência é o de meninas negras entre 10 e 14 anos:

76.716 (92,4%) eram do sexo feminino e 6.344 (7,6%) eram do sexo masculino. Do total, 67,8% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos, 55,5% eram da raça/cor negra, 7,1% possuíam alguma deficiência ou transtorno e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste (32,1%), Norte (21,9%) e Sul (18,8%).

Entre as adolescentes do sexo feminino, 67,1% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos, 56,0% eram da raça/ cor da pele negra, 6,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste (31,4%), Norte (22,6%) e Sul (18,4%)

Sobre a avaliação das características da violência sexual contra adolescentes:

39,8% dos eventos tiveram caráter de repetição, 58,2% ocorreram na residência e 13,9% em via pública, e 70,4% foram notificados como estupro. Entre as adolescentes do sexo feminino, a avaliação das notificações de violência sexual mostrou que 39,7% tiveram caráter de repetição, a residência (58,7%) e a via pública (14,1%) foram os principais locais de ocorrência, e 70,9% dos eventos foram notificados como estupro.

Entre as adolescentes do sexo feminino, a avaliação das notificações de violência sexual mostrou que 39,7% tiveram caráter de repetição, a residência (58,7%) e a via pública (14,1%) foram os principais locais de ocorrência, e 70,9% dos eventos foram notificados como estupro.

e sobre as características do provável autor da violência sexual:

78,9% das notificações houve envolvimento de um autor. Em 92,4% o agressor era do sexo masculino e 38,4% tinham vínculo intrafamiliar (familiares e parceiros íntimos).

Entre as adolescentes do sexo feminino, em 79,7% dos casos notificados a violência sexual foi perpetrada por um autor. Em 92,8% o agressor era do sexo masculino e 39,8% tinham vínculo intrafamiliar (familiares e parceiros íntimos).

De acordo com esses dados é possível verificarmos que as adolescentes são alvo de violência sexual principalmente em sua residência e nas ruas sendo abusadas por homens do seu convívio familiar ou por parceiros. No período da colonização brasileira o corpo da mulher negra não lhe pertencia, mas ao seu senhor e esse é um tipo de relação bem próxima ao que vemos ocorrer no olhar e atitude “dos chefes” nas favelas para com as adolescentes.

Essas estatísticas trazidas anteriormente não incluem dados de exploração sexual, mas são importantes porque mostram que o corpo negro continua sendo alvo de abuso sexual revelando que tem relação com nosso passado escravocrata e o machismo. A faixa etária que tem mais casos de abusos sexuais é a mesma na preferência dos “chefes” do comércio ilegal de entorpecentes. Como uma das relações entre “os chefes” do comércio ilegal de entorpecentes e os moradores é de autoritarismo, sujeição, obediência, eles se acham no direito de escolher as meninas para si. É como se seus corpos a eles pertencessem que tanto pode usá-las para satisfação pessoal como também recrutá-las para obter dinheiro através de seus corpos. Há casos também de meninas que participam desse recrutamento sem serem coagidas pela forma violenta como costumamos nos atentar, o caso que mencionei anteriormente na exploração sexual que ocorreu em 2008 na Gardênia Azul na reportagem diz que “num dos casos citados no Conselho Tutelar de Jacarepaguá, a mãe conta que a filha fugia à noite para participar da fila...” (RAMALHO, 2008, Jornal O Globo)

Essa situação evidencia o quanto é importante nos atentarmos não somente à força destrutiva do poder e principalmente o que ele está produzindo. É importante pensarmos por uma ótica analítica e não por uma ótica moral porque algumas meninas, como no caso acima, se apresentaram para participar da fila. Da mesma forma que alguns meninos se apresentam para trabalhar nos grupos de venda ilegal de entorpecentes. O que a relação de poder exercida por tais grupos tem produzido na subjetividade dos favelados além da sujeição produzida a partir da violência e do medo?

Esses cercos que aqui foram mencionados podem variar de favela para favela e dependem de quem a “chefia”, portanto podem ocorrer outras configurações de autoritarismo, repressão, extorsão assim como também a intensidade em que elas transcorrem podem ser distintas. Mesmo que eu quisesse relatar tudo que vivemos e temos vivido, certamente não caberia nesta dissertação, não só em quantidade de páginas, mas porque ela não daria conta de todos os nossos processos subjetivos individuais e coletivos acerca de nossos medos, nossas vivências, mas ela é importante porque nos tira do lugar de silenciamento para contarmos uma parte da história de inúmeros favelados que é silenciada.

Hoje na terapia tento ressignificar o medo que sinto e a minha relação com a minha favela para ter o mínimo de qualidade de vida, para ter fôlego de continuar vivendo e resistindo. Descobri que preciso abandonar as inúmeras estratégias que criei mentalmente para agir quando fosse surpreendida por confrontos. Preciso, pois elas me deixam em um estado de alerta absurdo sendo mais suscetível de ter uma crise de pânico ou de ansiedade (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

2.4.3 Sim, temos medo: produção de subjetividade na favela a partir do medo

O ambiente de tensão e vigilância que vivemos, a constante presença de caveirões e o que as mídias produzem sobre a favela e os grupos que vendem drogas ilícitas fazem com que a subjetividade dos favelados seja moldada. Podemos entender subjetividade como modos de ser, de desejar, de agir, de perceber o mundo. Guattari e Rolnik (2005) afirmam que nossa subjetividade é produzida através de:

[...] tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou a identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas

que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.35)

Tanto a presença da polícia quanto dos comerciantes de drogas ilícitas de alguma forma afeta e molda a nossa subjetividade. Quando dizemos isso, referimo-nos à maneira como o favelado precisa se comportar dentro da favela devido às repressões e/ou violências cometidas pelos grupos que vendem drogas ilícitas, como também as violações cometidas muitas vezes por parte da polícia, como por exemplo, a forma de abordagem autoritária, tapas na cara, arrombamento das casas sem ordem judicial, destruição de carros que ficam nas calçadas, etc. O controle exercido de forma tirânica através do uso dos armamentos e as constantes violações sofridas podem produzir um favelado amedrontado, silente, dócil, etc, ou até mesmo o contrário disso tudo. Eu, por exemplo, percebo que a maneira que tenho de me posicionar, agir e me relacionar com o mundo sofreu um pouco de influência dos anos que incorporei em minha vida o silêncio e o corpo dócil sem contestar e aceitar tudo aquilo que me era imposto e, de alguma maneira, reproduzo este modelo de ser em todas as minhas relações.

É importante deixar claro que o modo de ser e agir do favelado não se resume apenas a essa produção de subjetividade afetada pela presença dos grupos que vendem entorpecentes ou da polícia. Seria desonesto de minha parte fazer tal afirmação porque pode dar a entender que nós favelados somos diferentes dos que não moram em favelas, como também, abre margem para inferências que tentam justificar o comportamento violento como algo natural e próprio de quem mora nesses territórios e, inclusive, soaria contraditório com o próprio conceito de subjetividade que nos mostra que ela é afetada por tudo que nos cerca, por todas as nossas relações desde que nascemos, é um movimento contínuo enquanto há vida.

A produção de subjetividade fabricada pelas mídias produz o desejo de naturalização da “guerra ao tráfico” como solução para o problema das drogas, da violência, e dos vendedores de drogas ilegais. Então tem-se a ideia de que depois da guerra haverá paz e segurança na sociedade. Essa produção atinge não só os que moram fora da favela, mas também boa parte dos que nela moram. Quando o favelado olha o seu entorno e de certa forma se vê cansado de conviver com armamentos bélicos, intensos tiroteios, seja por parte da polícia ou de grupos armados que moram na favela, ele vê no discurso da mídia uma confirmação daquilo que seus olhos presenciam e acredita que a solução é as incursões policiais, mesmo que para isso

toda a favela sofra as consequências dessa política violenta. Como exemplo da produção subjetiva feita pela mídia, citarei uma análise bastante interessante produzida por Michel Silva, repórter morador da favela da Rocinha, para o Jornal Comunitário Favela em Pauta, no dia 29/10/19. Ele descreve como os jornais impressos retratam as favelas em suas capas e como isso contribui para estigmatizar ainda mais o território favelado. Foi verificado que de março a maio, os jornais O Dia, Extra, O Globo e Meia Hora publicaram capas sensacionalistas sobre as favelas cariocas, sendo que oitenta delas mostravam apenas notícias que falavam de violência e quatro que falavam de assuntos não relacionados à violência. Ele constatou também que ainda há manchetes que taxam os moradores de favelas como suspeitos ou criminosos, mesmo sem fundamento e jovens da Zona Sul como universitários, mesmo que tenham cometido atos criminosos. Essa análise feita por Michel Silva evidencia o quanto a mídia contribui para que o território favelado seja visto como local de violência como se só existisse violência nas favelas ou que ela nascesse nas favelas, assim como se constrói a imagem do morador da favela como suspeito ou criminoso. A forma superficial como as questões de segurança pública é abordada na mídia contribui para uma naturalização das violências e as mortes são retratadas como se fizessem parte do cenário de guerra, sendo por isso tratada também de forma necessária, pois em uma guerra há que se abater o inimigo.

O que é crucial analisarmos é a forma como a produção de desejo opera sorrateiramente em nós e por isso ela é perversa, assim como entendermos que somos produtos dessas produções que se dão de várias formas. Cada um será afetado de uma maneira e muitas vezes desejaremos mesmo sem querer desejar: seremos capturados.

Uma outra consequência dessa subjetividade fabricada pelas mídias é o modelo do “bom favelado”, que não é um termo usado, mas carregado de um sentido que sabemos que existe e que podemos identificá-lo. Este modelo é criado a partir de concepções puramente morais e dicotômicas, é o favelado que deve ser a favor das incursões policiais, é o que deve denunciar os “traficantes”, é o que não usa drogas, é o que não frequenta bailes funks, é o que trabalha, o que estuda, o que frequenta igrejas... ou seja, favelados considerados “dóceis”, “bons cidadãos” porque se comportam dentro de um padrão que interessa e alimenta a grande máquina produtiva. Todo favelado que não se encaixa no modelo do “bom favelado” passa a ter sua honestidade posta em dúvida, é taxado de vagabundo e muitas vezes

denominado conivente com as relações enquadradas no conceito de “tráfico de drogas”. O termo “favelado” tem um significado para além do que ele denota. No dicionário Priberam digital a definição é: “que ou quem mora em favela”, mas popularmente o termo é usado de forma pejorativa e é associado a desordem, sujeira, vagabundagem etc. dependendo do contexto em que é usado. O que é possível perceber é que todas as características contrárias ao que seria o “bom favelado” parecem ter sido absorvidas pelo termo favelado. O que mais vemos dentro da favela são moradores que não se identificam como um favelado e usam o termo em seu significado popular pejorativo para referir as pessoas de cujos comportamentos discordam e temem.

Essa estigmatização em torno da palavra “favelado”, “favelada”, faz com que não haja uma identificação também com a própria favela. Por muitos anos eu não me identificava como favelada, e essa desconstrução começou com o meu trabalho de conclusão do curso de Psicologia e se consolidou durante esta pesquisa de mestrado. Por muitos anos eu odiei morar na favela, eu não conseguia me conectar com o próprio lugar em que moro, me sentia como se morasse num hotel, no sentido de não criar vínculo. Eu não via a hora de sair “desse local horroroso”. Depois que comecei a estudar a construção histórica de criminalização da favela, percebi que o que eu odiava não era o local, mas sim a lógica de funcionamento. Ainda assim foi difícil me conectar em um lugar que o fizeram de um lugar de morte, mas criar essa conexão me fez entender melhor meus medos, me trouxe um sentimento de pertencimento e, o principal, aprendi a enxergar o que há de mais importante por aqui, a vida! Aqui não é lugar de morte, mas de vida, muita vida!

2.4.4 Sim, temos medo: quer morrer de tiro ou de coronavírus?

2.4.4.1 28/04/2020

A princípio não tinha a intenção de fazer um diário de campo sobre a pandemia, porque estava com tanto medo que eu simplesmente não tinha cabeça para fazer nada. Queria só parar e tentar digerir a potencialização dos meus medos por conta da COVID-19, mas como tive a impressão de que a COVID-19 tornou-se mais uma ferramenta para aniquilar os pobres decidi registrar algumas inquietações no diário de

campo. A escolha de ser neste capítulo, porque eu poderia fazer um outro a parte, se deu porque o medo é um dos principais ingredientes da pandemia.

A chegada do coronavírus no Brasil não tem uma data precisa, porém, a partir de meados do mês de março iniciou-se o que foi chamado período de quarentena, em que escolas, faculdades, órgãos públicos administrativos foram fechados e seus trabalhos passaram a ser executados a partir dos lares de seus funcionários (homeoffice). Junto a esse grupo todos aqueles que compunham o grupo de risco também deveriam ficar em casa trabalhando, caso não fossem aposentados. Mas alguns têm trabalhado nas ruas ou em lugares que não pararam....

Os rumores de que se a epidemia chegasse na favela seria um palco para um genocídio foi crescendo, então ouvia-se prefeitos, governadores, jornais falando sobre, porém não foram tomadas medidas efetivas para controlar a chegada do vírus ou que pelo menos chegasse de forma lenta. Algumas favelas como a da Maré, por exemplo, iniciaram a partir de seus coletivos ações de arrecadação e distribuição de alimentos, máscaras e um trabalho pedagógico através das rádios comunitárias, panfletos e cartazes alertando à população sobre a importância de lavar as mãos, usar máscaras e álcool gel. A própria favela se movimentou e organizou-se em prol do combate do coronavírus. O mesmo não posso dizer sobre a favela em que moro. Por aqui a maioria continua vivendo como se não existisse pandemia, não usa máscaras, continua frequentando academias, salões, festas, etc. Mas afinal, qual o significado de se ter medo de morrer por coronavírus para quem já tem a sua vida ameaçada todos os dias por causa das inúmeras operações que ocorrem nas favelas?

2.4.4.2 07/05/2020

Por volta das 19:10h estava assistindo a um filme quando de repente ouvi um som de sirene parecido com as de filmes em que acontece alguma tragédia e se pede para que a população deixe a área em perigo. Como me chamou atenção fui à janela e pude ouvir o seguinte: “Atenção moradores: a partir de hoje não será mais permitido andar nas ruas sem o uso da máscara protetora contra o coronavírus. Comércio, bares e qualquer outro tipo de estabelecimento, funcionamento até às 20h da noite somente. Morador na rua somente até às 20h da noite. Toque de recolher a partir de hoje. Respeite! Esse aviso é para todos, vamos nos cuidar. Comunidade, não é brincadeira! E se você não abraçar o papo já sabe, né!?” Durante todo o tempo que esse aviso foi

emitido o som da sirene estava ao fundo e ao finalizá-lo iniciou-se a música conhecida como “meme do caixão” ou “coffin dance meme”³². Nossa, tantas coisas passaram pela minha cabeça após esse aviso. A princípio eu gostei de ter ouvido isso, pois estava com muito medo e isso me fez sentir segura porque o número de pessoas contaminadas e de mortes por aqui está aumentando. Isso faz parte da violência de Estado. Eu tenho consciência de que esses grupos pouco se importam com nossas vidas e até estranhei essa ação partir deles (“vamos nos cuidar”) porque são grupos que fazem parte das estratégias de governo que nos ameaçam, nos matam, coagem e é por este mesmo mecanismo que se quer conter uma epidemia que requer de ações sanitárias drásticas. Qual o significado de cuidado para eles já que eles também têm parte nesse massacre que ocorre nas favelas? Que cuidados eles acham que têm com os moradores e com a favela se nos submetem a um governo de ameaças, autoritarismo e medo? A música escolhida para encerrar o aviso tem a conotação de morte, mas a que tipo de morte eles se referiram, à morte causada pelo vírus ou à morte causada por eles para aqueles que ousassem a desobedecer a suas ordens? Eu odeio a ideia de ter grupos ilegais de vendas de entorpecentes aqui ou em qualquer outro tipo de governo nos moldes do autoritarismo, que nos coloque sob ameaça, medo, etc.

A falta de políticas públicas nas favelas da zona oeste é gritante. A sensação que temos por aqui é de abandono mesmo, não falo abandono como uma carência de uma política pública paternalista, mas de um projeto para ser exatamente assim, de não suprir necessidades básicas, tem lugares aqui que a água não chega direito, tem ruas esburacadas há anos, tem uma rua que fizeram um depósito de lixo que de tão lotado vaza para a pista principal da estrada, mas por que o caminhão da Comlurb demora a recolher o lixo nessa região? Por que as pessoas não deixam nas portas,

³² Dancing Pallbearers: é um grupo ganense de carregadores de caixão da cidade costeira de Prampram, na região da Grande Acra, no sul do Gana, que se apresentam em todo o país e internacionalmente. São liderados por Benjamin Aidoo, que iniciou o grupo como um serviço regular de carregadores de caixão. Mais tarde, ele teve a ideia de adicionar coreografia ao seu trabalho de carregar caixões. São cobradas taxas extras pela dança do caixão durante um funeral. O grupo inicialmente ganhou atenção mundial através de uma reportagem da BBC em 2017. No final de março de 2020, um youtuber chamado "DigiNeko" enviou o vídeo para o youtube e, em seguida, muitos memes apareceram na Internet. Os cliques musicais em que as pessoas dançam com caixões são combinados com a música “Astronomia” do artista musical russo Tony Igy, e remixados pela dupla holandesa Vicetone. No Brasil, o meme foi trazido às ruas, quando uma imagem de outdoor com os dançarinos do caixão foi exibida com a legenda “fique em casa ou dance conosco”. Em maio, o grupo lançou um vídeo em que capitalizava a frase, incentivando os espectadores a “ficar em casa ou dançar conosco” (Wikipedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Dancing_Pallbearers).

cada um o seu lixo como era feito há anos atrás e não tínhamos esse foco de contaminação e doenças (pelo menos não por conta de lixo entulhado)? São tantas perguntas sobre tantas coisas.

Eu também odeio o fato de ter concordado com essa ordem do grupo que chefia aqui porque sei que eles não estão nem aí para nós, não há cobrança de taxas, mas a cobrança se dá de outras formas. Mas diante de tantas faltas penso no silenciamento que nos é imposto e que reflete em nossas ações. Não nos articulamos coletivamente. Talvez porque o medo tem sido maior, talvez porque nos sentimos com os pés e mãos atados. Nem a nossa Associação de moradores articulou alguma ação para pensar alternativas de proteção contra a COVID-19. Aqui ainda teve uma igreja que confeccionou e distribuiu máscaras e alimentos. Mas até as igrejas seguem o mesmo modelo individual, assim como nós moradores seguimos. Elas poderiam ter se juntando para fazer uma ação que conseguisse abarcar toda a comunidade, mas não, infelizmente a maioria delas ignorou a COVID-19. Tenho muitas perguntas, arrisco algumas respostas...

2.4.4.3 09/05/20

Hoje o caveirão está aqui e, na hora do tiroteio, nós moradores somos os primeiros a sermos atingidos porque a venda ilegal de entorpecentes também nos expõe a isso e faz parte dessa política de morte que ocorre nas favelas. Acho que eu deveria me perguntar e pensar “qual é o interesse deles nessa atitude de proibir a circulação por causa do coronavírus se eles não se importam com nossas vidas?” Em tempos de pandemia nas favelas a morte fortaleceu e evidenciou seus caminhos: ou se morre de fome (aumentou o número de pessoas sem alimentos) ou de tiro (as operações estão acontecendo firme e forte, talvez com menos frequência) ou pela falta de atendimento médico nos hospitais (que já era precário, muitos já morriam sem atendimento, agora com o coronavírus...).

2.4.4.4 11/05/2020

Hoje tivemos mais uma operação. As notícias correm. Fiquei sabendo de que três pontos da estrada principal que passa por aqui foram fechados para impedir a entrada da polícia. Foram usados dois ônibus e um caminhão da Comlurb e isso tem

sido recorrente nos últimos 04 meses. Será que por isso o recolhimento de lixo da Comlurb tem demorado mais tempo? Cerca de três horas após escutarmos os tiros, minha mãe recebeu de um dos grupos de whatsapp que ela participa a triste notícia de que um morador que estava saindo para trabalhar foi baleado na porta de casa e perdeu a vida. Ficamos sabendo porque ele era vizinho de uma amiga dela. Quantas vidas se perdem e nem sabemos!?

Fico pensando no discurso do “fique em casa” ... Ele não nos é garantia de segurança. E isso não é de hoje. Não é novo que muitas pessoas morrem alvejadas dentro de seus próprios lares. E aí como funciona o #fiqueemcasa para nós? Se uma criança não brinca na rua para evitar o contato com o vírus, mas ao brincar no seu quintal foi morta por policiais, qual é a garantia que temos de que ficar em casa é seguro? Seguro para quem? Para nós favelados é que não é. A segunda questão é o fato de que há muitas casas por aqui que são muito pequenas, nem todos têm acesso à internet, computador, televisão ou qualquer outra forma de entretenimento, muitos mal têm o que comer... então a rua é onde a pessoa tem espaço amplo, tem amigos, tem distração para aliviar os efeitos que esse vírus tem causado em nossa saúde mental, além da bagagem emocional muitas vezes abalada que já temos, por morarmos em um local que é feito de palco da violência e da morte.

Por ser funcionária pública e do grupo de risco, trabalhei os meses de abril e maio de casa, apesar de estar me sentindo segura não consigo relaxar, só consigo pensar em morte e em estratégias para driblá-la. Essa COVID-19 me fez pensar nas horas que precisarei sair para trabalhar, ou comprar algo, pois antes da pandemia, muitas vezes aconteceu de não conseguir voltar para minha casa por causa dos tiroteios. Era fácil me abrigar na casa de alguém e ficar até que os tiroteios parassem, ou aproveitar para dar uma passeada pelo comércio ou shopping. Já perdi as contas de quantas vezes precisei ficar abrigada em outro local até que o tiroteio na minha favela cessasse, mas com a pandemia é necessário que evitemos ir às casas dos outros ou sair de casa, e agora o que eu faço? Enfrento os tiros? Passo por cima das barricadas? Deixo meu corpo em risco dos tiros ou em risco do coronavírus? Medo... Silêncio...

2.4.4.5 20/05/2020

Na parte da manhã uma equipe, provavelmente a mando da Prefeitura do Rio de Janeiro, veio higienizar as ruas daqui da favela, uma novidade que deixou satisfeita

a maioria dos moradores. Todos vestidos de branco com os equipamentos em mãos miravam nas calçadas e nos muros... No mesmo dia, à tarde, o governo estadual mandou uma equipe, todos vestidos de preto com os equipamentos em mãos miravam em corpos... Foram muitos tiros, bombas, estava sentada na minha sala fazendo uma aula on-line, mas tive que correr para o quarto dos meus pais, pois é o lugar mais seguro da casa. A operação foi uma das mais longas que já aconteceu por aqui, foi mais ou menos das 14h da tarde até umas 18:30h. Somente na última hora os tiros ficaram mais espaçados. Nesse mesmo dia ocorreu uma operação na favela do Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, João Pedro³³, 14 anos, foi morto dentro de casa por policiais.

2.4.4.6 26/05/2020

Após a morte de George Floyd³⁴ em Minneapolis, EUA, foram feitas duas noites de protestos para exigir justiça pela morte dele, decorrente de racismo e violência policial. Durante os protestos, uma delegacia foi invadida, carros e imóveis foram incendiados e lojas foram saqueadas. Aqui, no Brasil, Rio de Janeiro, crianças e jovens negros são mortos e ficamos satisfeitos apenas com textos publicados nas redes sociais. Quando há protesto a favela dificilmente vem para o asfalto fazê-lo, principalmente se ela está localizada fora dos grandes centros urbanos. Às vezes vemos algumas ações como quebra e queima de ônibus, fogo na pista, arrastões, mas tudo dentro da favela. Rapidamente a mídia se encarrega de dizer que foi praticada uma barbárie contra o patrimônio público a mando do “tráfego”, mas nunca diz que a morte de pessoas na favela é uma barbárie. Gostam de mostrar uma imagem de que o morador é conivente com os grupos de venda ilegal de entorpecentes, mas nunca é pensado no quanto nós que moramos na favela estamos expostos e submetidos às relações de poder, à ilegalidade criada pelo Estado e aos modos de lidar com ela. Essas relações de poder que nos asfixiam, nos fazem sentir impotentes, nos silenciam, nos oprimem. Vivemos sob um governo de medo. Sentir-se cansado de viver sob efeito dessas relações de poder que nos matam não só fisicamente, mas

³³ “João Pedro Mattos Pinto, adolescente que foi atingido por um tiro de fuzil calibre 556 pelas costas quando estava dentro da casa de seus tios na comunidade do Salgueiro, em 18 de maio” (Uol.com.br, 01/06/2020).

³⁴ Homem negro americano que foi morto por um policial branco nos EUA que o sufocou com o joelho por 8 minutos e 46 segundos levando-o ao óbito. (Uol.com.br, 15/06/2020).

subjetivamente também, tanto pode gerar uma revolta que nos convoque à ação de protesto originado pelo desejo coletivo de mostrar que não aguentamos mais essa vida, ou quando isso não acontece, pode ser necessário agir como marionetes porque nossas vidas estão sob constantes ameaças. Quando a ordem chega, quem vai desobedecer? Provavelmente seja fácil para quem não mora na favela pensar “se fosse um filho meu, eu tomaria providências”, ou “eu não queimaria um ônibus se recebesse ordens”, isto porque a pessoa não está submetida às mesmas formas de governo e poder a que estamos sujeitos.

Fico pensando na validade desses protestos invisibilizados para o exterior da favela, sem grande repercussão porque não afeta de fato aos que deveria, ou seja, aos responsáveis pela situação mortífera que vivemos. Quando são queimados ônibus, somos nós que somos prejudicados. O meio de transporte já não funciona bem e com menos ônibus mais difícil fica para nós. Onde eu moro, por exemplo, as duas linhas que nos levavam diretamente ao Centro da Cidade foram retiradas porque estavam “perdendo” muitos ônibus por conta de queimadas ou porque são usados para fechar as ruas impedindo a entrada do caveirão. Depois de muitos pedidos e reclamações, disponibilizaram 01 horário para as duas linhas; uma linha passa por volta das 04:20h da manhã e a outra por volta das 04:40h. Ambas fazem o serviço “parador” o que não é interessante para quem vai direto para o Centro, devido aos engarrafamentos na Avenida Brasil. Quem trabalha um pouco mais tarde precisa se deslocar até o bairro vizinho. Quem ganha outra passagem do empregador, pode pegar um ônibus, quem não ganha, precisa ir a pé, e o tempo de caminhada depende de quão longe você mora do bairro vizinho. A outra opção é o trem, mas nem para todos é interessante pois pode ser que a estação fique muito longe de seus trabalhos e como falei acima, o empregador não quer pagar mais de uma passagem. Eu moro a uns 10 minutos da estação de trem, mas tenho medo de ir a pé porque muitas vezes no horário de 05h da manhã o caveirão já está por aqui e o tiroteio começa. E se de repente eu precisar me abrigar? Onde farei isso se praticamente todo o bairro dorme a essa hora? Então pago mais uma passagem até a estação de trem. Por conta do uso dos ônibus dessa linha para fazer barricadas, a quantidade de ônibus da frota reduziu-se no horário que eu costumava pega-lo (05:10h) para dar tempo de chegar na estação e pegar o trem que fica mais vazio, que me permite chegar as 07:00h no trabalho (tudo milimetricamente calculado), já não tem mais, agora só existe o das 05:30h e geralmente ele atrasa e passa as 05:45h. Então tenho duas alternativas: sair

mais cedo de casa para pegar o ônibus das 04:50h até a estação ou pegar o ônibus do novo horário oferecido e chegar atrasada no trabalho (às 08:00h). Ao chegar na Central do Brasil, pego outro ônibus para ir para o meu trabalho. O meu empregador me paga essas 03 passagens, mas não é a realidade de todos, muitos nem emprego têm, quem dirá um emprego que dê 03 passagens para o trabalhador. Se as linhas de ônibus que nos levam até o Centro continuassem existindo, no meu caso, apenas uma passagem seria o suficiente, pois esses ônibus me deixavam em frente ao meu trabalho. No fim das contas só não podem ser perdidos ônibus ou quaisquer outros veículos que sejam queimados... mas as vidas podem...

2.4.4.7 21/12/20

De junho a novembro optei por não registrar nada no diário da pandemia. Não estava bem comigo mesma, tive praticamente crises de ansiedade todos os dias. Eu já vivia sob o medo constante devido aos tiroteios que ocorrem por aqui e a COVID-19 chegou como mais uma ameaça para minha vida. Não estava conseguindo lidar com tudo isso, o medo atingiu proporções maiores e tive sintomas que até então não tinha tido.

Desse período, hoje registro, que a pandemia gerou movimentação nas favelas. Ocorreram duas manifestações no centro do Rio de Janeiro intituladas “vidas negras importam” organizadas pelos coletivos de favelas. O sufoco da política de morte e a piora da situação das favelas por conta da COVID-19 geraram essa articulação. Os coletivos também entraram na justiça solicitando que não ocorressem operações policiais durante a pandemia.

No dia 05 de junho de 2020, vi no jornal G1.globo.com³⁵ que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, proibiu em decisão liminar provisória a realização de operações policiais nas favelas durante a pandemia, autorizando somente operações em “hipóteses absolutamente excepcionais” com justificativa ao MP (Ministério Público) por escrito. Apesar de ser uma medida que continua entendendo que as operações devem existir, ela trouxe um alívio muito grande para

³⁵ “Ministro do STF proíbe operações em favelas do Rio durante a pandemia”, Gabriel Barreira, <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml>

nós que moramos em favela. Estava pesado demais lidar com os tiros, com o coronavírus, fome, falta de água, etc.

Essa foi uma vitória importante dos coletivos. Mostra o quanto é importante a presença dos coletivos nas favelas para lutarmos por nossos direitos. Sempre será nós por nós!

PARA NÃO CONCLUIR

Em uma parte da introdução desta dissertação deixei a seguinte reflexão: “para que e para quem servem as pesquisas nas favelas?”. Continuo sem saber a resposta e prefiro não sabê-la, pois quero sair de uma lógica presunçosa de que de dentro dos “intocáveis muros” da academia eu produzi algo que “salvaria” ou “resolveria” os “problemas” da favela. Os movimentos sociais nas favelas estão aí para derrubar essa premissa. A única resposta que tenho para essa pergunta, é o suficiente para mim. Esta pesquisa serviu para mim. Serviu para me entender como um corpo favelado e me identificar com o local que eu moro. Serviu para entender que o racismo alimenta a necropolítica que ocorre nas favelas e que ela é uma forma de governo.

Em um dos variados debates *online* que assisti no ano de 2020 ouvi a seguinte afirmação, mais ou menos com essas palavras: “... a pessoa falar que gosta de morar na favela... Como pode a pessoa gostar de morar num lugar que...” e aí essa pessoa descreveu as “faltas” da favela. Eu me senti extremamente agredida com essa fala, porque afinal, eu amo a minha favela e gosto de morar nela. Provavelmente antes do meu processo de mudança de olhar eu concordasse. Hoje não. Esta pesquisa mostrou-me que entender a construção histórica produzida pelos discursos que criminalizam a favela, entender o conjunto de políticas que a torna como um aglomerado de “faltas” e a expõe a um governo de violência é importante para a mudança do nosso olhar. Quando rompemos com esse olhar, que nos é vendido pelas mídias, conseguimos nos identificar com a favela, conseguimos entender os medos e silenciamentos a que somos submetidos para fins de controle de nossos corpos. Conseguimos enxergá-la não como somente “faltas” e local de violência, mas enxergamos fartura de força, de persistência, de luta, fartura de vida.

Então, se esta dissertação um dia servir para alimentar os debates já existentes ou ser mais uma contribuição para pensar novas políticas públicas de segurança nas favelas será ótimo, mas ela já obteve um resultado que foi me alcançar e a partir daí quem sabe fazer uma micropolítica no meu dia a dia.

Escolhi “para não concluir” porque a favela é uma imensidão, ela não cabe aqui nessa limitada dissertação, também não cabe em teses, artigos, livros, reportagens, diários de campo... nem em anos de pesquisas por mais longas que estas sejam. A favela é viva porque é movimento, é como o ar: “se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida” (Junior, 2020, p.99). Cada

favelado(a) movimenta as estruturas da favela. Enquanto aqui escrevo, faço um movimento e há outros diversos neste exato segundo. A favela está sempre (re)inventando, (re)criando, morrendo e renascendo de suas cinzas cada vez mais forte. Ela jamais terá uma conclusão, um ponto final.

“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”. (JUNIOR, 2020, p.262)

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Coleção Feminismos Plurais, 2019.
- ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. *A Chacina do Pan: A produção de vidas descartáveis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência. 2020.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ANDRADE, Vanessa Menezes de. A política de pacificação e o povo da favela. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Pós-graduação em Psicologia, 2013.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Disponível em:
<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegro Vivo/> Acessado em junho de 2019
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, v. 3, p. 153-202, 1995.
- BARREIRA, Gabriel. Ministro do STF proíbe operações em favelas do Rio durante a pandemia. G1.globo.com, Rio de Janeiro, 05 jun. 2020. Disponível em:
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml> Acessado em:21/12/2020.
- BARREIRA, Gabriel; TORRES, Lívia. Famílias das cinco crianças mortas por bala perdida no RJ em 2019 cobram respostas e contestam polícia: 'virou rotina'. G1 Rio. Rio de Janeiro, 23 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/familias-de-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rj-cobram-respostas-e-contestam-policia-virou-rotina.ghtml> Acessado em: 10/11/2019.
- BARTHES, Roland. Aula. Editora Cultrix, 2004.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro* (Vol. 2). Instituto Carioca de Criminologia. 1998.
- BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro. 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. *Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Nova Fronteira, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2012. p. 25 - 57.

BOEHM, Camila. Moradores de favelas movimentam R\$119,8 bilhões por ano. Agência Brasil online, Rio de Janeiro, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano> Acessado em: 20/11/2020.

CALIMAN, Luciana Vieira.; TAVARES, Gilead Marchezi. O biopoder e a gestão dos riscos nas sociedades contemporâneas. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 33, n. 4, p. 934-945, 2013.

CALVEIRO, Pilar. *Resistir al neoliberalismo: comunidades y autonomias*. 1. ed. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2019.

CALVEIRO, Pilar. Víctimas del miedo en la gubernamentalidad neoliberal. *Revista de Estudios Sociales*, 59 (January 2017): 134-138. Disponível em <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/res59.2017.11>

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?*. Vozes, 2005.

CANDIOTTO, Cesar. *Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica*. 2013.

CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 81-96, 2013.

CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. 7ªed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária; 1978.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 13 - 23.

CASTEL, Robert. *Gestão de riscos: da pós-psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: São, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio*. *Revista Brasileira de História*, V.8 nº16, p.83-105, mar.88/ago.88. São Paulo.

COELHO, Henrique. Presidente do TJ-RJ questiona cartas sobre operação na Maré: juiz tem que analisar se 'realmente foram feitas pelas crianças', diz. G1 Rio. Rio de Janeiro, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/15/presidente-do-tj-rj-questiona-cartas-pedindo-protecao-a-moradores-da-mare.ghtml> acessado em: 16/09/2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor. Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Produção do Medo e da Insegurança*. Niterói, 1995. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto64.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

COIMBRA, C.M.B; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso. *Jovens*, Revista de Estudos sobre juventud, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Editora 34, 1992.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. Brasil: Companhia de Bolso, 2009.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/online>

DUBEUX, Ana; ROTHENBURG, Denise; CAVALCANTI, Leonardo. 'Não há guerra que não seja letal', diz Torquato Jardim ao Correio. *Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, 20 fev. 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/20/interna_politica,660876/correio-entrevista-o-ministro-da-justica-torquato-jardim.shtml Acessado em: 21/11/2019.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama Rosa. *História de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVANI, Giovanna. Há uma lógica miliciana que passa a controlar a sociedade brasileira. *Revista Carta Capital*. Rio de Janeiro, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-uma-logica-miliciana-que-passa-a-controlar-a-sociedade-brasileira/> Acessada em: 04/12/2020.

GINGER, Sege; GINGER, Anne. *Gestalt: uma terapia de contato*. São Paulo: Summus, 1995.

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GONÇALVES, Mariana Alves. *Psicologia favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Efeito Foucault: desacomodar a psicologia* In: _____. (Org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2014. p.107-127.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência. 2020.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf> Acessado em: 10/01/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informativo desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2019. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em: 09/12/2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960. Edição Kindle.

JORNAL EXTRA. Beltrame: 'um tiro em Copacabana é uma coisa. Na favela da Coréia é outra.' OAB critica diferenciamento. Rio de Janeiro, 23 out. 2007. Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html> Acessado em: 02/04/2019.

JORNAL NACIONAL. No Rio, guerra entre tráfico e milícia leva terror a região da zona oeste. 2018. G1 Rio, Rio de Janeiro, 30 jul. 2018. Disponível em:

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/07/no-rio-guerra-entre-traffic-e-milicia-leva-terror-regiao-da-zona-oeste.html> Acessado em: 10/11/2019.

JUNIOR, Itamar Vieira. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault y Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA, Adriana. *Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas*. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, p. 193-206, 2012.

LUNARDI, Márcia Lise. Gerenciar o risco, garantir a segurança e a normalidade: tríade da Educação Especial. *Perspectiva*, 2006, 24.3: 177-196.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2014. p. 7-34.

MAMEDE, Alessandra Costa. *Governo Moreira Franco e Política de Segurança Pública: o inimigo interno*. Encontro Regional da ANPUH-Rio, 2010.

MARTINS, Líbia Monteiro. *O diário de campo como dispositivo para análise de implicação em pesquisa*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais – 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições, 2016.

MENDES, Izabel Cristina Reis. *Programa favela-bairro: uma inovação estratégica? Estudo do programa favela-bairro no contexto do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo. 2006.

MISSE, Michel. *As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio*. Contemporaneidade e Educação, v.1, n.2, 1997, p.93-116

MONTEIRO, Gerson; FARIA, João Carlos de. Reintegração de posse em São José dos Campos termina com três feridos, 18 presos e oito carros queimados. Estadão, São Paulo, 22 jan. 2012. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,reintegracao-de-posse-em-sao-jose-dos-campos-termina-com-tres-feridos-18-presos-e-oito-carros-queimados,825941> Acessado em: 01/11/2019

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.

NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. “Os higienistas estão voltando”: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 10, n. 2, p. 596-619, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. *A cartografia como método de pesquisa-intervenção*. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, 2009.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. Editora Iluminuras Ltda, 2011.

PELBART, Peter Pál. Da guerra civil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 190-198, 2018.

PLATONOW, Vladimir. Witzel lamenta morte de Ágatha e defende política de segurança. Agência Brasil online, Rio de Janeiro, 23 set. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/witzel-lamenta-morte-de-agatha-e-defende-politica-de-seguranca> Acessado em: 10/11/2019.

POLSTER, Erving; POLSTER, Miriam. *Gestalt Terapia Integrada*. São Paulo: Summus, 2001

RAMALHO, Sérgio. A milícia mostra a sua cara. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.16, 28 ago. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/417646/noticia.htm?sequence=1> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/417646/complemento_1.htm?sequence=2&isAllowed=y Acessado em: 17/11/2020

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, DJamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra, proibição. *Drogas e cultura: novas perspectivas*, p. 91-204, 2008.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993.

ROSSI, Amanda. Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa. *BBC Brasil online*, São Paulo, 21 fev.2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114> Acessado em novembro de 2019.

RUGE, Edmund; MEDEIROS, Thainã de. Seis Jovens Mortos Pela Polícia em Uma Semana: Witzel Joga Culpa nos 'Direitos Humanos' e Favelas Respondem #OQueDizemAsRedes. *Rio On Watch*. Rio de Janeiro, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=42663> acessado em: 10/11/2019.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SCHEINVAR, Estela. A indústria da insegurança e a venda da segurança. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 3, p. 481-490, 2014.

SCHEINVAR, Estela.; COUTINHO, Patrick.; SILVA, Rebecca de Medeiros. *Escola e maioridade penal: Modulações Da Lógica Punitiva*. *Revista Aleph*, n. 24, 2015.

SCHEINVAR, Estela. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Lamparina, 2009.

SCHUCMAN, LIA VAINER. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. São Paulo. 2012.

SILVA, Luiz Antonio Machado; MENEZES, Palloma Valle. Sociabilidade violenta e vida sob cerco em favelas cariocas ontem e hoje. 2019. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st39-1/11855-sociabilidade-violenta-e-vida-sob-cerco-em-favelas-cariocas-ontem-e-hoje/file>

SILVA, Michel. Em três meses, Mídia impressa do Rio publicou 80 capas negativas sobre favelas. *Jornal Comunitário Favela em Pauta*. Rio de Janeiro, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.favelaempauta.com/capas-favelas-negativas/> acessado em: 10/11/2019.

SILVA, Michelly Ferreira da; COSTA, Tássia da Silva. (2016). *Favela: território de luta e resistência*. Trabalho de conclusão. Rio de Janeiro: Centro Universitário Celso Lisboa.

SOUZA, Antônio Vital Menezes de; SANTOS, Paloma Araújo Cortês dos; SANTOS, Vinícius Silva. O Conceito de implicação em práticas da análise institucional contemporânea. V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Favela-Bairro, ANO. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20do%20programa,e%20120%20milh%C3%B5es%20da%20Prefeitura Acessado em: 16/11/2020.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Do Mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Do Mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEJA. Wilson Witzel: 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo'. Rio de Janeiro, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/> acessado em: 10/11/2019.

WERNECK, Antônio; SOUZA, Rafael Nascimento de. Milicianos e traficantes já se uniram em 180 locais no Rio. Jornal Extra online. Rio de Janeiro, 10 out. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-trafficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html> Acessado em: 10/11/2019.

ZACCONE, Orlando. "*Acionistas do nada*: quem são os traficantes de drogas." Rio de Janeiro: Revan 2 (2007).